

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Políticas Públicas x Diversidade Étnico Cultural: Um Estudo  
do Comunidade Negra Rural de Capoeiras - Macaíba/RN**



**Elizabeth limo da Silva**

**Natal - RN**

**ELIZABETH LIMA DA SILVA**

**POLITICAS PÚBLICAS X DIVERSIDADE ÉTNICA CULTURAL: Um  
Estudo da Comunidade Negra Rural de Capoeiras-Macaíba/RN**

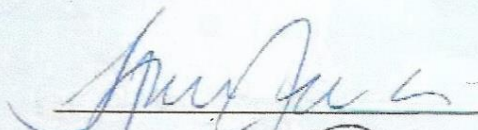
**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa**

**Natal/RN  
2003**

## PÁGINA DE APROVAÇÃO

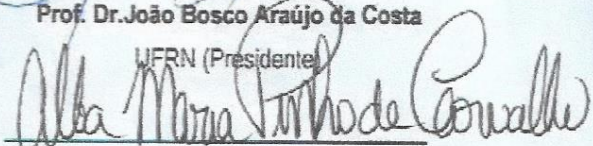
O trabalho "POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE ÉTNICA CULTURAL: UM ESTUDO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL DE CAPOEIRAS MACAIBA/RN", apresentado por Elizabeth Lima da Silva, foi aprovado e aceito como requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.



---

Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa

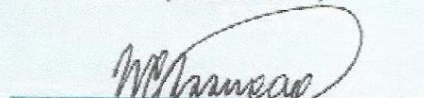
UFRN (Presidente)



---

Prof. Dr. Alba Maria Pinho de Carvalho

UFRN (Membro Titular)



---

Prof. Dr. Luiz Carvalho de Assunção

UFRN (Membro Titular)

---

Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior

UFRN (Suplente)

Natal/RN, 11 de abril de 2003

Catálogo da Publicação na Fonte.  
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Silva, Elizabeth Lima da.

Políticas públicas x diversidade étnica cultural: um estudo da Comunidade Negra de Rural de Capoeiras-Macaíba/RN / Elizabeth Lima da Silva. - Natal, RN, 2014.

174 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa.

Dissertação (Mestrado em Serviço social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Serviço social.

1. Etnia cultural — Diversidade - Dissertação. 2. Políticas públicas - Educação - Dissertação. 3. Educação - Quilombos - Dissertação. I. Costa, João Bosco Araújo da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>Políticas Públicas, Diversidade Étnica Cultural e Comunidades Negras Rurais Quilombolas .....</b>	<b>22</b>
1.1 - Políticas Públicas e Diversidade Étnica Cultural .....	27
1.2 - Comunidades Negras Rurais e Diversidade Étnica Cultural .....	40
1.3 - Comunidades Negras Rurais e Políticas Públicas .....	47
1.4 - A Presença Negra no Rio Grande do Norte.....	53
1.5 - Comunidades Negras Rurais no Rio Grande do Norte.....	60
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>Comunidade Negra Rural de Capoeiras - Macaíba .....</b>	<b>67</b>
2.1 - Município de Macaíba/RN .....	70
2.2 - Sítio de Capoeiras: Recontando a História .....	86
2.3 - Organização e Perfil Sócio-Econômico-Político e Cultural da comunidade.....	94
2.4 - Identidade Étnica - Territorialidade e Manifestação Cultural .....	104
2.5 - A Comunidade de Capoeiras e Suas Relações com a Sociedade Local .....	129
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>Comunidade Negra Rural de Capoeiras - Políticas Públicas e o Poder Local.....</b>	<b>136</b>
3.1 - Poder Local e Políticas Públicas.....	138
3.2 - Políticas Públicas Existentes na Comunidade de Capoeiras .....	142
3.2.1 - Educação: A Ideal e a Que Temos .....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>177</b>

## RESUMO

A presente dissertação avalia a política pública de educação de Macaíba/RN implementada na Comunidade Negra Rural de Capoeiras localizada no município de Macaíba/RN. Capoeiras é uma comunidade rural quilombola e, por isso, avaliou-se a efetividade da política educacional do município sob a ótica da diversidade étnico-cultural. As políticas de educação, em sua dimensão universalista, mesmo que alcancem os objetivos de incluir todas(os) no sistema educacional, não serão efetivas se, em sua formulação e implementação, deixarem de incorporar a dimensão da diversidade étnico-cultural que constitui a formação social brasileira. Partindo deste pressuposto, políticas públicas e diversidade étnico-cultural constituem-se no tema deste trabalho, que tem como objeto a atuação do Estado no âmbito da comunidade de Capoeiras, bem como avaliar em que medida a política educacional do município tem incorporado as especificidades étnicas e culturais nos programas e práticas educacionais. A pesquisa demonstrou que a política educacional do município de Macaíba não tem incorporado as especificidades étnicas e cultural da comunidade de Capoeiras em sua efetivação, reproduzindo a negação o que significa não levar em consideração as especificidades da diversidade que constitui a sociedade brasileira, o que acarreta, em relação aos moradores da comunidade, a reprodução de situações e práticas de preconceito e discriminação racial.

**Palavras-chave:** Comunidade rural quilombola. Política educacional. Etnicidade.

## **ABSTRACT**

This dissertation assesses the public education policy of Macaíba / RN implemented in the Black Rural Community of Capoeiras located in the municipality. Capoeiras is a quilombola rural community and, therefore, the effectiveness of the municipality's educational policy was evaluated from the perspective of ethnic-cultural diversity. Education policies, in their universalist dimension, even if they achieve the objectives of including all of them in the educational system, will not be effective if, in their formulation and implementation, they fail to incorporate the dimension of ethnic-cultural diversity that constitutes training. Brazilian social system. Based on this assumption, public policies and ethno-cultural diversity are the theme of this work, which has as its object the performance of the State within the Capoeiras community, as well as assessing the extent to which the municipality's educational policy has incorporated ethnic specificities. and cultural aspects in educational programs and practices. The research demonstrated that the educational policy of the municipality of Macaíba has not incorporated the ethnic and cultural specificities of the Capoeiras community in its effectiveness, reproducing the denial which means not taking into account the diversity that constitutes Brazilian society, which entails, in relation to the residents of the community, the reproduction of situations and practices of prejudice and racial discrimination.

**Keywords:** Quilombola rural community. Educational politics. Ethnicity.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho a todos os moradores de Capoeiras de Macaíba que tão especialmente me acolheu e oportunizou a construção de uma grande amizade, que nos une na busca de uma sociedade que respeite os diferentes, não os tratando de formas desiguais. “Diferentes, Sim. Desiguais Não”!

Ao Movimento Negro Brasileiro e, aos integrantes da Kilombo-Organização Negra do RN, por oportunizarem momentos inesquecíveis de descobertas da minha identidade negra. E de forma especial à juventude negra, continuidade da luta por um tempo de justiça e igualdade.

Ao meu filho Rafael, e as minhas filhas Samara, Larissa e Luanda, pela compreensão das horas ausentes dedicadas a este estudo.



## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação é o resultado de vários esforços e o produto de uma trajetória de resistência, dedicação, compromisso, insistência, desânimo e teimosia. Pode parecer um esforço solitário, mas na verdade, seria impossível sem o apoio e participação de algumas pessoas que, de forma direta ou indireta, contribuíram para sua concretização.

Quero externar minha gratidão a todos os professores da 1 turma do mestrado do Curso de Serviço Social — UFRN/2000.

Ao meu orientador, João Bosco de Araújo Costa, pela sensibilidade e visão ampla de atuação profissional e por ter acreditado no meu projeto de pesquisa, uma temática totalmente nova no campo acadêmico e discursivo do Serviço Social. E pelo apoio incondicional durante todo o período de elaboração e concretização deste estudo

As minhas colegas de turma que faço questão de nominá-las: Dalvanir, Miranice, Ilka, Sheyla, Rose, Fatinha, Margareth, Mary, Zelinha, Suerda e a Neyber que, em algumas horas de desânimo, angústia, cansaço, sempre apresentava uma palavra de incentivo e conforto.

Ao Sivi, meu amigo africano, de todas as horas, pela paciência e carinho que sempre me dispensou e pela contribuição da parte estatística desta pesquisa. Ao Danyel pela formatação deste texto e a Lenira pela correção gramatical deste trabalho.

As minhas colegas de trabalho, especialmente Marisa Dantas, pela postura ética, compreensão, responsabilidade e compromisso que pauta sua vida profissional.

A professora Dra. Alba Pinho, Assistente Social UFRN/CE e ao professor Dr. Luis Assunção, Antropólogo/UFRN, pelo apoio e sugestões dadas para o presente trabalho.

A Dona Raimunda minha mãe, referência em minha vida, as minhas Samara, Larissa, Luanda e ao meu filho Rafael, pela presença e compreensão em toda minha vida e pelas ausências durante a construção deste trabalho acadêmico.

## **SIGLAS**

ADCT — Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão. PVC - Projeto Vida de Negros.

EJA - Ensino pra Jovens e Adultos.

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

FCP - Fundação Cultural Palmares

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

ITERN — Instituto de Terras do Rio Grande do Norte

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PNAI — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios aplicada anualmente pelo IBGE

PPC - Parâmetros Curriculares Nacional

## **LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS**

### **QUADROS**

QUADRO 1 - Distribuição da População do Município de Macaíba

QUADRO 2 - População por Faixa Etária

QUADRO 3 - Atividades Comerciais de Macaíba

QUADRO 4 - Prestação de Serviços

QUADRO 5 - Intercambio Comercial

QUADRO 6 - Conselho e Comissões Municipais

QUADRO 7 - Número de Eleitores

QUADRO 8 - Área de Saúde - N° de Vacinados

### **GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 - População Total do Município de Macaíba

GRÁFICO 2 - N° de Habitantes da Comunidade

GRÁFICO 3 – Profissão / Ocupação da Comunidade

GRÁFICO 4 - Renda Familiar

GRÁFICO 5 - Escolaridade dos Pais

GRÁFICO 6 - Tempo de Residência

GRÁFICO 7 - Acesso a Terra Para Produção

GRÁFICO 8 - Título ou Documento de Posse de Terra

GRÁFICO 9 - Serviços Básicos

GRÁFICO 10 - Raça Cor

GRÁFICO 11 - Formas de Lazer

GRÁFICO 12 - Religião da Família

GRÁFICO 13 - Forma de Comunicação

GRÁFICO 14 - Políticas e Programas Existentes na Comunidade

GRÁFICO 15 - Avaliação dos Programas e Ações do Governo

GRÁFICO 16 - Escolaridade dos Filhos

GRÁFICO 17 - História da Cultura Negra, Dança do Pau Furado e Origem da Comunidade

"(...)

*A vida é igual um livro.*

*Só depois de lido é que  
sabemos o que encerra.*

*E nós quando estamos no fim  
da vida é que sabemos como a  
nossa decorreu.*

*A minha, até aqui, tem sido  
preta. Preta é a minha pele.*

*Preto é o lugar onde eu moro.*

*Quarto de Despejo (1960)*

**Carolina Maria de Jesus.**

Políticas Públicas X Diversidade Étnica Cultural constitui em a temática deste trabalho. tendo como objeto de estudo a atuação do Poder Local na Comunidade Negra Rural de Capoeiras/Macaíba-RN, através da implementação das políticas públicas sociais existentes na comunidade, analisando até que ponto estas tem levado em consideração as especificidades étnico-culturais inerentes a essa comunidade.

O debate sobre a necessidade de incorporar a dimensão étnico-cultural na formulação de políticas públicas tem se intensificado nos últimos anos. De modo geral, tanto o movimento indígena como o movimento negro brasileiro têm sido os responsáveis pela introdução do tema na agenda política governamental, chamando a atenção para a necessidade de que, nas formulações de políticas públicas, contemple-se a dimensão étnico-cultural dos diversos segmentos que constituem a sociedade brasileira.

Tendo como referência empírica a comunidade negra de Capoeiras, localizada no município de Macaíba, o presente estudo de caso avaliou a formulação e implementação de políticas públicas pelo município dirigida à comunidade. Escolhemos a política educacional para a avaliação de sua efetividade no que diz respeito à Diversidade Étnico-cultural que a Comunidade apresenta em relação à sociedade.

O desafio em pensar e avaliar políticas públicas em relação a identidade étnica e cultural, no caso mais específico das comunidades negras rurais, está, em primeiro lugar, em superar o déficit no pensamento político brasileiro, o qual muito recentemente começa a pensar as demandas dos afro-descendentes.

A existência de diferenças entre os segmentos e grupos sociais que formam a sociedade brasileira e a compreensão de que estas se traduzem concretamente em diferenças culturais, valores, sentimentos, conhecimentos, formas de sociabilidades, identidades, entre outros, constituem um desafio para que seja contemplada a singularidade dos diferentes segmentos da nossa sociedade quando da formulação de políticas públicas.

Na nossa historiografia oficial observamos que somente a partir de 1900 surge o interesse pelos estudos dos afro-brasileiros. Vários autores se destacaram, dentre eles Nina Rodrigues (1930), Sílvia Romero (1930), Arthur Ramos (1940), Gilberto Freire (1940) Costa Pinto (1945) Guerreiro Ramos (1947)), Roger Bastide (1950), Otavio Ianni (1960), Florestan Fernandes (1960). Clovis Moura (1960), Darei Ribeiro (1970), Abdias do Nascimento (1970), entre outros.

Estes autores realizaram estudos que diretamente, ou tangencialmente, colocam a questão da população negra como objeto de reflexão com preocupações e objetivos diferenciados, em momentos históricos distintos. O conjunto dos autores acima, em sua maioria, não refletiu em seus estudos o passado escravista sob a ótica dos que romperam e não aceitaram as condições sub-humanas da escravidão. Porém esta ótica, sob um novo olhar, recupera a atuação dos negros como sujeitos não passivos de sua própria história, isto em função das diversas formas de luta e resistência do povo negro frente à situação de escravização que lhe foi imposta.

Em relação à dimensão étnica e cultural das Políticas Públicas, só recentemente começa a se constituir um campo de reflexão e avaliação, a partir de estudos de autores como: Henrique Cunha Júnior (1998), Hédio Silva (2002). Geruse Romão (1999), Nogueira (1999), Aparecida Bento (1997), Hélio Santos (2001), Ubiratan Castro de Araújo (2001), Sueli Carneiro (2000), entre outros

Nos últimos anos, com a emergência e mobilização dos movimentos reivindicatórios antes e após a constituinte de 1988 e, especificamente, dos afro-brasileiros, bem como a organização das comunidades negras rurais em torno de suas demandas, criaram-se condições para as ciências sociais abrirem espaço para a reflexão do tema das políticas públicas e Diversidade étnico-cultural, passando as comunidades negras rurais a constituírem-se em importante campo de estudo.

As comunidades remanescentes de quilombos são encontradas em todo território nacional e se caracterizam por um conjunto de elementos socioculturais que as distinguem das demais comunidades camponesas.

Entende-se por Comunidades Negras Rurais ou Remanescentes de Quilombos aqueles aglomerados humanos advindos da evasão de escravos das fazendas e garimpos que ocorreram antes da chamada "abolição", da qual o Quilombo dos Palmares é o mais conhecido

Os quilombolas eram também alforriados ou libertos, que compraram ou herdaram terras e que desenvolveram suas comunidades, dando início a várias gerações que hoje constituem Grupos étnicos, ou seja, populações que compartilham de identidade, história, cultura e valores próprios, que as singularizam como sujeitos diferenciados em relação a sociedade abrangente.

Parte das políticas públicas dirigidas às Comunidades Negras Quilombolas tem sido, nas últimas décadas, implementada pelos municípios. tendo *em vista* que com a constituição de 1998, os municípios brasileiros passaram a ter novas responsabilidades, entre elas a de formular e implementar políticas de desenvolvimento sócio-econômico.

Levando em consideração o exposto acima, acreditamos que a formulação e implementação de políticas públicas que tenham como finalidade o desenvolvimento do município de forma sustentável, presente no debate contemporâneo, exigem do poder público

e da sociedade civil, a organização e planejamento de ações/atividades que levem em considerações as relações étnico-culturais.

Partindo deste pressuposto e motivada por algumas inquietações, tanto pela condição de militante do movimento negro brasileiro e como pesquisadora da questão racial, cresceu o interesse e desejo de abordar a temática das Comunidades Negras Rurais, uma vez que, estamos acompanhando a nível nacional a organização das Comunidades Negras Rurais Brasileira e, em particular, em nosso Estado.

No Rio Grande do Norte, a mobilização e organização das comunidades remanescente de quilombos teve início na década de noventa, com a inserção do movimento negro urbano no cenário nacional, mais precisamente a entidade Kilombo-Organização Negra do Rio Grande do Norte, que passa a compor a Articulação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas como Entidade de apoio, juntamente com as Comunidades de Capoeiras/Macaíba, e Boa Vista dos Negros/Parelhas/RN.

A Kilombo — Organização não governamental que trabalha com a temática da questão racial no Rio Grande do Norte, articulada com as Entidades do Movimento Negro Nacional, vem participando do processo de mobilização e organização das comunidades negras rurais no Brasil

A Kilombo implantou o projeto "Quilombos no RN" visando ao mapeamento das Comunidades Negras Rurais em nosso Estado, com a finalidade de realizar o levantamento das formas de uso e posse da terra destas comunidades, suas manifestações culturais, religiosas e a memória oral do período antes e pós-abolição

É importante ressaltar que a nossa participação e inserção no movimento negro brasileiro, através de seminários, conferências, debates, palestras, grupo de estudo, redes, influíram sobremaneira na opção por este tema, isto porque acreditamos que nenhum objeto de



pesquisa ou investigação está livre dos desejos e das questões próprias a que o pesquisador tenha interesse em estudá-lo e compreendê-lo.

A escolha da Comunidade de Capoeira como objeto de investigação deu-se a partir de alguns critérios: por esta comunidade ter visibilidade a partir de sua atuação no movimento negro brasileiro; por ser representativa no universo das comunidades negras do Rio Grande do Norte e finalmente, por constituir-se também na possibilidade de ampliação e atuação do serviço social. Os estudos na área foram realizados nos meses de janeiro a junho do ano de 2002.

A Comunidade de Capoeiras possui em torno de 1.350 moradores, divididos em 230 famílias; assim sendo, a exemplo de Capoeiras, hoje, no Brasil um grande número de povoados, formados basicamente ou exclusivamente por uma população negra, começa a chamar a atenção de setores expressivos da sociedade.

Capoeiras encontra-se nas condições das demais Comunidades Negras Rurais, ancorada no contexto de um Brasil que possui hoje uma Constituição na qual o elenco de direitos e garantias foi sensivelmente ampliado e que também nunca se falou tanto de crise e seus impactos negativos junto à pobreza e exclusão que acirram as desigualdades sociais, tornando precário o acesso da população à saúde, educação, renda, moradia e meio ambiente favorável,

Esta pesquisa procura compreender e avaliar até que ponto as ações governamentais, através de suas instituições na Comunidade, têm buscado potencializar a implementação de políticas sociais que possam contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico dessa população, levando em consideração suas especificidades sócio-culturais.

Os procedimentos metodológicos adotados constituíram-se de revisão da literatura sobre Políticas Públicas, Diversidade Étnico-Cultural, Comunidades Negras Rurais e Poder Local, para a construção de um quadro referencial, bem como a realização de pesquisa

documental em revistas, jornais, consultas em arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do RN. Também adotamos a observação participante como abordagem fundamental em um processo de discussão e reflexão sobre as situações vividas na comunidade, investigando-os a partir dos seus depoimentos e interpretações de sua prática social e ainda aplicamos entrevistas semiestruturadas e questionários com a população e representantes governamentais.

O conjunto dos procedimentos metodológicos impõe-se na medida em que para avaliarmos as políticas públicas implementadas pelo município da comunidade, recorremos a métodos quantitativos e qualitativos. Também utilizamos os recursos da pesquisa etnográfica na medida em que,

*pressupõe a existência de um mundo cultural que precisa ser conhecido e que se tem interesse de conhecer. Por isso, durante o processo as pessoas dão significados às coisas e à vida, procurando captar e descrever eventos que ocorrem na vida do grupo, considerando o contexto, a estrutura social e os comportamentos dos indivíduos em relação aos membros do grupo e a interpretação dos seus significados para sua cultura (FEIL: 1996, pág. 7).*

Fomos apresentados à comunidade pelas lideranças locais, o que proporcionou uma certa vantagem, mas que inicialmente observamos, não deixava de ser evidenciada a insatisfação demonstrada de parecer ser mais uma pesquisa a ser realizada na comunidade.

O pertencimento à raça e à militância negra nos adiciona mais sensibilidade e identificação com problemas comuns a esses grupos sociais e constituem fatores de vantagens, não só a aproximação com o grupo, mas também na percepção dos seus problemas, embora não se possa perder de vista que, mesmo existindo o maior grau de confiança, não retira da pesquisadora a qualidade de estranha

Por outro lado, apesar de muito bem acolhida, não está isenta da desconfiança, seja pelos olhares ou por meio das perguntas, tais como: "Você mora aí? Você está na casa de quem?" "O que estão fazendo? Para que essas perguntas? Já estamos cheios desse povo que vem aqui, fazem o monte de perguntas e nada acontece de melhor para gente! Qual o motivo que lhe trouxe aqui? Essa

pesquisa vai servir pra que mesmo? Perguntas que muitas vezes, pelo modo como são feitas, pode denotar uma certa agressividade. desconfiança e desânimo em função de pessoas que chegam à comunidade. criam expectativas em relação à melhoria de suas vidas e não retornam, não deixam nada para a comunidade.

Procuramos mostrar a importância da pesquisa. o trabalho que estava sendo feito, tomando o cuidado de não criar qualquer expectativa. uma vez que, posteriormente a realização da pesquisa da dissertação, não teria nenhuma certeza de. que esta resultasse em algo concreto para a comunidade.

Com a observação participante, acompanhamos os moradores durante a execução dos seus serviços no dia-a-dia, nos seus plantios, nos convites feitos para comparecer as festas tradicionais da comunidade, nas conversas de final de tarde, visitando as pessoas nas suas casas, nos locais de produção, enfim, conhecendo o modo de viver da comunidade.

Foram aplicados 170 questionários na comunidade, por família, com perguntas em sua maioria fechadas em um universo de 230 famílias, abrangendo todos os grupos existentes dentro da comunidade, não atingimos a totalidade das famílias, tendo em vista situações de casas fechadas, mudanças temporárias de família neste período algumas famílias morando na mesma casa.

Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as lideranças da comunidade: as pessoas mais velhas da comunidade, consideradas aos olhos dos membros da comunidade como aquelas que detêm mais dados sobre a memória do grupo, assim como entrevistamos as lideranças jovens da comunidade.

Ainda durante a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com o Prefeito do Município de Macaíba. Representante e técnico do INCRA, Presidente e Técnicos do ITERN- Instituto de Ferras do RN. Secretária da Saúde e Técnicos. Secretária da Educação e Equipe Pedagógica; Diretor e Professores da Escola da Comunidade.

Em relação as entrevistas, foram utilizados dois tipos: a guiada que, segundo RICHARSON,

*permite ao entrevistador, utilizar um "guia" de temas a ser explorado durante o transcurso da entrevista. As perguntas não estão pra-formuladas. são feitas durante o processo e a ordem dos temas tampouco está preestabelecida. (RICHARSON, 1990, pág. 10)*

E a não diretiva, que, ainda conforme este mesmo autor, *permite ao entrevistado desenvolver suas opiniões e informações de maneira que ele estimar conveniente. O entrevistador desempenha apenas funções de orientação e estimulação (id,ib).*

Dessa forma, as técnicas utilizadas permitiram apreender o essencial para a investigação, pois através de suas respostas e discursos tivemos elementos e informações preciosas para análise do objeto da pesquisa, e ajudaram a saber qual a percepção e avaliação que os moradores possuíam a respeito das políticas públicas existentes no Município de Macaíba e. em especial. na comunidade de Capoeiras.

O presente trabalho estrutura-se em três capítulos: No primeiro capítulo realizamos uma reflexão sobre a articulação entre Políticas Públicas - Comunidade Negra e Diversidade Étnica-cultural. Essa reflexão nos permite discutir as lacunas existentes na articulação que se faz necessária e nesse sentido, o capítulo abordará as seguintes questões: Políticas Públicas; Diversidade Étnica Cultural, Comunidades Negras Rurais - organização e mobilização a nível nacional e a presença das Comunidades Negras Rurais do Rio Grande do Norte. Para realizamos a discussão sobre essas comunidades, torna-se necessário recuperar a trajetória da presença da população negra no RN e situa-la hoje no processo histórico mais amplo de mobilização. organização e visibilidade do movimento das Comunidades Negras Rurais do Brasil.

No segundo Capítulo. realizamos urna apreensão da Comunidade Negra Rural de Capoeiras, *em* primeiro lugar recorreremos às categorias de memória e identidade, recontando a

história da comunidade como a mesma surgiu. sua organização, e perfil socioeconômico. político e cultural, a partir da memória oral de seus integrantes\_ Em seguida evidenciaremos a identidade étnica, territorialidade e manifestações cultural da comunidade, e finalmente, a relação da comunidade com a sociedade local e, assim como formas de resistências que tem utilizado enquanto um grupo social étnico diferenciado no contexto local.

No terceiro capítulo, discutimos sobre o papel do poder local, analisando às políticas existentes no município e, em especial a política educacional, na comunidade de Capoeiras, sob um olhar da dimensão étnica cultural, analisando como hipótese investigativa quais os impasses e limites do discurso oficializado do poder local na implementação das políticas públicas que contemple as especificidades da comunidade,

Por fim, as considerações finais sobre a pesquisa, enfocando a diversidade étnica cultural e as políticas públicas brasileiras, especificamente as existentes na comunidade negra rural de Capoeiras-Macaíba:RN, seus limites e potencialidades Além de concluir a reflexão realizada. apontamos para novas possibilidades de pesquisas no campo do Serviço Social visto que a história dos afro descendentes é uma parte significativa da História do próprio País.

## **CAPÍTULO 1**

# **POLÍTICAS PÚBLICAS, DIVERSIDADE ÉTNICA CULTURAL E COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS.**

**Nossa geração não lamenta tanto os crimes  
dos perversos quanto o estarrecedor silêncio  
dos bondosos.**

**Martin Luther King**

O Brasil tem uma imensa diversidade cultural e étnica bastante visível em qualquer ponto geográfico que nos encontramos, porém temos lidado de forma incipiente e insatisfatório com a temática. Um exemplo dessa dificuldade é o debate sobre políticas públicas que contemplem as especificidades dos diversos segmentos que formaram a população brasileira: índios, brancos e negros que vivem até hoje supostamente numa sociedade sem discriminação<sup>1</sup> ou numa "democracia racial"<sup>2</sup>

A discussão sobre políticas públicas no Brasil, apesar do crescente interesse, ainda aponta muitas lacunas. Só recentemente começa a intensificar-se a discussão sobre a avaliação de políticas públicas especialmente voltadas para as áreas de educação e saúde. Como observa TEREZA LOBO:

A administração pública no Brasil, a semelhança de outros países latino-americanos, não desenvolveu ao longo do tempo a cultura da avaliação da efetividade do gasto público, especialmente no que tange aos programas sociais. Encontram-se disponíveis, quando muito, esquemas formais de controle lájea-financeiro, no mais das vezes utilizados para cobrança de prestações de contas sobre transferência de recursos financeiros (LOBO, 1999:75).

A autora considera que "só por meios da institucionalização *da avaliação pode se ter um instrumento importante para a tomada de decisão a respeito das políticas sociais*". (LOBO, 1999:78)

<sup>1</sup> Discriminação e o somete que se dá pare conduta ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos tais :amo a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e nítri cri. A discriminação e algo assim como a tradução prática. a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo. do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, *é* uma ação (no sentido de fazer ou deixar de fazer algo) que resulta em violação de direitos. (OIT/MTB, 1998, p 15)

<sup>2</sup> Democracia Racial — entende-se o pleno exaurido da democracia numa determinada sociedade onde leva em consideração a diversidade, pluralidade dos diferentes. promovendo a igualdade e havendo um senso de solidariedade para estes. *As consideradas minorias*": negros, mulheres, homossexuais, portadores de necessidades especiais e outros. *Não* poderão ser privados do direito de ter direitos, de ter sua própria vida cultural, religiosa e usar sua própria linguagem. Esses têm direitos de gozar da igualdade em todas as áreas na lei e nos fatos. (OIT/MTB.1988. P.16)

Mesmo tendo um longo caminho a percorrer, as discussões sobre avaliação de políticas sociais têm linhas gerais definidas e através de distintas abordagens procuram avaliar programas e projetos sociais, seja sob o ângulo de impactos, de processos, ou da eficiência, eficácia e a efetividade destes programas.

Para Maria Ozanira, *"a avaliação de políticas envolve princípios políticos fundamentais sobre alguma concepção referente ao bem-estar humano, destacando os princípios de igualdade e de democracia, bem como a concepção de cidadania"*. (Silva. 1977, pág. 75). Ainda Maria Ozanira, identificando as várias concepções e modelo analítico de avaliação de políticas sociais considera que *"temos dois tipos básicos de avaliações: a de processos e de impactos"*. (SILVA, 1977, pág. 77)

A avaliação de processos visa a aferir a eficácia, verificando se o programa está ou não se desenvolvendo conforme as diretrizes preestabelecidas, permitindo desenvolver um controle antecipado do tamanho e da qualidade do efeito desejado. (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986, pág. 8 *Apud* SILVA, 1997, pág. 77). A avaliação de impactos é mais ampla e mais complexa por procurar captar os efeitos do programa sobre a população-alvo, tendo como intenção subjacente estabelecer relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais.

MARTA ARRETCHE, no estudo que faz sobre tendências na avaliação de políticas sociais, afirma que *"por análise de políticas públicas. entende-se o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas. Qualquer política pública pode ser formulada e implementada de diversos modos"* (ARRETCHE. 1999:30).

E ao se referir à literatura de avaliação de políticas públicas, esta autora acrescenta que esta *"costuma distingui-las em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência"*. (ARRETCHE, 1999:29). É importante destacar o conceito de avaliação de efetividade, pois esta incide sobre os resultados de uma política substancial pública, dessa forma a autora entende por efetividade,



*[...] o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos e/ou resultados. isto é, seu sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias da vida das populações atingidas pelo programa sob avaliação. (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986. Apud ARRETCHE, 1999, pág. 32).*

Quando se trata de comunidades e populações afrodescendentes, a efetividade no sentido acima elaborado não pode deixar de considerar a dimensão étnica cultural. Isto significa que efetivas mudanças nas condições sociais das comunidades afrodescendentes devem traduzir tanto a dimensão universalista da inclusão social como a reafirmação de suas características culturais de segmentos diferenciados no interior da sociedade abrangente, isto porque, como afirma Marcus A. Melo,

*[...] a avaliação de políticas públicas não constitui um exercício "formal" "desinteressado", à semelhança de um cálculo de custo-benefício. Ela está fortemente ancorada num conjunto de valores e noções sobre a realidade social partilhada pelos membros relevantes de uma maioria de governo - aí incluídas elites políticas e burocráticas - que os permite distinguir a "boa" da "má" política (MELO, 1999, pág. 11).*

Neste sentido c que o Movimento Negro Organizado tem se empenhado para que os formuladores de políticas públicas sejam em âmbito da União, dos Estados e Municípios, adquiram essa sensibilidade em relação às Comunidades Negras Rurais. Também em relação as avaliações das políticas públicas, a dimensão étnica-cultural deve ser incorporada quando da construção dos conceitos.

Maria Carvalho, em relação à avaliação de políticas públicas expressa-se da seguinte forma:

*A concepção restrita que ainda guardamos sobre a avaliação faz dela um procedimento aprisionado pela busca da objetividade - traduzida em dados quantitativos - e pelo olhar à distância ainda praticado pela investigação científica neste campo. (CARVALHO, 1999, pág. 87).*

Esse aprisionamento na busca de uma objetividade geralmente construída a partir de quantificações sócio-econômicas na avaliação da efetividade das políticas públicas, tem sido responsável pela ausência da incorporação da esfera cínico-cultural nos processos de avaliação e na construção dos conceitos.

Essa lacuna não pode continuar a persistir nas Análises sobre Políticas Públicas, uma vez que a Diversidade Étnico-Cultural deve ser uma variável a ser levada em conta na avaliação de políticas públicas e na ação do poder público de gerar políticas quando dirigidas a comunidades que possuem singularidade identitária e étnico-cultural.

Neste capítulo faremos, como forma de pensar as políticas públicas dirigidas às Comunidades Negras Rurais, uma reflexão sobre a relação entre políticas públicas e a Diversidade Étnico-cultural. Neste sentido discutiremos o conceito de políticas sob a visão de alguns autores, numa época em que os direitos sociais no 'Brasil deixam de ser meras declarações retóricas e passam a ser direitos garantidos na constituição e em leis em busca de sua realização e efetividade.

Em seguida discutiremos diversidade étnico-cultural e sua relação com as políticas públicas. onde procuramos apontar as diversas lacunas existentes no seio do debate sobre políticas públicas. Descreveremos ainda a articulação destas políticas com o processo de organização das comunidades negras brasileiras E por fim, faremos uma reflexão sobre a presença negra no RN e mais especificamente sobre as comunidades negras rurais do RN

## 1.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE ÉTNICA CULTURAL.

*(...) Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e a liberdade estabelecido' nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. (Declaração dos Direitos Humanos - artigo 11).*

Por Políticas Públicas compreendemos como a execução de ações institucionais do poder público destinadas atender às necessidades básicas da população através de bens e serviços. As Políticas Públicas em sociedade democráticas são formuladas pelo Estado em parceria com a sociedade civil organizada, de forma a exercitar a construção da cidadania. Podem ser entendidas também como ações governamentais e institucionais que 'visam a diminuir as desigualdades econômicas e sociais de grupos, segmentos e classe considerada não privilegiada. ABRANCHES (1994) refere acerca desta questão:

*A política social é parte, precisamente, do processo estatal de alocação e distribuição de valores. Está, portanto, no centro do confronto entre interesses de grupos e classes, cujo objeto é a reapropriação de recursos extraídos dos diversos segmentos sociais, em proporção distinta, através da tributação (ABRANCHES, 1994, pág. 10).*

A partir dessa perspectiva, as Políticas Públicas são executadas através de planos, programas e projetos, baseados em metas, diretrizes e concepções, tornando-se fundamental a locação de recursos orçamentários e financeiros para que sejam efetivamente implementados a partir das demandas que determinados grupos e segmentos sociais colocam *na* Agenda Pública. Os recursos de poder mobilizados pelos grupos e segmentos sociais é que determinam que uma demanda específica faça parte da agenda governamental.

A Viabilização de uma política pública passa também pela disputa entre grupos e segmentos sociais pelo fundo público. Nesse sentido, tanto a composição da agenda governamental, como a composição do orçamento do poder público, seja União, Estados ou Municípios. é resultante da capacidade de mobilizar recursos de poder por determinado grupo ou segmento.

Essa mobilização de recursos de poder pelos grupos, segmentos e classes sociais produzem-se no reconhecimento de Direitos pelo Estado. O direito à saúde, educação, segurança. entre outros garantidos na Constituição Brasileira de 1988, é um exemplo da mobilização dos diversos segmentos que reinventaram a sociedade civil no período de resistência e transição democrática.

No entanto, a garantia dos direitos sociais e políticos na lei não significa sua concretização numa sociedade que reconhece direitos universais a todos os segmentos que a compõe apenas abre as possibilidades para que os diversos segmentos sociais possam mobilizar-se para sua efetividade.

No caso brasileiro. a luta dos movimentos sociais pela universalização da cidadania, ancorado na soberania, na dignidade da pessoa humana. no pluralismo político, inscreveu nos objetivos do Estado Brasileiro, nos artigos 3º e 4º da Constituição *"a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais: promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras/Omitis de discriminação"*.

Dessa forma. o Estado Brasileiro tem a função de implementar esses objetivos através de políticas públicas, prestando serviços e bens, mediante arrecadação de impostos de pessoas físicas e jurídicas, a contratação de funcionários públicos e a formulação e implementação de programas e projetos sociais.

Nesse sentido, as políticas públicas sociais são particularmente importantes no contexto acima, para o enfrentamento da desigualdade e exclusão social dos segmentos populacionais que dependem integralmente do Estado para ter acesso à educação, assistência médica, social, psicológica, jurídica, segurança e infra-estrutura.

Quanto aos objetivos do Estado Brasileiro de promover a inclusão social de todos, sem discriminação de ordem racial, étnica, sexo ou idade, são princípios que necessitam ser observados, quando da formulação e implementação de políticas públicas. Isto significa, que ao lado da dimensão universalista as políticas públicas, no sentido da inclusão social, têm de ser consideradas as particularidades da Diversidade Étnico- Cultural da Sociedade Brasileira.

No entanto, na execução destes objetivos previstos na Constituição, a sociedade brasileira tem enfrentado duas ordens de problemas. as propostas Neoliberais de Reforma do Estado e a não sensibilização dos formuladores de políticas públicas para a dimensão étnico-cultural, caso dos programas e projetos sociais dirigidas as Comunidades Negras Rurais.

Estas Comunidades, pela dimensão Étnico- Cultural de suas populações, quando da formulação e implementação de projetos e programas que visem a sua inclusão social, além da dimensão universalista destes programas - no sentido homogeneizador de promover a melhoria sócio-econômicas destas comunidades, tais programas e projetos não podem perder de vista que estes segmentos demandam a preservação de suas especificidades identitárias e culturais.

No Brasil, a partir da década de 80, os movimentos sociais, de forma organizada e sistemática, começaram a postular direitos utilizando-se de vários instrumentos de pressão, ancorados por sindicatos e associações, mobilizações de mulheres, índios, negros, trabalhadores sem-terra, sem teto, comunidade negras quilombolas, dentre outros. No entanto, segundo o ideário Neoliberal, as despesas públicas passaram a níveis insustentáveis e a crise fiscal do estado do Bem-Estar Social fez surgir o entendimento de que o Estado estava

intervindo demais, sendo necessária uma nova regulação realizada pelo mercado sem o Estado, ou o que se convencionou chamar de Estado Mínimo.

Nos anos 90, a hegemonia desse pensamento foi sendo implantada nas economias periféricas. inclusive no Brasil, e o programa de ajuste estrutural passou a ser determinado por organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional-FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial (BID).

Em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso através do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, afirmou o seguinte: "*É importante ressaltar que a redefinição do papel do Estado é um tema de alcance universal nos anos 90*".

Neste sentido, CLAUDIA PEREIRA afirma que são inadiáveis:

*.A Reforma do aparelho do Estado com vistas sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas através de: Ajustamento Fiscal duradouro; Reforma da previdência; Reformas econômicas orientadas para o mercado, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que garantam a concorrência interna e criem condições para o enfrentamento da competição internacional: a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais (PEREIRA 1999, pág. 24).*

E dessa forma, entre outros objetivos, a redução dos gastos sociais constitui um dos elementos dessa política macroeconômica mundial. ou seja, o ajuste estrutural e a redução comprometem substantivamente a capacidade do Estado Brasileiro em formular políticas públicas e responder aos imensos déficits sociais existentes no país.

O discurso da reforma do aparelho do Estado proposto busca a transição de um tipo de administração pública, burocrática, rígida e ineficiente para uma administração pública gerencial, flexível e de regulação e coordenação do Estado especialmente a nível federal, havendo muitas vezes, transferência de responsabilidades sem a descentralização de recursos para a execução da prestação de serviços sociais. Tal situação ocorre porque com

a constituição de 1988, os municípios brasileiros passaram a ser responsáveis pela implementação da maioria dos programas e projetos sociais. Estas novas responsabilidades do poder local no Brasil caminharam no sentido da descentralização e não reviveram a correspondente contrapartida de transferência de recursos para as políticas públicas por parte da União.

Também podemos observar que esta descentralização ocorreu, na maioria das vezes, sem a construção efetiva da participação por parte da população, processo este que não significou a democratização e a eficácia das políticas públicas.

Refletindo sobre as dificuldades históricas de construção de um Estado Democrático, não burocrático e permeável a uma relação de participação da sociedade civil na formulação de suas ações, Marco A. Nogueira, diz o seguinte.

*Existem dificuldades para a realização da reforma do Estado Brasileiro, faz-se necessário compreender o processo de modernização que no Brasil alcançou êxito em 1930 com a Revolução Burguesa, uma revolução que se concretizou sem relevantes rupturas políticas, quase nada revolucionárias e que também não implantou a democracia. Isso significa que a autonomia da organização da sociedade, assim como o processo de uma identidade de tradição democrática encontrou grandes dificuldades. (NOGUEIRA: 1988, pág.266).*

Para NOGUEIRA, a reforma democrática do Estado passa por uma redefinição do papel desse Estado, ampliando o espaço público onde se possa obter a participação de um maior número de grupos da sociedade e isso não traduz a realidade brasileira. O mesmo autor exprime também: “[...] o sistema de representação política enfartou e a sociedade persiste em estado de mobilização precária. Mio demonstra estar adquirindo maior capacidade de organização e articulação política” (NOGUEIRA. 1998, pág. 202).

Ainda analisando a relação Estado e Sociedade, no seu ponto de vista, faz-se necessário deixarmos de olhar o Estado numa relação de superioridade, no sentido de desmistifica-lo, desconsiderá-lo que o mesmo esteja acima da sociedade. O Estado precisa ser democratizado e isso não ocorrerá se não construirmos uma nova cultura de efetiva participação da sociedade para que, de fato possa ser possível emergir maior amplitude de reforma estatal.

Arretche, analisando as Políticas Sociais no Brasil e o processo de descentralização/democracia/eficiência, afirma que elas serão caracterizadas,

por desigualdades de toda ordem: no ritmo de formulação e decisão entre as distintas políticas setoriais no interior de uma dada política, desigualdades entre o ritmo e os resultados da implementação e. sobretudo na qualidade dos serviços prestados (ARRETCHÉ: 1996. pág.11).

Em relação às políticas públicas dirigidas aos segmentos da população afro-brasileira as desigualdades apontadas por Arretche tornam-se mais cruciais devido tanto aos índices de inclusão social destas populações, como, mais ainda. em relação as suas necessidades de afirmação étnico-cultural.

A persistência das dificuldades no ritmo de formulação e implementação de políticas públicas continua a persistir em relação a vários segmentos sociais, mesmo que na Constituição Federal de 1988 estejam contempladas as possibilidades das reivindicações, por exemplo, do Movimento Negro Brasileiro, que instiga o Estado a desafios, sobretudo, no que diz respeito às garantias de que as políticas públicas contemplem a pluralidade dos diversos segmentos que formam a sociedade brasileira, ou seja. a população indígena, negra e branca.



Em relação à população negra<sup>4</sup>, em 1999, de acordo com as informações da PNAD, representam 45% da população brasileira, mas 69% são indigente<sup>5</sup>, 64% encontram-se na linha de pobreza<sup>6</sup>. A população branca, por sua vez, corresponde a 53% da população total brasileira, com 36% pobres e 32% de indigentes.

No Brasil existem 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes. Desses 53 milhões de brasileiros pobres, 19 milhões são brancos, 30,1 milhões são pardos e 3,6 milhões são pretos. Entre os 22 milhões de indigentes, temos 6,8 brancos 13,6 pardos e 1,5 pretos.

O Índice de Desenvolvimento Humano — IDH é um instrumento de análise desenvolvido pelo PNLID (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para classificar 174 países do mundo a partir dos níveis das variáveis *renda per capita, longevidade e alfabetização associada à taxa de escolaridade*.

O trabalho de pesquisa da FASE, de Wânia Santana e Marcelo Paixão, "Desenvolvimento Humano e População Afro-descendente": uma questão de raça, (1977). Comprova o impacto das desigualdades sociais sobre a população negra brasileira. Para estes autores ao ser aplicado o IDH brasileiro para a população branca, o Brasil ocupa a 49ª posição, o que o coloca entre os países de maior desenvolvimento do mundo.

No entanto, ao se aplicar o mesmo indicador para a população afro-brasileira, o Brasil passa a ocupar a 108ª posição, ou seja, estaria em posição abaixo de países como Argélia ou África do Sul, evidenciando a extrema desvantagem em que vive o povo negro brasileiro.

Como observa Marcelo Paixão, o estudo buscou aprofundar, em termos metodológicos e análises do OH, a desagregação para os grupos étnicos. sinalizando que:

*os dados apresentados neste estudo apenas comprovam a hipótese de que o problema do racismo e do preconceito, ao contrário do que diz o discurso oficial, existe em nosso país produzindo um processo de desigualdade social. (PAIXÃO, 2000:511).*

---

<sup>4</sup> A população negra entendida como a composta pela preta e parda.

<sup>5</sup> Indigente - Para efeito de cálculo de gastos da população que encontra-se nesta faixa, considera-se o valor de uma cesta básica 6 6

<sup>6</sup> regionalmente definida que contemple as necessidades de consumo calórico de uma pessoa.

Linha *de pobreza* — é verificada com base no cálculo múltiplo de linha de indigência, levando em consideração os gastos com alimentação *como* uma parte dos gastos totais mínimos, referentes a entre outros, a vestuários, habitação e transportes.

Assim, vimos que a pobreza no Brasil tem cor, a pobreza no Brasil é negra. Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja objetiva no que se refere à igualdade de direitos, a realidade brasileira revela, no entanto, uma constante desigualdade. Esta realidade de desigualdades acentuada entre a população branca e a não branca em nosso país pode ser evidenciada ainda em diferentes áreas através dos indicadores sociais apresentados por diversos organismos oficiais, tais como Banco Mundial, IBGE IPEA, CEPAL, ONU, entre outros

*De acordo com os dados do IBGE (1999), " a taxa de analfabetismo em 1999 era de 20% para pretos e pardos, e de 8,3% para brancos: 80% das mulheres negras sã atingem 4 anos de estudos e mulheres brancas 6,7%; no mercado de trabalho, em relação à ocupação e renda mulheres negras recebem 55% menos dá que as mulheres não negras: 54% das mulheres estão concentradas na prestação de serviços, destas, 80% são empregadas domesticas negras e 20% são brancas.*

Ainda de acordo com dados apresentados acerca da Pesquisa de Padrões de Vida da população brasileira (IBGE), Ricardo Henrique diz o seguinte,

*Cerca de 58% do diferenciari salarial entre brancos e negros está associado à desigualdade educacional. sendo uma parte derivada da discriminação gerada no interior do sistema educacional e outra parte derivada da herança da discriminação educacional infligidas às gerações dos pais dos estudantes, (HENRIOUE: 2002, pág. 13).*

Somente para ilustrar, conforme dados do IBGE (1994, p.65), considerando a média salarial em todo país, os homens brancos recebem 6,3 salários mínimos; as mulheres brancas 3,6; os pretos + pardos 2,9 e as mulheres negras, 1,7 salários mínimos.

Verificamos, dessa forma que, existe uma ordem incontestável de desigualdades homem branco, mulher branca, homem negro e por fim a mulher negra, seja nas oportunidades de acesso à educação, ao mercado de trabalho, renda e nas relações de poder.

Estes dados dão a média exata de que as oportunidades não se equivalem e que não se trata de questões subjetivas, mas se traduz na vida cotidiana e nas condições de vida dessa população, pois vivemos sob a égide de um Estado que garante a igualdade em seus ordenamentos institucionais enquanto que na reprodução das relações sociais mantém privilégios de raça e classe e, dessa forma, por possuir menores recursos de poder, as políticas públicas implementadas pelo Estado, atingem de forma bastante diferenciada o contingente populacional negro brasileiro.

Os indicadores políticos, econômicos e sociais constataam que a pobreza e as desigualdades em nosso país esbarram nas evidentes estatísticas de exclusão da população negra. E no enfrentamento dessas questões que as políticas públicas sociais assumem lugar de destaque nos debates de diversos segmentos da nossa sociedade.

Dessa forma, o grave quadro de pobreza no Brasil, especificamente quando analisado pelo viés étnicorracial, do não acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, emprego e renda, há um rebatimento negativo direto sobre a população negra, uma vez que as desigualdades brasileiras tem um componente étnicorracial incontestável. Henrique Cunha Junior, diante do quadro acima descrito diz o seguinte: *A diversidade étnico-cultural é ainda utopia na nossa sociedade. As fragilidades do nosso sistema político de representação democrática estão ancoradas nas fraquezas do processo de existência simbólica e livre das diversas etnias. (JUNIOR: 1998, pág.24).*

Para revertermos este quadro, é necessário darmos visibilidade racial aos problemas sociais brasileiros para que possamos alcançar qualquer proposta que vise a trabalhar a questão da cidadania levando em consideração que um dos pressupostos da cidadania é o direito de todos (as) viverem à luz das suas próprias especificidades.

Porém, até o presente momento, são deficientes os instrumentos governamentais para amenizar o quadro acima citado e essa concentração desigual do acesso aos serviços reafirma

uma relação histórica com a exclusão social e a segregação da população negra que merece ser olhada com atenção e de forma diferenciada. Ainda segundo o educador Henrique. Cunha,

Os assuntos referentes às relações inter étnicas são tratados como tabus na sociedade brasileira. A maior parte da população acredita não existir problemas de racismo em nosso país, pois nossa população é mestiça (JUNIOR: 1998, pág. 22)

Para o movimento negro os anos 80 foram marcados pela denúncia intensificada da discriminação, do racismo e pelo reconhecimento institucional por parte do Governo Brasileiro da existência do racismo, através da implantação dos Conselhos de Participação da Comunidade Negra em diversos Estados Brasileiros.

Nos anos 90, o debate sobre a necessidade de políticas públicas para grupos discriminados negativamente ganha visibilidade a partir da adoção de cotas para mulheres nas direções de partidos, para serem candidatas e para pessoas com limitações especiais. A percepção de que vivemos numa democracia racial é cada vez menos consensual.

A discriminação racial, que estigmatiza o diferente e assume uma atitude de intolerância e de rejeição ao outro, não ocorre só no Brasil, nos Estados Unidos e na África do Sul, mas, no final deste século, se intensifica, violentamente, em países como França, Alemanha, Áustria, Rússia e Espanha, cujas vítimas são os muçumanos, turcos, gregos, norte-africanos, latinos, ciganos. entre outros.

Ao mesmo tempo, nas últimas décadas, o mundo vem assistindo a uma reorganização nos diversos continentes, tanto do ponto de vista político-institucional, como econômico, levando a estruturação de blocos regionais que possuem crescente importância na definição das normas internacionais de comércio, produção industrial, circulação de mão de obra, entre outros aspectos.

Enquanto os governos, o setor comercial e as instituições financeiras internacionais têm dialogado e definido estratégias conjuntas em questões relativas à integração econômica, na circulação do capital em mercados comuns, o nexo crítico entre comércio e direitos humanos tem sido negligenciado.

Pouco se avançou em termos dos direitos de cidadania dos habitantes que também são parte deste processo de integração regional e global, no que diz respeito a fatores como políticas sociais, proteção ambiental e promoção dos direitos humanos.

Ativistas e representantes da sociedade civil do mundo inteiro vêm chamando atenção para a necessidade de deslocar o eixo paradigmático deste diálogo. Temas como desigualdades sociais, meio ambiente, racismo, intolerâncias, precisam estar no centro da discussão.

A relevância adquirida pelos temas da diversidade e identidade tem sido acompanhada do debate do desenvolvimento de direitos econômicos e sociais. E as sociedades devem valorizar seu caráter multiétnico e pluricultural: "[...] a cidadania aparece como um valor na qual é vital o reconhecimento do outro na sua especificidade e diferença cultural". (GEPAL, 2000, pág. 15)

Esse reconhecimento do outro, apontado pelo documento da CEPAL, quando pensadas como propostas de desenvolvimento sócio-econômico, implica políticas públicas que, ao lado de seus propósitos de elevações das condições sociais e econômicas das populações, devem também valorizar afirmativamente as especificidades que constituem a diversidade étnico-cultural das sociedades. Ainda o documento da CEPAL, na análise que faz sobre a situação da América Latina e Caribe, conclui: *A força com que hoje irrompe a democracia na vida política de todos os países da região permite repensar a construção da cidadania incorporando a diversidade cultural* (CEPAL. 2000.20)

Sendo assim a agenda da ação política das organizações da sociedade civil inclui as questões econômicas colocadas pela globalização, mas as ultrapassa, através de uma análise crítica, vigilante e propositiva que contemple esta diversidade.

As organizações da sociedade civil vêm desempenhando um papel fundamental na apresentação de propostas em políticas públicas nacionais que contemplem a diversidade étnico-cultural dos diferentes povos; atuam também no cenário internacional, influenciando tratados, acordos e programas de diversas índoles envolvendo os países membros das Nações Unidas, o que pode ser confirmado através da ação política da sociedade civil durante a década de noventa, no processo de ampliação do conceito de Direitos Humanos e constatados em diversos momentos como, por exemplo, nas realizações das Conferências das Nações Unidas:

- Meio ambiente (RJ, 1992).
- Direitos Humanos (Viena, 1993).
- População e Desenvolvimento (Cairo, 1994).
- Desenvolvimento (Copenhague, 1995).
- Mulher (Beijing, 1995),
- Habitat (Istambul, 1996)
- E mais recente a Conferência Mundial Contra o Racismo e Todas as Formas Conexas de Intolerâncias (África do Sul ,2001).

As Conferências acima tornaram possível ampliar e reconceitualizar a plataforma dos direitos humanos, em função das lutas das novas ONGS e da sociedade civil que incluíram questões de saúde, violência doméstica, urbana e rural, reprodução. meio ambiente, raça e etnia, entre outros temas.

Estes novos atores sociais formaram redes nacionais, regionais e internacionais hem estruturadas e, a despeito da diversidade entre elas, têm articulado estratégias internacionais baseadas em pontos consensuais. Para Flávia Piovesan,

*a universalização dos direitos humanos é um processo deflagrado na segunda metade do século passado que se consolida através de acordos internacionais que tem criado obrigações e responsabilidades para os Estados, os quais devem responder pelas pessoas sujeitas a sua jurisdição (PIOVERSAN, 199, pág. 44).*

Uma das dimensões do respeito aos Direitos Humanos é a que diz respeito às diferenças. No caso das populações afro-descendentes, isto diz respeito às diferenças étnicas culturais que estes segmentos apresentam em relação a sociedade na qual estão inseridas.

O Brasil nos últimos anos, vem passando por um processo de mudanças no que diz respeito às questões de relações raciais, mas a percepção de que vivemos numa democracia racial é cada vez menos consensual.

Dessa forma, a disputa por políticas públicas universalistas que contemplem as singularidades é um espaço privilegiado para os afro-brasileiros e para as Comunidades Negras Rurais. É preciso que as políticas públicas de inclusão em sua elaboração e implementação levem em consideração a diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira, o que até o momento não tem sido efetivo

Na maioria das vezes o assunto é alvo de muitas críticas e existem resistências à sua incorporação. Uma das críticas mais comum é dizer que tratar de políticas específicas trariam conflito e divisionismo. As críticas relacionam-se também à inadequação de políticas desse tipo, uma vez que, por exemplo, a situação desvantajosa da população negra estaria associada ao seu baixo grau de escolaridade.

Uma melhoria geral das políticas educacionais seria suficiente e traria os benefícios esperados à população afro-brasileira. Sabemos, por outro lado que o enfrentamento e respeito à diversidade étnico-cultural, incluem, além de um Programa Nacional de Combate às desigualdades existentes, medidas que atendam ao grande contingente da população, ou seja, 73 milhões de brasileiros afro-descendentes; estas medidas também devem contemplar a diversidade cultural dos afro-descendentes em seus programas educacionais.

A compreensão e o fortalecimento desta temática no contexto da Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de intolerâncias - África do Sul, em setembro de 2001, ganharam ainda maior relevância na

medida em que o Estado Brasileiro foi designatório na elaboração da Declaração e Plano de Ação da referida conferência

No tópico a seguir discutiremos sobre diversidade étnico-cultural e comunidades negras rurais, como forma de pensar direitos humanos a partir do princípio de reconhecimento das diferenças, ao contrário do ideal da homogeneidade, numa estreita relação de políticas públicas dirigidas às comunidades negras rurais brasileiras

## **1.2 - COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E DIVERSIDADE ÉTNICA CULTURAL**

As Comunidades Negras Rurais de Remanescentes de Quilombos constituem-se em grupos étnicos, ou seja, populações que compartilham de identidade, história, cultura e valores próprios considerando-se como sujeitos diferenciados em nossa sociedade. O termo comunidades negras rurais é uma designação atual, a princípio adotada pelo movimento social negro.

Clovis Moura, enfatizando a importância sócio-política do Quilombismo, diz que *"este representou referencial para a trajetória do africano no Brasil no período escravocrata notadamente a resistência pela liberdade, a construção da diferença "*. (MOURA, 1981, pág.30).

Na Constituição de 05 de outubro de 1988, no seu art. 68 do Ato das Disposições remanescente das comunidades de quilombos, referindo-se àquelas situações sociais cuja formação foi originada a partir dos chamados quilombos.

Quando se atribui hoje ao termo quilombo o mesmo significado que lhe foi dado pelos colonizadores no século XVIII à ação de fuga de negros escravizados *"não se leva em*



*consideração a importância do modo e formas diversas que originaram-se estes grupos sociais. Todos são portadores de um mesmo direito Independentemente da forma como originou o território". (MOURA, 1993, pág. 11)*

Os militantes do movimento negro e estudiosos da questão étnica, devido a estas formas diversas que deram origem a estes grupos sociais, estão utilizando termos diferenciados, tais como terra de preto, remanescente de comunidades de quilombos, comunidades negras rurais, quilombos. Portanto, são construções de categorias sociais distintas para tratar do mesmo tema.

Dessa forma, advogados, assistentes sociais, historiadores, sociólogos, antropólogos, agrônomos e outros profissionais que trabalham ou pesquisam nas comunidades negras rurais no Brasil tem utilizado conceitos não necessariamente coincidentes e que se diferenciam entre si de acordo com sua perspectiva teórica.

Veiga Rios, procurando definir Juridicamente o conceito de quilombo a partir de descendência com escravos fugidos, afirma de forma categórica que

*é possível então definir no plano jurídico remanescente de quilombo, a partir dos elementos apontados, como aquelas populações que mantém vínculos históricos e sociais com grupos de antigos escravos fugidos que lograram permanecer livres durante a vigência das leis escravistas brasileiras. Não há na nossa opinião, como ampliar o entendimento do que sejam comunidades remanescentes de quilombos para, além disso. (RIO, 1997, pág. 65 - 77).*

Definir conceitualmente quilombo como descendentes de escravos fugidos que dando conta de diversas outras situações que originaram comunidades negras remanescentes de quilombos.

Salustiano da Silva, ao expor seu pensamento sobre o que denomina de comunidades negras remanescente de quilombos, se baseia em elementos diferentes dos parâmetros de Veiga Rios.

*Remanescentes de Comunidades de Quilombos podem ser identificados nos territórios utilizados para trabalho e habitação de comunidades afro-brasileiras, cuja comprovação fática de suas ocupações estejam fundadas em apossamento secular das terras a compreendida. (SILVA, 1997: pág. 51).*

Dessa forma, para Salustiano, o conceito de quilombo, é diferente daqueles denominados pelo governo colonial de Portugal em 1740. O que determinaria, hoje, seriam a autodefinição pelos agentes sociais, apossamento secular, uma base geográfica comum, a unidade de trabalho familiar, a identidade étnica e formas de sociabilidade comunitárias. Muitos são os exemplos deste debate no campo intelectual no sentido da revisão ou de ressemantização do termo quilombo. Roberto de Oliveira, referindo-se ao assunto conclui.

*Em suma, as comunidades de remanescentes de quilombos não podem ser definidas em termos biológicos e raciais, mas como criações sociais, que se assentam na posse e usufruto em comum de um dado território e na preservação e reelaboração de um património cultural e de identidade própria (OLIVEIRA, 1997, pág. 83-85).*

Nesse sentido, Roberto de Oliveira chama atenção para um aspecto importante na conceituação de comunidades remanescentes de quilombos: a configuração destas comunidades e o pertencimento a elas, não podem ser definidas por critérios bio-raciais. Assim, o que configura estas comunidades são elementos étnico-culturais que apresentam na diversidade cultural que compõe a sociedade brasileira.

O antropólogo Alfredo Almeida questiona o conceito limitado da visão jurídica de comunidade remanescente quilombo presente na Constituição Federal de 1988. Para este:

*(..) A ênfase é sempre dirigida ao quilombola como escravo fugido e bem longe dos domínios das grandes propriedades. Ora, segundo a ruptura antes sublinhada, houve escravo que não fugiu, que permaneceu autônomo dentro da esfera da grande propriedade e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não pode ou conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel era ficar (ALMEIDA, 1998: pág.09).*

Para ele, há necessidade de um novo conceito, atualizado, que se mantenha definitivamente longe da concepção colonialista de quilombo e que se enquadre hoje na realidade das denominadas comunidades negras rurais. Nesse sentido, ainda Alfredo Almeida, ao apontar possibilidades de nova interpretação e entendimento sobre o conceito, conclui ao se referir ao caso de Frechal<sup>7</sup>.

*O Conceito de quilombo não pode ser territorial apenas ou fixado num único lugar geograficamente definido, historicamente 'documentado' e arqueologicamente escavado. Ele designa um processo de trabalho autônomo, livre da submissão dos grandes proprietários. Neste sentido, não importa se está isolado ou próximo das casas grandes. Há uma transição econômica do escravo ao camponês livre que só indiretamente passa pelo quilombo no caso da comunidade de Frechal. O que não foi concebido no lugar onde se ergueu o quilombo, foi obtido a partir de debilitado poder da casa grande, bem junto a ela. Este talvez seja o elemento mais controvertido e que dificulta aos historiadores tradicionais entender a essência do significado de quilombo. Tais historiadores sempre querem colocá-lo numa camisa de força geográfica, como se fora sempre isolado, longínquo, distante dos mercados e produzindo para a subsistência. (ALMEIDA Op. cit., 1996, p.18).*

O que se compreende da reflexão de Alfredo Almeida é o fato de que a definição do conceito de comunidades remanescentes, de procurar apontar a multiplicidade de situações históricas em que se deram as formas de resistência à condição escrava e agrupamento social

7. FRECI1AL - Comunidade Negra Rural, localizada no município do Maranhão.

dos que terminaram por constituir espaços comunitários cujo principal elemento que o caracteriza é a auto-identificação como negro.

Em resumo, poderíamos dizer que, em relação ao conceito atualizado do significado hoje de quilombos, observamos diversas situações: nos historiadores uma certa distância entre as diversas gerações quanto ao conceito de quilombo, entre os juristas não existe um pensamento único, há uma tendência do poder judiciário, quando do julgamento do processo de legalização/reconhecimento de terras ocupadas por comunidades negras rurais, para solicitar provas materiais que possam comprovar tal posse.

Os militantes negros de hoje preferem a designação comunidade negra rural, diluindo assim a importância do modo como se originou a formação desses grupos sociais, por reconhecerem que todo são portadores de um mesmo direito independente da forma como se originou a formação do território em que trabalham ou moram habitualmente.

As comunidades remanescentes de quilombos são encontradas em todo território nacional e são consideradas como:

*Populações negras que vivem no meio rural e se auto identificam como Comunidades Negras Rurais, Terra de Preto, Quilombos, Mocambos e outras designações correlatas: são segmentos da população negra brasileira marcada pela resistência, forma de organização e, principalmente, pela luta em defesa de direitos sagrados: Terra. Liberdade. Cidadania e Igualdade. (projeto vida de negro. SMDJ/CCN. São Luc 1998. P.36)*

A definição do conceito de comunidade remanescente tem consequências políticas concretas no sentido de o Estado reconhecer e instituir direitos a estas comunidades. Dessa forma é que, ao designar como comunidade negra rural, o movimento social contemporâneo procura não aprisionar esta conceituação em termos de sua origem, localização e muito menos em critérios bio-raciais.

Esse debate sobre o conceito de comunidades remanescentes de quilombos implica tanto o reconhecimento de direitos a estas comunidades como a implementação

de políticas públicas a elas destinadas. Em ambos os casos, casos de reconhecimento e da formulação de políticas públicas, estas comunidades dependem de sua visibilidade, a qual depende, de um lado, da afirmação das especificidades identitárias e cultural das populações afrodescendentes, em que o movimento social negro tem investido nas últimas décadas e, por outro lado, depende do reconhecimento pelo Estado e pela sociedade civil da diversidade étnico-cultural como componente legítimo da sociedade brasileira.

No Estado do Rio Grande do Norte, constatamos através das entrevistas realizadas junto aos órgãos que trabalham a questão fundiária, como o INCRA/RN e Instituto de Terras, até a presente data, total desconhecimento da existência das comunidades negras rurais e, como consequência, a inexistência de programas sociais voltadas para essas comunidades, conforme relato dos representantes dos órgãos citados

*Eu não sabia que existiam comunidades quilombolas aqui no RN. Os nossos programas sociais são voltados para os 215 assentamentos que existem no Estado, contemplando assistência técnica, acesso à terra, a crédito rural, apoio educacional, à produção, recursos hídricos e outros. (Dr. Heleno Gomes da Silva, engenheiro agrônomo, presidente do INCRA em exercício entrevista à autora em 02/04/2002).*

O depoimento do presidente do INCRA/RN é expressivo de uma situação de desconhecimento por parte dos agentes organizacionais do Estado em relação as Comunidades Negras rurais, como se observa em sua fala. Este desconhecimento, fruto da invisibilidade da presença negra no Estado, tem consequências diretas em relação às políticas públicas.

O INCRA implementa um conjunto de programas destinados aos assentamentos rurais de reforma agrária que, em sua maioria, são reivindicados pelas Comunidades Negras Rurais. Outro depoimento significativo foi nos dado pelo presidente do Instituto de Terras do RN que relata o seguinte

*Só tenho conhecimento de uma comunidade de negros, que é Capoeiras/Macaíba, sou filho natural deste município, inclusive comecei cadastramento nas terras devolutas do Estado e Capoeira está incluída, estamos em processo de dar os títulos àquela comunidade. (Francisco Maia, presidente do ITERN, entrevista a autora em 03/04/02)*

Observa-se também no depoimento do presidente do TTERN o desconhecimento da presença negra no Estado, mas preocupante é o fato de desconhecimento da legislação fundiária específica sobre demarcação territorial e título de propriedade referente às comunidades remanescentes de quilombos. Quando indagado sobre esta legislação o presidente do ITERN disse

*(...) Não. Eu não tenho conhecimento de legislação específica sobre essas comunidades, não sabia sequer que existiam outras no Estado do RN. Nós estamos procedendo de acordo com as normas de assentamentos, de acordo com o tamanho das terras que possuem individualmente (Francisco Maia, presidente do ITERN. Entrevista concedida em 05/04/2002).*

O que se percebe como consequências da invisibilidade das comunidades remanescentes de quilombos e do desconhecimento da legislação específica sobre estas comunidades pelo representante do poder público, é que os assentamentos rurais de reforma agrária terminam sendo a única representação de espaços coletivos de produção no meio rural. Esta realidade de desconhecimento resulta do modelo de políticas públicas implementadas institucionalmente de não perceber os diferentes, de pensar que todos serão contemplados.

Diferentes dos assentamentos rurais de reforma agrária, as comunidades remanescentes de quilombos são comunidades que formam o patrimônio cultural através dos modos próprios de criar, fazer e viver tradições, tendo características próprias, como o modelo de viver coletivamente que as distingue das demais, comunidades camponesas.

Estes territórios estão espalhados por todas as regiões do Brasil, foram ocupados inteiramente pelos negros e essas conquistas se deram de diversas formas, tais como abandono das sedes das fazendas pelos senhores de escravos durante o período de recessão, bem como nos períodos de controle dos territórios pelos quilombolas.

As diversas formas de origem das comunidades negras remanescentes precisam ser explicitas recuperando-se as múltiplas formas de que existiram, pois no

imaginário social brasileiro, por ter conquistado espaço na construção da memória histórica nacional, tem-se a impressão de que só existiu o famoso "Quilombos dos Palmares", cujo líder Zumbi, ainda hoje encarna o símbolo de luta para o Movimento Negro Organizado. Clóvis Moura em seu livro "Quilombos: resistência ao escravismo" diz: *"Até mesmo em regiões onde o coeficiente demográfico do escravo negro era pequeno, o fenômeno do quilombismo se fez presente"*. (MOURA, 1988, pág,81)

Pelas reflexões realizadas neste tópico, pode-se perceber que para que as formulações de políticas públicas sejam efetivas tanto em sua dimensão universalista, como no sentido de contemplar a singularidades étnicas culturais das comunidades negras remanescente, é necessário realizar afirmação destas políticas como uma das expressões da diversidade cultural que constitui a sociedade brasileira.

No próximo tópico discutiremos a relação entre Comunidades Negras Rurais e as políticas públicas.

### **1.3 - COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

As Comunidades Negras Rurais existem secularmente, porém são segmentos da nossa sociedade menos favorecidas por políticas públicas, especialmente a que reconhece sua singularidade, como a posse das terras que habitam há mais de quatrocentos anos, bem como preservação de sua cultura, sua história, seu modo de viver.

No final da década de 80, ocorreram as iniciativas em defesa, mobilização e organização das comunidades negras rurais quilombolas no Brasil contemporâneo, em sintonia com o movimento negro urbano, através de encontros, seminários, debates, troca de

experiências e interlocução com o Estado na articulação em defesa e promoção dos direitos e cidadania dos quilombolas brasileiros.

Foram nos Estados do Maranhão e Pará, fundamentalmente, que o movimento quilombola iniciou, avançou e tornou-se referência de luta para outros Estados brasileiros. Em 1986, no Maranhão, a Entidade do Movimento Negro Urbano - Centro de Cultura Negra/Projeto Vida de Negro (CCN/PVC) realizou o 12º Encontro de Comunidades Negras Rurais; o 2º Encontro realizou-se em 1988, em 1990 aconteceu o 3º Encontro. Em 1993, no 4º Encontro, foi formada a Comissão Provisória de Comunidades Negras Rurais do Estado do Maranhão. Em 1995, foi realizado o 5º Encontro. Nos referidos encontros, discutiram-se questões básicas como Mobilização, Organização, Educação, Saúde, Terra, entre outros.

No 4º Encontro foi formulada a proposta de formar a Associação das Comunidades Negras do Estado do Maranhão — ACONERUQ, Aproximadamente 10 municípios participam da Associação. Existem cerca de 400 comunidades no Maranhão e a associação trabalha com 200, sendo responsável por gerir a articulação das comunidades. O trabalho vem sendo feito por meio de seminário em cada região do Estado. O 6º Encontro foi realizado em novembro do ano 2000, na comunidade de Frechal.

No Pará, o nível de organização está bastante avançado, pois as comunidades, com o apoio da comissão pró-Índio, vêm se articulando através da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, que foi fundada em 1989 com o objetivo de demarcar as terras remanescentes de quilombo no Estado.

Em São Paulo, as comunidades de Ivaporunduva e Cafundó são as mais conhecidas e com apoio de diversas organizações, tais como Comissão Pró-Índio, Instituto Sócio Ambiental, Barragens e Remanescentes de Quilombos, Instituto Padre Batista, Fórum de Entidades Negras de SP, entre outras. Entidades estas que vêm fortalecendo a organização das diversas comunidades existentes no Estado. Em 21/03/96, através do Decreto N° 40.723, foi



criado no governo de Mário Covas um Grupo de Trabalho (G.T) para responder à demanda constitucional imposta pelos Artigos 215 e 216<sup>8</sup> da Carta Magna, com ênfase para o artigo 68 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Outros Estados, como Pernambuco, Piauí, Paraíba, Ceará, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, entre outros, estão em diferentes estágios de mobilização e organização das comunidades remanescentes de quilombos.

Durante o processo de convocação e eleição (1988) para Assembleia Nacional Constituinte, o Movimento Negro em nível nacional, junto com as Comunidades Negras Rurais, mobilizaram-se para assegurar na Constituição Brasileira o direito as terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos tendo em vista a necessidade de garantir no texto constitucional um dispositivo sobre a regularização das terras de quilombos, uma vez que estes territórios estão ocupados pelos remanescentes de quilombos há mais de cem anos.

As manifestações em pró da Constituinte de 1988 tiveram a participação do movimento negro brasileiro que reivindicava entre outras demandas, junto com as comunidades quilombolas aprovação de um dispositivo para titularização de suas terras.

Em nível nacional, a reivindicação ganhou visibilidade através de inúmeras discussões e articulações, pois a matéria faria parte da Constituição Federal de 1988, através do art. 68 do A.D.C.T (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), onde se "*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivo*".

A luta pelo cumprimento do dispositivo acima motivou o crescimento da mobilização dos Remanescentes de Quilombos, que organizados em associações e em outras

8. Estes artigos tratam da proteção, patrimônio e envolvem a União, os Estados e os municípios.

entidades representativas, reivindicam o reconhecimento legal das terras em que vivem há mais de cem anos, não somente sob o argumento fundiário do longo tempo que ocupam essas terras, mas, sobretudo, pela implementação de políticas públicas para as comunidades negras quilombolas a nível Nacional, Estadual e local. Sendo assim, são demandadas ao Estado Brasileiro, reivindicações com viés de reparação histórica para os afro-descendentes brasileiros, tendo como carro chefe a questão fundiária e a definição de políticas específicas em todas as áreas, deixando em evidência o tratamento das questões de fundo étnico.

Em 1995, a então senadora da República, Benedita da Silva, apresentou um projeto de Lei de Regularização das terras de Quilombo, ficando justaposto ao projeto de Lei com teor semelhante já apresentado pelo deputado federal Alcides Modesto do PT-Bahia. Ambos os projetos procuravam regulamentar o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias. Os projetos não apresentavam divergências de fundo político ou propostas de regulamentação, os dois autores tinham compromisso com as demandas do movimento negro. O debate público que a apresentação dos dois projetos similares provocou deu-se menos por divergências de concepções, mais pela disputa pela autoria de um projeto que teria grande repercussão no cenário nacional.

A disputa entre os parlamentares pela primazia na apresentação do projeto de lei que regulamenta o artigo constitucional teve como desdobramento positivo a entrada na agenda pública do tema dos direitos das comunidades de quilombo. Impulsionado por esse debate público e pela visibilidade que o movimento negro havia conquistado, iniciou-se uma série de estudos e pesquisas acadêmicas realizadas por diversos especialistas, tais como historiadores, antropólogos, sociólogos, educadores, entre outros campos do saber.

Com estes acontecimentos, ao se constituírem como tema tanto do debate público, como de estudos e pesquisas acadêmicas, as comunidades negras remanescentes de quilombos ganharam visibilidade, significou também que estas comunidades se constituíam-

se em um movimento social emergente. Nestes últimos dez anos, intensificaram-se os estudos e pesquisas tendo as comunidades negras como objeto de investigação.

Por outro lado, várias reuniões, seminários nacionais, regionais, estaduais e locais aconteceram a partir da Articulação Nacional Provisória de Comunidades Negras Quilombolas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão, São Paulo, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, tendo em vista a necessidade do acompanhamento do processo de organização dessas comunidades, bem como para conhecimento sobre normas administrativas de titulação de terras de quilombos.

O 1º Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais, foi realizado de 17 a 20 de Novembro de 1995 - Brasília/DF, cuja temática foi: Terra, Produção e Cidadania para os Quilombos.

Por ocasião deste Encontro e das festividades alusivas aos 300 Anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, foi possível uma audiência com o presidente da República o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, onde foram apresentadas as reivindicações das comunidades. Três órgãos governamentais foram designados para resolver as questões das comunidades: IBAMA, INCRA e a Fundação Cultural Palmares. As principais questões em pauta foram a titularização da propriedade da terra e políticas públicas para as comunidades remanescentes de quilombo.

No âmbito federal, a Fundação Palmares, órgão pertencente à estrutura do Ministério da Cultura, realizou identificações de comunidades remanescentes de quilombos delimitando suas terras nos Estados do Maranhão, São Paulo, Ceará, Pernambuco, Goiás, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Amapá, entre outros.

Em âmbito dos Estados da Federação, os INCRAS e os Institutos de Terra têm a responsabilidade da regulamentação e emissão do título de posse das terras das comunidades negras. Também são estes mecanismos estatais responsáveis por parte da formulação e

implementação de políticas públicas sociais para estas comunidades. Por isso o movimento negro tem pressionado estes órgãos para que atendam às demandas das comunidades negras.

Ainda por diversas vezes, a Procuradoria Geral da República 6ª Câmara, foi convocada para esclarecer e interceder em momentos de dúvidas e conflitos de terras dos quilombolas. Existe a necessidade destes órgãos trabalharem em conjunto para resolverem as questões dos quilombolas. Diversos Encontros Nacional, Regional e Estadual ocorreram e estão ocorrendo, convocando os órgãos responsáveis pela demanda dos quilombolas, a fim de pautarem em suas agendas as reivindicações do movimento.

Entre as reivindicações mais prementes das comunidades negras rurais remanescentes, encontra-se a demanda pela definição de competências para a titulação e infraestrutura. Também na pauta de reivindicações das comunidades encontra-se a demanda por políticas públicas de inclusão social tais como saúde, educação, seguridade social, crédito rural para a agricultura familiar e comunitária, entre outras.

Hoje existe uma Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais, formada no 2º Encontro Nacional, realizado de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2000 em Salvador/Bahia, cuja temática foi Território e Cidadania Para o Povo Negro. A Coordenação Nacional dos Quilombos Brasileiros têm a responsabilidade de induzir a discussão com órgãos fundiários e outros envolvidos no processo de regularização das terras de quilombos e dotação de infra-estrutura às comunidades quilombolas.

A avaliação feita no 2º Encontro Nacional sobre a situação das comunidades quilombolas foi de que existem mobilização e identificação crescente da existência de comunidades remanescente em todo País, até mesmo em Estados considerados de maioria branca, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Porém em relação à implementação de melhoria de infra-estrutura e titularização de propriedades das comunidades negras, pouco tem avançado.

As Comunidades Negras são parte significativa da diversidade étnico-cultural da sociedade Brasileira, e têm apresentado, através da participação de agentes mediadores das entidades do movimento negro, um crescente processo de mobilização, auto-identificação e reivindicação de políticas públicas no Estado Brasileiro.

No entanto, o quadro discutido até aqui sinaliza o fato de que, apesar do acatamento crescente pelo Estado, das demandas das Comunidades Negras, em seus dispositivos legais, encontra-se ainda bastante frágil a efetivação deste reconhecimento, seja em relação à titularização das terras, seja em relação à implementação de políticas públicas de inclusão social destas populações. Todavia ainda se encontra distante a incorporação das especificidades identitárias e culturais destas comunidades. Portanto, há necessidade das Comunidades cada vez mais se organizarem e acionarem os órgãos nacionais e locais para darem resposta a demanda reprimida deste segmento populacional da sociedade brasileira.

No próximo tópico discutiremos a presença negra no Rio Grande do Norte, pois a negação dessa presença na memória oficial da sociedade potiguar, reproduz a invisibilidade das Comunidades Negras, que é fundamental para a conquista de suas reivindicações.

#### **1.4 - A PRESENÇA NEGRA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Os negros escravizados chegaram ao Rio Grande do Norte em 1711, procedentes dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Uma parte ficou na zona litorânea e a maioria foi levada para os sertões. Nesse sentido, mesmo que não existisse um contingente de negros escravizados, devido à localização periférica do RN na economia colonial, como a exemplo de Pernambuco, Maranhão, Bahia e Pernambuco, a presença negra do RN foi marcante.

No entanto, no Rio Grande do Norte, existe um senso comum e uma historiografia que aponta ser pequena a presença negra na composição étnica da população potiguar, em comparação a outros Estados que concentraram mão de obra escravizada, como avalia Câmara Cascudo: “[...] *Como não tivemos a indústria açucareira e as atividades se resumiam na criação de gado e roçarias de mandioca, milho e feijão, era desnecessário grande cópias de escravos*” (CASCUDO, 1984. pág. 43).

Mesmo que o Rio Grande do Norte não tenha apresentado uma indústria açucareira, a exemplo, do norte de Pernambuco, a presença negra em relação ao total de população do Estado, na época, era significativa<sup>9</sup>.

Outra representação do senso comum no RN é em sua historiografia que registra a negação de processos de luta e resistência dos negros no Estado. Ainda Câmara Cascudo afirma que: “[...] *Não tivemos quilombos nem rebeliões negras. Nem há documentos indicando a adesão do escravo africano ao holandês, grande importador e vendedor de peças.*” (CASCUDO: 1984. pág. 44).

Esta avaliação, feita a partir da inexistência de documentos escritos é contradita pelo historiador Câmara Cascudo. Depois de negar a existência de quilombos, o mesmo autor diz que a “tradição oral” aponta a existência de insurreições negras no Estado. Segundo o autor:

*Sabemos vagamente de insurreições no Rio Grande do Norte. Nestor dos Santos Lima registrou uma em Goianinha e ser de outra que se irradiam em Parari (Nísia Floresta atual). As datas são confusas. Eras de 1.870. Aí, por 1860 e tanto. Os relatórios dos presidentes da província são omissos. Pelo menos os consultados. Idem, a correspondência dos delegados com os chefes de polícia silencia. Mas a tradição oral teimosa e firme determinara que deve ter havido algo determinante do motivo oral (Op.cit.193)*

9. Para uma estimativa de percentual da população negra em relação a população do Estado no período colonial ver SOUZA, Marta F. Capoeiras – Retrato de Um Povo. Trabalho de Monografia de apresentado ao departamento de Comunicação social UNP

Tarcísio Medeiros também expressa a idéia de ser diminuta a presença negra no Rio Grande do Norte. Para este autor:

*São raros os negros com raízes tradicionais no Rio Grande do Norte, descendentes em linhas retas de antigos escravos. (...) A contribuição da raça negra para a formação da etnia no Rio Grande do Norte foi mínima: pouco deixou de seus caracteres antropológicos, não representou, como escravo, elemento de importância na economia regional, e não legou manifestação cultural de valor. (MEDEIROS, 1980, pág.101-103)*

*No entanto, Medeiros enuncia a possibilidade da formação de quilombos no Rio Grande do Norte e faz referência à política violenta direcionada aos negros no Estado.*

*O negro, das três raças, foi o elemento que por último chegou ao Rio Grande do Norte, quando a mestiçagem já começara entre os nativos e franceses, portugueses e holandeses, como já foi dito". Transmudado, adaptou-se às condições do meio físico nas piores condições que lhe foram impostas. Sobreviveu e proliferou em razão da necessidade da produção e por significar um bem de valor econômica apreciável. Nada trazendo de si para a nova terra, só ofereceu o que recebera em tradição de seus antepassados. Por isso não sofreu extermínio sistemática, salvo quando formaram quilombos. (MEDEIROS, 1973, pág. 215)*

Nas entrelinhas do discurso da historiografia potiguar percebe-se que, a exemplo de outros Estados, e certamente em menor proporção ocorreram resistências negras que a tradição oral registrou, como a formação de quilombos de diversas origens. O próprio Medeiros indica a existência de umas dezenas de *grupamento "povoado", negros "remanescentes" de "sociedade fechada com hábitos de vida, costumes econômicos e princípios religioso"*. (Op. Cit. Pág.216). Falando ainda sobre as comunidades negras o autor, continua afirmando da invisibilidade destas. Para ele:

*[...] Remanescentes desses grupos constituídos de legítimos descendentes de antigos escravos. são poucos no Rio Grande do Norte. Geralmente, são 150 a 200 pessoas dedicando-se à agricultura, criação, pescaria ou cerâmica, e para alguns, praticando a endogamia (Op.cit, pág.216).*

Poderia se debitar esta avaliação de Medeiros, que legitima a invisibilidade da presença negra na Colônia e a inexistência de comunidades remanescentes de negros no RN, certamente ao pouco volume de informações e estudos realizados naquele momento. No entanto, a avaliação de Medeiros não é somente contestada pela identificação contemporânea da existência de 33 comunidades afro descendentes no RN. Em seus próprios dados, que relacionam comunidades afro descendentes espalhadas entre o litoral e o sertão, a avaliação de pouca existência dessas comunidades não encontra evidência empírica que a sustente.

Outro exemplo de uma leitura que terminou contribuindo para a invisibilidade das comunidades afro descendentes no Estado dar-se quando, mesmo ressaltando a existência de grupos de negros na região do Seridó, informa que eram em número diminuto. Tem-se, portanto, a idéia de que além de diminuta estariam em processo de desaparecimento, Segundo Medeiros.

*Negros fixados no sertão, últimos sobreviventes do braço escravo do ciclo do ouro nas fazendas, estão em número diminuto na zona fisiográfica do Seridó: Caicó, Jardim do Seridó. (os pretos de Bom Sucesso). Parelhas (Boa Vista) Acari (Barra, família dos Higenos) e Currais Novos (Negros do Riacho), todos com idênticas jornadas de vida, mais integrados na comunidade e participando do processo económico da região (op. pág. 218).*

O conteúdo dessa historiografia pode ser contraposto pelos próprios autores quando afirma ser quase inexistentes a presença negra no Estado do RN.

Câmara Cascudo, ao escrever a toponímia norte-rio-grandense, lista dezenas de lugares de origem africana e afro-brasileira, como **CAFUNDÓ** (localizada no município de Portalegre), **CAFUNGA** (Serrote em Martins), **MULUNGU** (Riacho em Apodi, Acari e Angicos, *4pcxli*, Acari e Angicos; serra em Parelhas e Serra Negra, povoação em Ipanguaçu e Currais Novos, lugar em Santana dos Matos, Lages e Macau); **MUMBAÇA** (Serra de Martins,); **MUTAMBA** (Povoação em Jarucutu e Açú; Riacho em Santana dos Matos, Açú e Jucucutu) com destaque para **MUCAMBU** (nos municípios de Goianinha, Apodi, Patú



*Pau dos Ferros*), **QUILOMBO** (*Pau dos Ferros*) e **ZUMBI** (*Povoação em Touros e Nísia Floresta; Lagoa em Goianinha*). (CASCUDO, 1968, pág. 74-106-107-118-132-133).

Através de Tarcísio Medeiros, chegamos ao seguinte quadro dos agrupamentos negros existentes no RN que como analisamos em parágrafo anterior, contradiz empiricamente suas conclusões.

MUNICÍPIO	AGRUPAMENTO/COMUNIDADE
CEARA-MIRIM	Coqueiros
TOUROS	Zumbi
Tibau do sul	Sibaúma
"	Muniu
"	Catolé
"	Grota
"	Mamimbu
Jardim do Seridó	Bom Sucesso
Parelhas	Boa Vista
Currais Novos	Negros do Riacho
Acari	Barra (família dos higinos)

Fonte: MEDEIROS, Tarcísio. O Negro no RIO Grande do Norte

A existência de Irmandades de Nossa Senhora do Rosário em Jardim do Seridó, Currais Novos, Acari e Caicó, fez com que a presença negra na região do Seridó ficasse mais em evidência. Tais irmandades foram consideradas por Veríssimo de Melo (1973, pág. 193) como "*reação contra-aculturativa dos negros à escravidão*". Segundo este autor:

*Vindo de outros lugares, trazendo seus próprios cultos fetichistas, os imigrantes negros fundaram essas confrarias mais como posição de resistência e defesa contra a prepotência dos opressores brancos que por pura religiosidade. Unidos em organização pretendida pelos seus senhores, eles poderiam lutar pelas suas reivindicações libertárias chegando-se uns aos outros. (Op. Cit., pág. 194).*

Ainda sobre a presença negra no Seridó, encontramos o trabalho do professor Luis Assunção sobre "Os Negros do Riacho" — comunidade nela situada em Currais Novos, em que o autor descreve o depoimento de um ex-escravizado, morador desta comunidade, do qual avalia:

*Os moradores das terras do Riacho não podem ser pensados separadamente. Foram um grupo de famílias descendentes de ex-escravos, como dissemos anteriormente, de nome Trajano Lopes ou Trajano Passarinho - como é chamado por essas pessoas - que no século passado apossou-se dessas terras, após ter sido alforriado por um coronel na região. É essa versão apresentada pelos mais velhos e repetida pelos mais moços. (ASSUNÇÃO, 1988, pág.26).*

Assunção faz sua análise ao contrário da historiografia que tomou-se oficial, reafirma a presença negra no RN e anota:

*A essa altura do Século XI711, os negros fugidos penetravam no interior da província que, por sua vez, já estava sendo ocupada pelos fazendeiros que se estabeleciam em grandes propriedades. Esses fazendeiros compravam negros e os levavam para trabalhar em suas fazendas. Assim principalmente dessa forma, se deu a entrada do negro no interior da província do Rio Grande do Norte. (id,ib)*

Maria Regina F. Mattos, no trabalho intitulado “Os Trabalhadores do Sertão do Seridó (RN) mostram que o trabalho livre foi utilizado concomitante ao trabalho escravizado até fins do período escravista em Caicó, à semelhança do que aconteceu nos municípios de Acari, Jardim do Seridó e Parelhas, (MATTOS, 1988, pág. 62). O que levou a uma estabilização das "diferenças sociais existentes entre o proprietário de escravo, o homem livre não possuidor de escravo e até o próprio escravo "[...] Há indicações de existência de um protocampesinato escravo nessa região" (Op.cit., pág. 66-68).

José Airton de Lima, (1988, pág. 22) escrevendo sobre a Escravidão Negra no Rio Grande do Norte, diz que: O Rio Grande do Norte naquela época recebeu grande número de escravos alforriados e fugitivos das províncias da Paraíba e de Pernambuco, que aqui permaneceram refugiados. O autor ainda relata:

*Ceará Mirim, chegou a ter 3 mil escravos. Lá estão em maior número as usinas e os velhos burgueses que fizeram, na província dois barões". (...) Em Natal, a Ribeira por muito tempo foi o centro de comercialização do negro. Canto do Mangue nas Rocas. Pirangi, Alecrim, Lagoa Nova e Baldo foram na época do Brasil imperial reduto de negros. (op. cit. pág. 23-33).*

O mesmo José Airton levanta dados em relação ao crescimento da produção canavieira no Estado já a partir de 1700 que contradizendo a afirmação da não existência dessa indústria no Estado, assim como da diminuta presença negra, feitas por Câmara Cascudo e defendida nos trabalhos de Tarcísio Medeiros. Para Jose Airton:

*Por volta de 1700 com o crescimento da produção de açúcar nos municípios de Goianinha, Canguaretama Barra de Cunhaú, e Vila Flor, os portugueses foram obrigados a trazer mais escravos e levando acreditar que naquela oportunidade o maior contingente de escravos no Rio Grande do Norte ficasse localizado no antigo município de Vila Flor. (op.cit. pág. 34)*

O mesmo autor continua demonstrando que os negros no Rio Grande do Norte povoaram todas as regiões: oeste, central, agreste e leste potiguar. "*Os escravos do município de Macaíba foram os responsáveis pela povoação nas margens dos rios Jundiá e Potengi, que penetrando pelo interior adentro foram também responsáveis pela povoação da região do Potengi*" (op.cit. pág. 35).

Por fim, Airton Lima, mapeando os caminhos percorridos pelos negros africanos que se estabeleceram na província do Rio Grande do Norte, diz o seguinte.

*Na região onde encontra-se localizados os municípios de José da Penha, Marcelino Vieira. Riacho de Santana, São Miguel, Dr. Severiano, Pau dos Ferros, Encanto, Água Nova, Francisco Damas e Pilões os escravos desenvolviam um trabalho agrícola pastoril, graças a terra fértil para essas atividades. Mas, ali também serviu de abrigos para os escravos motivado pela situação geográfica se esconderem das perseguições dos seus senhores (op. Cit, pág. 36).*

Sendo assim, diante das análises dos autores acima mencionados, podemos concluir e afirmar a presença negra nos espaços urbanos e rural, ou seja, por todo território do Estado do RN. Apesar de hoje, como antigamente, perpassar a idéia que não existe negros no Rio Grande do Norte

Em relação às comunidades remanescentes de quilombos, essa foi penetrando e se fortalecendo mais no interior do Estado, formando redutos ou agrupamentos a fim de suportarem as dores de separações e sofrimentos de seus antepassados. No próximo tópico discutiremos as comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Norte.

## **1.5 - COMUNIDADES NEGRAS RURAIS NO RIO GRANDE DO NORTE**

Corno discutido no tópico anterior, há tanto na historiografia norte-rio-grandense, como no imaginário social a noção de ser pequena a presença negra na composição étnica da população, porém a realidade contesta essa invisibilidade. Segundo dados do Censo IBGE - 1995, a população do Estado do RN é de 2.415.567 habitantes e a população negra (preta--parda) e de 1.555.000, ou seja, 61 %31 de sua totalidade

Em relação às Comunidades Negras Rurais, a mobilização e organização dessas comunidades teve início na década de noventa, com a inserção do Movimento Negro Urbano do Estado no cenário Nacional. mais precisamente a Entidade Kilombo - Organização Negra do Rio Grande do Norte, que passou a compor a Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas como Entidade de apoio junto com as Comunidades de Capoeiras/Macaíba, Sibaúma /Timbaú do Sul e Boa Vista dos Negros/Parelhas.

A KILOMBO - Organização Negra do Rio Grande do Norte é urna Organização Não Governamental, sem fins lucrativos, ecumênica, suprapartidária, que tem por missão implementar estratégias de fortalecimento da identidade racial e garantia dos direitos de cidadania plena dos negros e negras do RN, denunciando e combatendo o racismo nos vários aspectos como se apresenta.

Seus principais objetivos, entre outros, são prestar assessoria às comunidades Negras Rurais Remanescentes de Quilombos, apoiando e incentivando ações de cunho organizacional e projetos de geração de renda, qualificação profissional e desenvolvimento auto-sustentável; realizar oficinas de formação para o desenvolvimento sócio-cultural da população negra, contribuindo dessa forma no processo *de* construção de uma sociedade com democracia, igualdade e diversidade étnico-cultural, buscar melhores condições de participação e igualdades de oportunidades com destaque para a questão de gênero, estimulando a formação de sujeitos políticos comprometidos com a criação de uma nova cultura, sem dominação de classe, raça e gênero.

A área de atuação da Kilombo procura englobar os seguintes campos: demanda em relação aos Direitos Humanos e Questão Racial, Juventude Nega, Questão de Gênero/ Mulher Negra, Educação, Questão Racial e Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

No Estado, vem desenvolvendo um trabalho de sensibilização à Causa Negra, contribuindo de forma efetiva na discussão que se faz a respeito de Etnia, Gênero e Cidadania nas escolas municipais, estaduais e privadas, nas Associações de Bairro, Igrejas, Universidades, Sindicatos e Comunidades Negras Rurais.

Participa de vários eventos do Movimento Negro Nacional como Reuniões de Articulações de Mulheres Negras, Juventude, Operadores Jurídicos, Encontros Estadual, Regional, Nacional e Mundial.

A Entidade compõe também a Articulação Nacional de Comunidades Negras Rurais. Rede de Mulheres Afro-caribenhas e Afro-Latina Americana - Sub Região Brasil - representando o Nordeste; Articulação Nacional de Mulheres Negras e a CONEN-Coordenação Nacional de Entidades Negras.

A KILOMBO é administrada por um Conselho Diretor, Coordenação Executiva, Conselho Fiscal e Assembleia Geral. Seu quadro é formado por profissionais da área de

Direito, Serviço Social, Psicólogo, Pedagogia, Artista Plásticas, estudantes, domésticas, cabeleireira. e poetas, entre outros, e conta com contribuição dos seus sócios e de parceiros.

Dessa forma, vem desenvolvendo seus projetos no RN e segundo seus integrantes, é na busca pelo respeito à questão racial que exercem o poder de reagir e de buscar um lugar onde negros, brancos, indígenas e outros possam ter oportunidades iguais

A Kilombo tem sido agente mediador na organização e mobilização das comunidades negras rurais no Rio Grande do Norte, contribuindo tanto para sua visibilidade, como para que estas comunidades demandem aos poderes em âmbito da União, Estados e Municípios do RN a formulação e implementação de políticas públicas sociais.

Em relação às Comunidades Negras Rurais, para dar visibilidade a esse semente, junto com a Coordenação Estadual Provisória de Comunidades Quilombolas realizaram o 1º Encontro das Comunidades Negras Rurais do Estado do RN, cuja temática e programação foi a seguinte:

Temática. Ações Afirmativas Para o Povo Quilombola

Local: Marina Praia Hotel - Natal -RN

Data: 08, 09, e 10/11/02.

Programação: Dia 08/11/02 (sexta-feira)

19:00hs - Abertura

Governador do Estado

Presidente da Fundação Cultural Palmares

Presidente do INCRA/RN

Presidente do ITERN

Coordenação Nacional de Quilombos

Coordenação local de quilombos

Representante da Kilombo-RN

19: 40

Tema: Estado e Políticas Públicas

Palestrante: Dr. Luis Fernando Linhares - representante da FCP

Tema: Ações Afirmativas para o Povo Quilombola

Palestrante: Dr. Gilberto Leal - ativista do Movimento Negro Nacional- Niger-OKAN/CONEN

20:40hs: Apresentação Cultural dos Quilombos

21.00hs: Mesas de Frutas

DIA 09.11.02 (Sábado) Manhã

- Tema: Processo Histórico da Organização das Comunidades Negras Rurais no Brasil  
Palestrantes. Luis Fernando Linhares – Representante da Fundação Cultural Palmares - FCP  
Gilberto Leal – Representante da Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN
- Tema: Titulação das Terras de Remanescente de Quilombos  
Palestrantes. Representante da Fundação Cultural Palmares - Ministério da Cultura  
Dr. Luis Fernando Linhares
- TARDE** Acesso a Previdência - Benefícios e Aposentadoria para o Trabalhador Especial. Dr. Edelson Dantas  
Tema dos Santos - Técnico do INS  
Palestrante' Juventude e suas formas de organizações.  
Oficina. Divaneide Basílio.  
Facilitadora Acesso aos Programas Sociais da Secretaria de Assistência Social e INCRA/RN,  
Tema. Dra. Joaete dos Santos -Secretaria da SIAS.  
Palestrantes Dra. Graca Arruda - Superintendente do INCRA/RN

DIA 10/11/02 (DOMINGO)

- Oficina de Gênero - Homens e Mulheres negros(as)  
Leitura do Relatório Parcial do Resultado do encontro Paia Entregar as Autoridades Competentes.  
Apresentação do resultado da Oficina da Juventude Quilombola  
Intervalo  
Lazer: Descida a Praia de Ponta Negra - Piscina do Hotel  
Almoço  
Encerramento e Retorno as Comunidades

Pelos convidados presentes na abertura e pelos temas abordados, pode-se compreender que as comunidades negras rurais do Rio Grande do Norte estão vivendo um processo de desconstrução de sua invisibilidade e de articulação, no sentido de constituírem-se em atores legítimos no cenário potiguar, com instituições, órgãos e atores relevantes do Estado e da sociedade local. Nos depoimentos de quilombolas presentes ao 1º Encontro, ficou patente a percepção da importância de as lideranças negras neste processo organizativo nas suas comunidades serem os atores sociais. Para Samuel Caetano da Sibaúma:

*Além de divulgar a existência de comunidades negras de nosso Estado, também é uma oportunidade ímpar de pela primeira vez conhecemos outras comunidades como a nossa. Aqui tivemos oportunidade de dizer as nossas principais necessidades e as potencialidades que tem cada comunidade. Foi muito positivo este encontro. (Sr. Samuel Caetano, 56 anos Sibaúma RN-Entrevista a autora em 10,11/2002)*

Na mesma direção, apontando a importância do Encontro das Comunidades Negras Rurais como um espaço para discutir os problemas comuns e demandas políticas públicas ao Estado, Manoel Batista Moura, da comunidade de Capoeiras/Macaíba, avalia:

*Essa gente está muito feliz, eu nunca me sentir tão à vontade de falar de nosso povo, dos nossos problemas e das nossas alegrias. Nunca fui respeitado e ouvido. Todo mundo tem atenção e respeito. Espero que possamos realizar outros e outros encontros, para que possamos resolver parte dos problemas das comunidades. E tudo que aqui foi discutido deve ser levado para as autoridades competentes, para que possa ser feita alguma coisa por agente, esse povo é muito esquecido pelas autoridades. Nós não temos quase nada e precisamos de muitas coisas (Sr. Manoel Moura. 55 anos, morador de Capoeiras Macaíba - entrevista a autora em 10.11.2002).*

Os segmentos jovens dessas Comunidades também avaliaram a importância do Encontro. Aqui vale salientar que os estudos sobre juventude no Brasil geralmente deixam de fora a diversidade social, étnica e cultural dos jovens brasileiros. Leandro jovem da comunidade de Capoeira, diz o seguinte:

Adorei a oficina de juventude. tiramos como resolução realizarmos o encontro estadual de juventude negra do nosso Estado, para nós conhecemos melhor, saber de nossos trabalhos, angústias, problemas e o que há de bom em cada comunidade. (Leandro, estudante, 14 anos, morador de Capoeiras/Macaíba entrevista à autora em 10.1.102)

Pelos depoimentos acima, constatamos que o nível de satisfação foi ótimo em relação a realização do 1º Encontro Estadual Comunidades Negras Quilombolas do RN, há consciência precária da situação sócio-econômica das suas comunidades e a necessidade dos órgãos públicos, voltarem suas ações sociais no ano de 2003 para atender a esse contingente populacional existente no Estado do Rio Grande do Norte.

Ainda em relação as comunidades quilombolas no Estado do RN, a entidade Kilombo-Organização Negra do RN, vem executando como parte de suas ações o projeto "Quilombos no RN", tendo catalogado e mapeado mais de 30 comunidades negras no Estado, localizadas em todas as regiões do Estado, conforme segue:



<b>MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES NEGRAS DO ESTADO DO RN</b>		
<b>Município</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Comunidade</b>
Acari	01	Higinos
Apodi	01	Soledade
Afonso Bezerra	01	Lagoa da Ilha
Bom Jesus	02	Pavilhão Grossos
Caicó	01	Negros do Rosário
Currais Novos	01	Negros do Riacho
Campo Redondo	01	Baldo
Ceará-Mirim	02	Coqueiros Zumbi
Grossos	01	Alagamar
Ipueira	02	Boa Vista Negros do Barcão
Ipanguaçu	01	Picadas
Ilmo Marinho	01	Nova Descoberta
Jardim do Seridó	01	Pretos do Bom Sucesso
Macaíba	01	Capoeiras
Parelhas	01	Boa Vista dos Negros
Patú	01	Jatobá
Pedro Avelino	01	Confirmar
Poço Branco	01	Acauã
Portalegre	03	Pegas Arrojado São Domingos
Riacho da Cruz	01	Dos Pegas
Santana dos Matos	01	Serra da pimenteira
Santo Antonio	01	Cajazeiras
São Gonçalo	01	Serrote
Serra Negra do Norte	01	Negros da Serra
Tibau do Sul	01	Sibaúma
Touros	03	Baixa do Quinquim Areias
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>Zona rural</b>

Fonte: Kilombo – Organização Negra do Rio Grande do Norte

O gráfico acima demonstra a significativa presença negra no Estado através das Comunidades Negras Rurais existentes. Pode-se afirmar que a invisibilidade que ainda persiste no imaginário social da sociedade potiguar, acontece não pela alegada pouca presença da comunidade negra afro descendentes e, mas pelos processos de reprodução da discriminação e exclusão que condena ao silêncio e à invisibilidade.

O reconhecimento oficial dessas comunidades exige alguns procedimentos: pesquisa em arquivos, cartórios e no campo, laudo antropológico e relatório de identidade étnica. Uma vez reconhecida a comunidade como remanescente de quilombo, faz-se necessário um

conjunto de medidas para implementação de políticas públicas que atendam a demanda reprimida, dando seguimento à definição do uso e propriedade da terra.

Dessa forma, a exemplo dos diversos Estados do Brasil, também no RN as comunidades Negras Rurais vêm se organizando e conquistando espaço e reivindicando políticas sociais para serem implementadas nessas comunidades.

No próximo capítulo discutiremos a Comunidade Negra de Capoeiras/Macaíba/RN. Nesta discussão realizaremos a descrição de sua história, destacando elementos constitutivos da memória e identidade da comunidade. Também faremos uma análise do perfil Sócio-econômico e como se estabelecem as relações da comunidade com a sociedade abrangente.

## **CAPÍTULO 2**

### **COMUNIDADE NEGRA RURAL DE CAPOEIRAS - MACAÍBA/RN**

*Eu Canto aos Palmares  
Sem inveja de Vigilo de Homero  
e de Campos  
porque o meu canto  
é um grito de uma raça  
em plena luta pela liberdade.*

**SOLANO TRINDADE**

O Sítio Capoeiras, como é chamado por seus moradores, está localizado na zona rural do município de Macaíba no Estado do Rio Grande do Norte. A distância em relação à sede do município é de 30 Km, e a sua distância em relação à capital de 75 Km.

O acesso principal a comunidade de Capoeiras se dá pelo município vizinho - Bom Jesus, a 5 km da comunidade. Uma estrada não pavimentada, cheia de buracos, sólida em alguns trechos e fofa em outros, leva até a comunidade.

Esses buracos são amenizados quando passa um trator, geralmente da prefeitura de Macaíba, com a intenção de melhorar a estrada de barro, sobretudo, na época de chuva quando o acesso à comunidade se torna difícil.

Ao longo do caminho, um quadro digno de uma pintura, encontramos algumas casas, fazendas. distantes umas das outras, vacas magras pastando, motos e carros, passando um pelo outro, buzinando, as pessoas acenando, ora se cumprimentando, ora perguntando por alguém conhecido, demonstrando, assim, que se conhecem há muito tempo.

Estávamos observando a paisagem, quando percebemos o final da estrada e sinais evidentes de que estávamos chegando à sede da comunidade. Galinhas ciscando o terreiro das casas, outras na estrada desviando-se do carro em que estávamos, esqueléticos cachorros deitados à sombra das árvores.

Avistamos uma pequena igreja católica, uma escola, pequenos pontos comerciais, ou melhor, bares aglutinados de pessoas, outras nas portas, janelas, olhando curiosas, um chafariz público onde muitas crianças brincavam e tomavam banho.

Continuamos seguindo um caminho não asfaltado, por onde transitavam os moradores, que nos acenavam amigavelmente. Adiante encontramos o posto de saúde, igrejas evangélicas. atravessamos a rua principal e fomos para a do campo de futebol.

Era domingo, dia de lazer, as pessoas que trabalham fora da comunidade estão de folga, divertindo-se, dando risadas, conversando, entrando e saindo das mercearias, crianças correndo, brincando, as mães gritando, um jogo de futebol acontecendo e um campo lotado de crianças, jovens, adultos, mulheres e homens.

A proximidade com as pessoas, e o fato de estar realizando o primeiro contato, foram para nós uma sensação instigante e atrativa pelo fato de conhecer uma nova comunidade e reencontrar urna paisagem familiar, comum a tantas outras comunidades negras rurais de nosso Estado.

A sensação de familiaridade com a paisagem que acabara de conhecer advém da nossa inserção no movimento negro brasileiro e da necessidade de aproximação do movimento negro urbano com as comunidades negras rurais e da participação, em especial, no 1º Seminário das Comunidades Negras Rurais Quilombolas da Região Nordeste, no período de 30 de janeiro a 02 de fevereiro de 1997/ Paraíba., cujo tema foi: Educação, Terra e Trabalho Contra o Racismo.

Adentrar-se na vida da comunidade de Capoeiras, após prévia permissão, enquanto pesquisadora, aprender sobre fatos históricos, partilhar de sua rotina, ouvir sua história, privilegiando como recurso a história oral contada, sobretudo pelos mais velhos, pelas lideranças da comunidade, tudo isso encheu-nos de motivação.

A impressão que tivemos da comunidade foi muito positiva, na rua principal casas uma ao lado da outra, bastantes árvores, uma localidade com muito verde, e que transmitia muita paz e emoção. Demos algumas voltas procurando pela pessoa que nos aguardava e a impressão que ficou marcou bastante.

Dessa forma iniciava-se o contato com a comunidade e nessa trajetória nosso primeiro contato foi com uma das lideranças da comunidade, a Sra. Lídia Basílio e sua família. A partir deste contato aprendemos muito, vivemos o cotidiano rico da comunidade como ir as festas de casamento, aniversários, reuniões. festas na comunidade e na vizinhança junto com a juventude, viagens. velório, conversas na frente das casas, caminhadas pela localidade. Enfim. percebemos que, em cada canto da comunidade, seus moradores têm uma história para contar

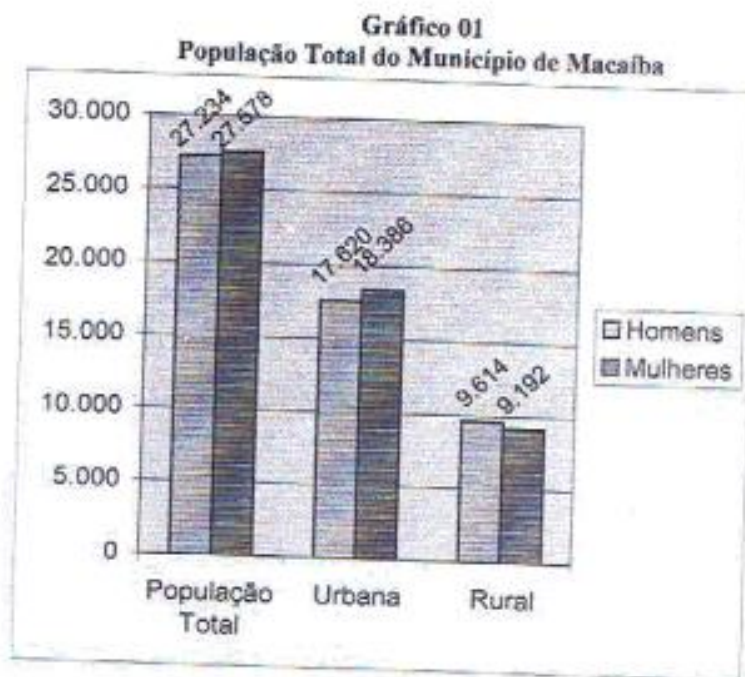
Para descrever o quadro, objeto de nossa pesquisa, neste capítulo discorreremos inicialmente sobre o município de Macaíba no qual localiza-se o distrito de Capoeiras. Em seguida realizamos a recuperação da história da comunidade e como esta história é contada pela população, também neste capítulo estarão presentes os suportes de memória, identidade. perfil sócio-econômico da comunidade, assim como seu modo de vida. Por fim, analisaremos as relações que a comunidade mantém com a sociedade local.

## **2.1 - MUNICÍPIO DE MACAÍBA/RN**

O município de Macaíba localiza-se na mesorregião do leste potiguar, mais precisamente. conforme a divisão territorial do Brasil na microrregião de Macaíba na zona homogênea litoral oriental inserida na subzona da mata, fazendo parte da região metropolitana da grande Natal. O acesso ao município se faz através das rodovias BR 101 BR 226 e a sua distância à capital do Estado é de 22 Km.

Segundos dados do censo 2000 do IBGE — (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população total de Macaíba é de 54.812 habitantes, a maioria residente na

zona urbana: 36.006, e na zona rural estão concentrados 18.806 habitantes, Da população total, temos 27.234 homens e 27.578 mulheres, distribuídos conforme gráfico abaixo.



Fonte: Dados do IBGE de 2000

De acordo com a Estimativa Populacional, a população do município vem tendo um crescimento positivo, apresentando também, conforme distribuição por faixa etária, uma concentração de habitantes nas faixas etárias de 10 a 19 anos. As tabelas 01 e 02 apresentam as situações descritas.

**Quadro 01**  
**Distribuição da População Municipal**

	1980	%	1991	%	1996	%	2000*	%
URBANA	17.053	54,54	29.019	66,79	32.186	68,99	36.006	65,67
RURAL	14.214	45,46	14.431	33,21	14.469	31,01	18.806	34,33
<b>TOTAL</b>	<b>31.267</b>	<b>100,00</b>	<b>43.450</b>	<b>100,00</b>	<b>46.655</b>	<b>100,00</b>	<b>54.812</b>	<b>100,00</b>

**Quadro 02**  
**População por Faixa Etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>TOTAL</b>
0 a 4 anos	5.942
5 a 9 anos	6.192
10 a 19 anos	12.116
20 a 29 anos	9.862
30 a 39 anos	7.791
40 a 49 anos	4.608
50 a 59 anos	3.509
60 anos a mais	4.792
<b>TOTAL</b>	<b>54.812</b>

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2000 - RN

Macaíba tem uma extensão territorial de 492 Km<sup>2</sup>, equivalente a 0,92% da superfície estadual. Localiza-se a uma altitude média de 11 metros,, situando-se a uma posição geográfica determinada pelo paralelo 05° 31' 30 "de Latitude Sul e 35° 21' 14" de Longitude Oeste.

O município de Macaíba teve na árvore "Coité", o seu nome primitivo. O Povoado de Coité" teve sua denominação modificada para Macaíba em 1855, em função da homenagem a uma palmeira com o nome de macaíba que o Sr. Fabricio Gomes Pedrosa, teria nos arredores de sua casa. O Sr. Fabricio foi o fundador de Macaíba e um de seus primeiros habitantes Presidente da Intendência de Natal comprador e exportador de açúcar e algodão.

Macaíba foi elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial n° 801. de 27 de outubro de 1877 e à categoria de Cidade em 05 de janeiro de 1889, através de Projeto do Deputado José Bezerra de Medeiros, Lei n° 1.010, desmembrando-se do Município de São Gonçalo do Amarante.

O crescimento de Macaíba na segunda metade do século XIX foi resultante do ciclo do algodão em virtude da Guerra da Secessão nos Estados Unidos que dificultou o abastecimento da indústria têxtil inglesa com o algodão norte-americano



Por isso a Inglaterra procurou comprar, em grande quantidade, a produção algodoeira do Egito e do Nordeste do Brasil. Os preços vantajosos oferecidos pelo mercado internacional determinaram a expansão da cotonicultura nos estados nordestinos. Por estar localizada numa área estratégica, para a época, Coité beneficiou-se com a situação, envolvendo comercialização e transporte de algodão.

Dessa forma, o povoado foi se tornando um grande entreposto comercial, atraindo comerciantes de Pernambuco e Paraíba que posteriormente ali se estabeleceram. Os negócios progrediram tanto que Fabrício Pedroza resolveu construir um ancoradouro próximo a Natal, situado no começo da "Estrada Velha do Guarapes" onde o rio Potengi tinha maior profundidade.

No alto da colina construiu um casarão de onde assistia ao desfile das embarcações que levavam para outras terras nacionais e estrangeiras, os produtos potiguares.

A força comercial de Macaíba entrou em declínio com o advento da implantação das linhas ferroviárias no Rio Grande do Norte que possibilitaram um melhor intercâmbio entre Natal e o interior do Estado, passando a função comercial a ser desempenhada pela capital.

A vida econômica de Macaíba é representada pela produção de pecuária e agricultura. Atualmente, encontra-se em implantação seu distrito industrial (CIA — Centro Industrial Avançado) atraindo várias fábricas como a Coteminas, Porcelana Beatriz, Giorgi, Tubos de Concreto, Água mineral, Santa Maria, Natal, Cristalina e Indaiá que vêm dando um novo suporte econômico ao município, posicionando-se em 27º lugar no *Ranking* geral dos municípios potiguares.

O comércio está estruturado para o atendimento das necessidades básicas da população. O SEBRAE relacionou as seguintes atividades comerciais no município:

**Quadro 03**  
**ATIVIDADES COMERCIAIS**

Ramo de atividade	Número de empresas
Mercearia/mercadinho	5
Tecidos/confeccões	5
Calçados/couro	4
Armarinho	3
Móveis/eletrodomésticos	3
Artigos para presentes/brinquedos	3
Funerária	2
Madeira e artefatos	2
Artesanato	2
Perfumes/cosméticos	2
Bicicletas/peças/acessórios	2
Farmácia	2
Livraria	2
Posto combustível	1
Supermercado	1
Eleto eletrônicos	1
Ótica	1
CD's e fitas	1
Auto peças	1
Material para construção	1
Produtos hortifrutigranjeiros	1
Açougue	1
Rações	1
Confeitaria	1
Instrumentos musicais	1
<b>Total</b>	<b>49</b>

Fonte: SEBRAE – Pesquisa Proder - 1999

Foram identificadas 28 (vinte e oito) empresas na atividade de prestação de serviços, assim distribuídas:

**Quadro 04**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Ramo de atividade	Número de empresas
Bar/lanchonete/mercaria	8
Serviço de eletro eletrônicos	3
Restaurante	2
Clinica médica	2
Cabeleireiros/cosméticos	2
Video-locadora/ video-game	2
Serviço odontológico	1
Casa de show	1
Loteria	1
Festas	1
Lava jato	1
Ensino particular	1
Oficina de portões	1
Galeteria	1
Bomboniere	1
<b>Total</b>	<b>28</b>

Fonte: SEBRAE – Pesquisa Proder - 1999

Macaiba limita-se ao norte com os municípios de São Gonçalo do Amarante e Ilmo Marinho; ao sul com os municípios de Vera Cruz, Boa Saúde e São José *de* Mipibú; a Leste com os municípios de Natal e Pamamirim e ao oeste com São Pedro, Bom Jesus e Ilmo Marinho. Na tabela abaixo descrevemos a distância das principais localidades que mantem intercâmbio comercial com o município.

**Quadro 05**  
**DISTÂNCIAS ENTRE AS PRINCIPAIS LOCALIDADES DE**  
**INTERCÂMBIO COMERCIAL**

Cidades	Distância (Km)	Rodovia	Tipo de Estrada
Natal	22	BR 101, 226 e 304	Asfaltada
Parnamirim	18	BR 101 e 304	Asfaltada
S. Gonçalo do Amarante	06	RN 312	Asfaltada
Bom Jesus	35	BR 226 e 304	Asfaltada
Ielmo Marinho	33	BR 304	Asfaltada
Vera Cruz	23	RN 160	Asfaltada

Fonte: Departamento de Estradas e Rodagem – DER

O clima é úmido, sub-úmido do e semi-árido a oeste, com temperatura média anual de 27,1 °C. A umidade relativa do ar média anual é de 76% e a precipitação pluviométrica anual média de 1.027.1 mm. Macaíba sofre as mesmas influencias climáticas da Capital e o período de chuvas se dá geralmente nos meses de abril a junho, com chuvas irregulares.

A vegetação é formada por floresta subcaducifólia que se caracteriza pela queda das folhas das árvores durante o período seco e por manguezal, sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais - mangues e animais típicos aos quais se associam outras plantas e animais, adaptados a uni solo periodicamente inundado pelas marés, com grande variação de salinidade.

Os solos predominantes são: o podzólico vermelho amarelo abrupático plinthco de fertilidade natural baixa, textura média, relevo plano, moderada a imperfeitamente drenados e profundos e o latossolo vermelho amarelo distrófico, com fertilidade natural baixa, textura média, relevo plano, fortemente drenado, muito profundos e porosos. O relevo apresenta-se a uma altitude de menos de 100 metros.

Quanto aos aspectos geológicos, o município abrange terrenos pertencentes ao Embasamento Cristalino, de Idade Pré-Cambriana média (1100 – 2500 milhões de anos), a oeste da faixa de contato entre as unidades e é caracterizado por migmatitos, gnaisses, xistos, anfibolitos e granitos, e o grupo Barreiras, de Idade Terciária (7 milhões de anos), situado a leste, caracterizado por areias, arenitos, conglomerados e siltitos.

Localmente, estão presentes coberturas colúvio-eluviais recentes, que formam solos arenosos inconsolidados, altamente lixiviados e de boa drenagem. Nos leitos dos principais nos estão aluviões compostos por sedimentos elásticos de origem terrígena, como caulim, argila e diatomito

O potencial hidrográfico do município pertence às bacias Potengi e Pirangi, cujos principais rios são o Rio Grande e o Jundiá; os riachos Lamarão, Água Vermelha, Taborda e do Sangue e as lagoas Dos Cavalos, Grande, do Sítio e do Lima. Existem ainda 03 (três) açudes públicos: Bêbado, Cana Brava e Jambeiro, além de 08 particulares, com capacidade de acumulação de 1.702.5:50m<sup>3</sup>.

○ município de Macaíba rege-se pela Lei Orgânica datada de 03/04/1990, votada, aprovada e promulgada pela Câmara Municipal, de acordo com o art. 29 da Constituição Federal. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, eleito para um mandato de 4 anos. A gestão municipal atual está sendo assumida pelo Dr. Fernando Cunha Lima Ferreira e o Poder Legislativo Municipal é exercido pela Câmara Municipal, composta de 13 vereadores.

○ Poder Judiciário é composto de três varas e um Juizado de Pequenas Causas - vara civil, vara da família, vara criminal, e juizado especial, contando, respectivamente com três promotores e três cartórios -- cartório eleitoral, registro de imóveis e registro civil. O Fórum Municipal de Macaíba abrange os municípios de Bom Jesus e Ilmo Marinho.

A estrutura administrativa organizacional do município está assim definida: Gabinete do Prefeito; Chefe do Gabinete, Procuradoria Municipal; Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; Secretaria Municipal de Finanças e Tributação; Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social; Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Secretaria Municipal de Planejamento.

Como desdobramento da constituição de 1988, a estrutura do poder local no Brasil tem apontado um processo crescente de novas relações entre o Estado e a sociedade em âmbito local. Os diversos conselhos paritários têm como função constituir-se como espaços de participação da sociedade na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas. Em Macaíba existem 09 conselhos e/ou comissões, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Quadro 06**  
**CONSELHOS E COMISSÕES MUNICIPAIS EXISTENTES**

Nome	Presidente	Origem
Conselho Municipal de Saúde	Maria Nilbaneide	Sociedade civil
Conselho Municipal de Educação	Inativo	-
Conselho Municipal do FUNDEF	Lucivaldo Feitosa	Sociedade civil
Conselho de Merenda Escolar	Luis Antonio Lacerda	Sociedade civil
Conselho de Assistência Social	Sálvia Ramalho	Governo Municipal
Conselho do FUMAC	Fernando Cunha Lima	Governo Municipal
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente	Arlida Cunha Lima	Governo Municipal
Conselho Municipal do Trabalho - COMUT	Raw Plácido	Governo Municipal
Conselho Municipal da Bolsa Escola	-	-
Comissão do PETI	Maria N. Peixoto	Governo Municipal

No município também encontra um significativo número de organizações e/ou entidades que constitui o Terceiro Setor. Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Grupo de Idosos; Rotary Clube; Lions Clube; Maçonaria; Clube de Mães; APAE, Pastoral da Criança; Centro de Recuperação do Viciado; Fundação Lar Celeste Auta de Souza; Orfanato Lírio do Vale; ASFARN, CDI (Câmara dos Dirigentes Lojistas); Abrigo de Velhos Deus e Caridade; ASSEMA; AMARN (Associação dos Magistrados do RN); ANSEF (Associação da Polícia Federal); SESC; SENAC; Sindicato do Comércio Varejista; Sindicato dos Servidores Municipais; Desafio Jovem; Grupo de Escoteiros; CEPAC; CIAMM.

No município identificamos, segundo dados do IBGE-2000 existem 32.931 eleitores, assim distribuídos:

**Quadro 07**  
**NÚMERO DE ELEITORES**

Faixa Etária	Total	Sexo		Não Informado
		Homem	Mulher	
16 anos	462	222	240	0
17 anos	798	417	381	0
18 a 24 anos	7.020	3.541	3.479	0
25 a 34 anos	8.775	4.423	4.349	3
35 a 44 anos	6.116	2.995	3.108	13
45 a 59 anos	5.379	2.503	2.858	18
60 a 69 anos	2.234	1.000	1.226	8
70 anos a mais	2.144	1.077	1.055	12
<b>TOTAL</b>	<b>32.931</b>	<b>16.698</b>	<b>16.179</b>	<b>54</b>

Fonte: IBGE. Censo Demográfico – 2000 - RN

*O abastecimento d'água do município é realizado pelo Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN, com escritório localizado na sede do município. A captação da água é feita através de 07 poços tubulares às margens da BR 101, onde é realizado o tratamento da água com flúor e cloro.*

Os serviços de distribuição de energia elétrica são executados pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, cuja operacionalização dos serviços é em parte, executado por duas empresas terceirizadas. Atende os municípios da divisa de São Gonçalo e das cidades de Bom Jesus e Ielma Marinho. Cerca de 95% da zona rural encontra-se eletrificada. E existem no município 11.192 consumidores de energia elétrica.

A limpeza pública é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. A limpeza pública é realizada diariamente no centro da cidade e demais áreas urbanas sendo que a coleta do lixo se dá em apenas 60,65% do conjunto de domicílios do município. Macaíba produz 71,61 toneladas diárias de lixo e não tem local adequado para o aterro sanitário, o lixo coletado é colocado entre as comunidades de Lagoa Grande e Lamarão, sendo o mesmo aterrado.

No município existe uma Agência do Banco da Brasil e um posto da Caixa Econômica Federal para atender a população. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT opera com uma agência que está diretamente subordinada à Regional Operacional – REOP nº 01 de

Natal. A Telenorte Leste Participações S/A – TELEMAR, presta serviços à população, possui uma Central que funciona com um técnico em comunicações.

O município dispõe de uma emissora local – FM 95 e tem acesso a todas as emissoras de Natal e dispõe de uma antena repetidora de sinal das redes Globo, SBT, Record e TV Cultura. Cerca da 50% da população possui antena parabólica. Os jornais oriundos de Natal e com circulação em Macaíba são Diário de Natal, Tribuna do Norte e Grande Natal.

Em relação às políticas públicas, a prefeitura vem implementando os programas sociais da União destinados aos municípios. *Na área de saúde*, o município de Macaíba encontra-se habitado na Gestão Plena do Sistema Municipal desde 1998, o que determina como competência municipal oferecer os serviços de saúde.

Entre as ações básicas desenvolvidas pelo município destacamos: Saúde Reprodutiva Controle Tuberculose/Hanseníase; Saúde Bucal; Saúde Mental, Controle Diabetes Mellitus; Controle Hipertensão.

Para dar conta da Promoção e Prevenção à Saúde o município tem investido em Programa Estratégicos como PACS/PSF, (Programa de Agente Comunitário e Programa de Saúde da Família) de Assistência Farmacêutica e Educação em Saúde.

O Programa de Saúde da Família foi ampliado de duas para nove equipes compostas por médico, enfermeiro e auxiliar de enfermagem, e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde com 92 agentes para cobrir a área de atuação do Programa. A Saúde Bucal dispõe de quatro Equipes de Saúde da Família e demais profissionais no atendimento a escolares; a Saúde da mulher realizando procedimentos clínicos e ginecológicos com prevenção do câncer uterino e controle de natalidade; Saúde Mental com atividades integradas dos profissionais da área de Psicologia e Psiquiatria.

Nas campanhas nacionais de imunização em 2001 (pólio e idoso), o município alcançou 96,91% e 82 respectivamente, da meta. Nas coberturas vacinais em menores de 01 ano, o



município vem se aproximando e em alguns casos (BCG – tuberculose) superando suas metas, conforme quadro abaixo.

**Quadro 08**  
**MENORES DE 01 ANO VACINADOS/AS EM 2001 (POR TIPO DE VACINA)**

TIPOS DE VACINAS	META	VACINADOS	COBERTURA %
Hepatite	1.154	978	84,70%
Sarampo	1.154	1.075	93,15%
Influenza	1.154	864	74,80%
DTP	1.154	1.090	94,45%
BCG	1.154	1.206	104,50%
Pólio	1.154	5.871	91,33%

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba - 2002

Na área de saúde pública, a população do município é assistida pelos serviços do Hospital Regional Alfredo Mesquita Filho, com atendimento de clínica médica, pediatria, ginecologia, cardiologia e, mais recentemente, com atendimento fisioterápico.

Os Distritos Rurais são assistidos nos postos de saúde do município, no total de cinco e estão nas localidades de Peri- Peri, Betúlia, Riacho de Feijão, Mata Verde e Capoeiras e os da Fundação e Nacional de Saúde, atende através de seus postos localizados nos distritos de Cana Brava, Cajazeiras, Lagoa do Sítio, Lagoa do Lima, Mangabeira, Traíras.

A rede ambulatorial do município dispõe ainda de serviços de média complexidade com laboratório de patologia clínica, raios-X, ultra-sonografia, dermatologia, cardiologia, gastroenterologia, psiquiatria, psicologia, mastologia, ortopedia e otorrino. Na rede ambulatorial atendem também as clínicas básicas medica, ginecologia, pediatria e obstetrícia.

Na área social, segundo informações da Secretaria de Trabalho e Ação Social a prefeitura vem desenvolvendo quatro grandes programas: Bolsa Renda; Bolsa Escola; PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; PAPP – Programa de Atendimento ao Pequeno Produtor. Existe ainda, a prestação de serviço ao público através do atendimento da certidão de

nascimento gratuita, vale transporte para pessoas em tratamento de câncer na capital do Estado; cursos de corte e costura, pedreiro, pintor de obras, etc. em parcerias com o SENAC e o SESI.

No que diz respeito a Educação, por estar localizada próximo a Capital, Macaíba beneficiou-se das primeiras medidas tomadas pelos governos provinciais, pertinentes a instrução. O Governador Alberto Maranhão quanto à educação no Rio Grande do Norte, este implantou a primeira rede oficial de grupos escolares e o grupo escolar “Auta de Souza”, criado em 10/1911, localizado em Macaíba, foi consequência desta política. Este estabelecimento de ensino desempenhou um importante papel na formação de várias gerações.

Atualmente o Sistema Educacional do Município de Macaíba é formado pelas redes estadual, municipal, e federal, segundo informações fornecidas pela Secretaria de Educação do município dados de 2002 a taxa de alfabetização da população é de 71,60%.

A Rede estadual abrange as atividades nos níveis de Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio. Dispõe de 15 (quinze) estabelecimentos de ensino, sendo 08 na zona urbana e 07 na zona rural e 258 (duzentos e cinquenta e oito) professores, 99 (noventa e nove) salas de aula e 213 (duzentas e treze) turmas e um total de 8.755 (oito mil setecentos e cinquenta e cinco) alunos. sendo 7.279 (sete mil duzentos e setenta e nove) do Ensino Fundamental e 1.716 (hum mil setecentos e dezesseis) do Ensino Médio.

A *Rede Municipal* de Ensino conta atualmente com um total de 11.59 alunos, distribuídos nos níveis de ensino especificado a seguir: Educação Infantil (2.230), Ensino Fundamental (7.453), modalidade *de* Educação de Jovens e Adultos (EM - 1.648) e Ensino Médio (161), tendo como referencial o CENSO ESCOLAR 2002. Apresenta quadro constituído de 535 (quinhentos e trinta e cinco) docentes, 182 (salas de aulas). Dispõe de 14 escolas na zona urbana e 39 na zona rural.

A *Rede Federal* é constituída de um estabelecimento de ensino na zona rural: o Colégio Agrícola de Jundiá, da Universidade Federal do RN - UFRN que atende os níveis de

Ensino Fundamental e Ensino Médio, com uma oferta dos cursos de Agropecuária e Informática. Tem o Colégio Agrícola possui 40 (quarenta) docentes, 20 (vinte) salas de aula, e 802 (oitocentos e dois) alunos.

*No que concerne ao Ensino privado* no município, está em ampla expansão, pois atende desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Somando um total de 54 escolas, sendo 06 da Educação Infantil, 48 Ensino Fundamental e Médio.

Em cumprimento aos dispositivos da nova LDB (Lei n.º 9.394/96), que atribui aos Estados e a União a responsabilidade de realizar programas de formação para professores não titulados em exercício, a Prefeitura Municipal de Macaíba, através da Secretaria de Educação tem propiciado a qualificação dos docentes. Para tal realizaram-se convênios mantidos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF).

A formação dos docentes de nível superior é realizada nas Universidades e Institutos Superiores, tais como. Universidade Potiguar (UNP) 40 (quarenta) docentes; Proformação no Instituto de Formação de professores "Instituto Kennedy" - 12 (doze) docentes; Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) - 200 (duzentos) docentes.

Os programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura são os seguintes:  
Transporte Escolar - A Secretaria de Educação conta com 21 (vinte e um) veículos sendo 16 ônibus e 05 Kombi e também com 05 veículos (kombi) para locomoção dos professores, a fim de atender à necessidade das escolas das comunidades rurais de difícil acesso:  
Alfabetização Solidária, PROEEJA - 651 alunos; Merenda Escolar e Manutenção das Creches - recursos financeiros da SETAS; Merenda Escolar - fornecimento de alimentos para as escolas municipais dos níveis de educação infantil e ensino fundamental, com recursos do FNDE:

PRASEM - Apoio à capacitação dos secretários de educação e conselheiros do

FUNDEF: PROJESP - Projeto Esperança, alfabetização na zona rural, especialmente nos assentamentos; Programa Integrado de Desenvolvimento de Educação Infantil - PIDEP visando ao treinamento bimestral dos docentes. dos que serão multiplicadores da metodologia no município; Educação de Jovens e Adultos convênio Prefeitura i SESI / SENAI, onde a prefeitura disponibiliza a estrutura física e material de expediente e o SESI, com o pagamento dos professores; Higiene Bucal - atende os estudantes da zona rural e urbana; Educação Ambiental - compreende melhoria da qualidade de vida dos estudantes. Programa Nacional de Renda Mínima -- Bolsa Escola; Programa de Formação Continuada - Parâmetros em ação; PDDE - Caixa Escolar.

*Em relação às manifestações culturais do município merece destaque, no artesanato, o trabalho das bordadeiras do distrito do Gondelo, o Mamulengo de Chico Daniel e as danças do Pau Furado da comunidade de Capoeiras e Cocos de Roda Há também eventos anuais entre estes destacam-se: Vaquejada realizada nos meses de março e maio; Festa do Ex-aluno do Colégio Agrícola - realizada no mês de maio: Festa junina, realizada no período de 23 a 29/06; Corrida de pedestrianismo - realizado no mês de junho: Emancipação do Município - realizado no mês de outubro; Festival de Teatro de Macaíba - FESTIM - realizado no mês de outubro; Jogos Escolares de Macaíba JEMAS realizada no mês de outubro, Festa da Padroeira - Nossa Senhora da Conceição - realizada no dia 08 de dezembro; Festa de Santa Luzia - realizado no dia 13 de dezembro.*

O município de Macaíba apresenta um forte potencial para o turismo cultural. Entre os marcos histórico da cidade, alguns são objeto de visitaçã, tais como: Busto de Augusto Severo; Capela de Nossa Senhora da Soledade; Capela São Jose: o terreno foi doado pelo Major António Andrade Lima. A capela foi erguida vizinha a sua residência, sendo a segunda capela do município, tendo como padroeiro São José. Recentemente foi tombada como Patrimônio Histórico; Colégio Agrícola de Jundiá. Praça da Saudade; Igreja Matriz Nossa

Senhora da Conceição: o marco inicial de sua construção data do século XIX, quando em 1859 Fabricio Gomes Pedrosa reuniu religiosos e outras pessoas da comunidade, e a inauguração-de fato ocorreu em 08/12/1890. Sua arquitetura atual é uma mesclagem do estilo romântico, principalmente no que diz respeito ao frontispício e as colunas, sendo que as torres e altares são de estilo gótico.

Ha ainda as Ruínas de Guarapes: residência de Fabrício Gomes Pedrosa, fundador do município de Macaíba; Solar Caxangá: situado um local fascinante pela beleza de sua paisagem. Sua importância se reflete através dos inúmeros compartimentos, inclusive a Capela de São José. O solar pertence à Prefeitura Municipal de Macaiba, onde funciona urna das secretarias;

Solar do Ferreiro Torto, também denominado de Engenho Potengi; O engenho foi construído por Francisco Rodrigues Coelho no século XVII, provavelmente depois de 1614, situado a direita do rio Jundiá, nas proximidades da então povoação de Coité, hoje cidade de Macaíba. A história do engenho está intimamente ligada a cruéis morticínios, consequência dos ataques holandeses, um dos quais vitimaram a família de Francisco Coelha e de seus escravos, transformando o engenho em montões de ruínas. Ferreiro Torto ficou deserto e abandonado durante o resto do século XVII, retornando a suas funções sob o domínio do Coronel de Milícias José do Rego Barros. O mesmo demoliu as antigas construções de taipa e ergueu o imponente casarão de quatro águas, verdadeiro solar de puro estilo colonial. Depois reconstruído foi residência de João Chaves, restaurante, sede da prefeitura e hoje Museu Histórico de Macaíba.

O município de Macaíba é conhecido também no cenário nacional e potiguar como local de nascimento de algumas personalidades, entre as quais se destacam Augusto Severo de Albuquerque Maranhão construiu um balão qual deu o nome de "PAX". Auta de Souza-poetisa, autora de várias obras, entre as quais, o livro "O Horto". - Henrique Castriciano de

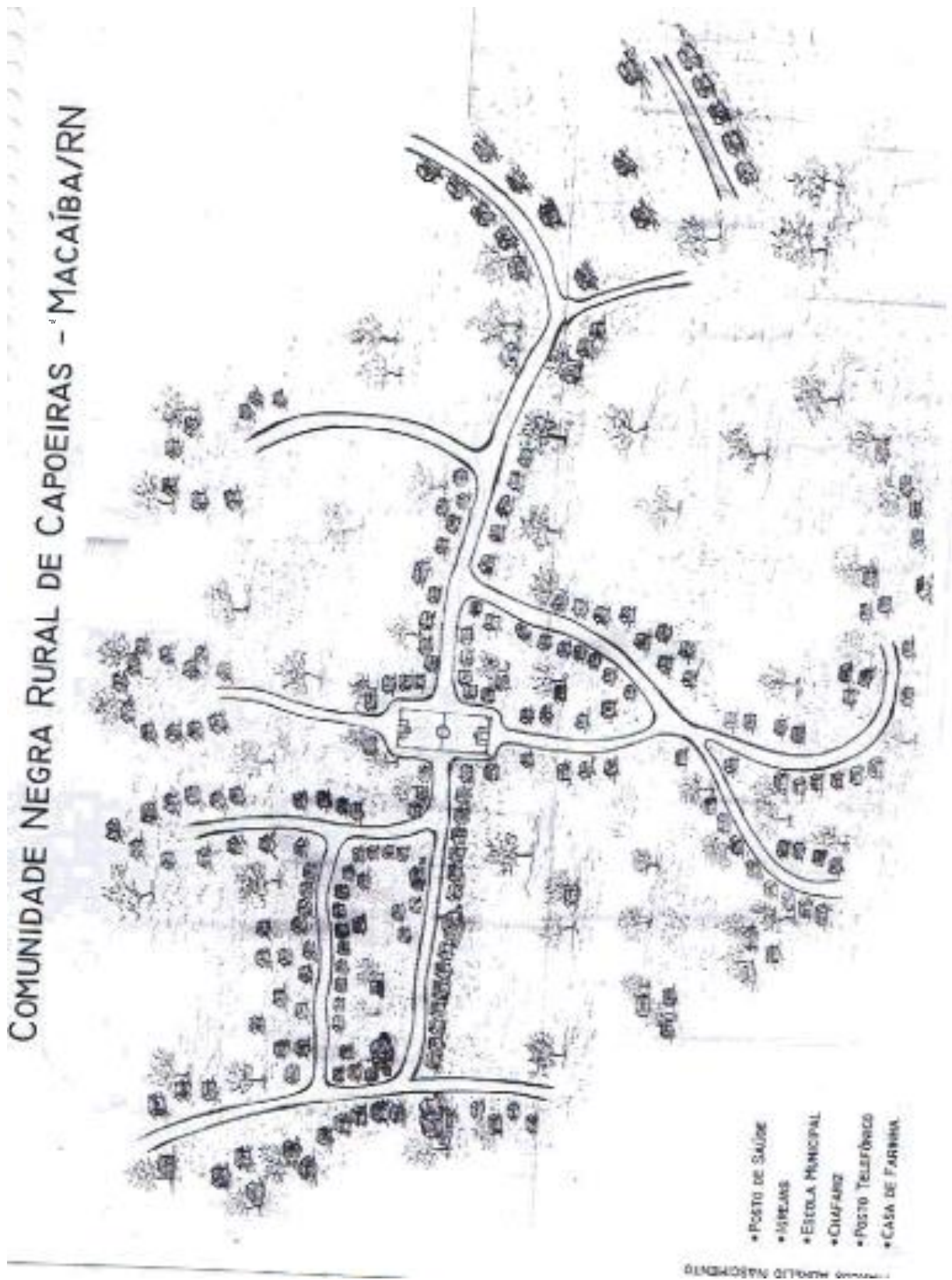
**Souza** fundou, a Liga de Ensino e a Escola Domestica de Natal e Eloy de Souza jornalista e escritor.

A comunidade Capoeiras, sendo um distrito do município, é parte do quadro sócio histórico discutido neste tópico. No próximo tópico descreveremos a história da comunidade. privilegiando a memória de seus moradores.

## **2.2 — SÍTIO CAPOEIRAS: RECONTANDO A HISTÓRIA**

Capoeiras, segundo o dicionário de Aurélio, é uma palavra que tem origem na língua tupi e significa *˜mata que foi, ou seja, terreno em que o mato foi roçado e/ou queimado para cultivo dá terra ou para outro fim.*

Segundo Neuza Lopes, (1979. pág. 99) estudando as particularidades das regiões do Brasil afirma que: A capoeira. *"mata que foi, aparece em todos os distritos agrícolas do Brasil, visto que é um resultado das queimadas".*



Câmara Cascudo descrevendo e analisando as origens dos municípios do RN, recupera a etnologia da palavra capoeira, a localização e a origem do sítio, referindo-se à Capoeiras da seguinte forma:

*Capoeira serra no Patú. Nome primitivo da povoação de Panelas. Bom Jesus, hoje município com essa denominação, 1963. De caá-poera, mato extinto, mato cortado ou destruído. Costuma-se se confundir com Capueira, de cópoera, roça extinta, roça velha, abandonada e já invadida pelo mato. (CASCUDO, 1968. pág. 78)*

Percebe-se pela descrição de Câmara Cascudo que a denominação de Capoeiras se referia, no passado, ao atual município de Bom Jesus. No entanto, Capoeiras contemporaneamente, refere-se apenas à Comunidade Negra Rural Quilombola de Capoeiras, cuja localização encontra-se no município de Macaíba.

Ainda segundo o fascículo nº 07 Escravidão e Abolicionismo - História do Rio Grande do Norte - Cadernos Especiais - da Tribuna do Norte, diz o seguinte sobre a Comunidade de Capoeiras:

*Os habitantes desse local, coma o Sr. Severino Paulino da Silva, um de seus descendentes, vieram de Açú, talvez por causa de uma grande seca. Faziam parte de uma família formada pelo casal Joaquim e sua senhora, Caiada, e seus filhos, todos negros. (...) O casal vendeu doze cavalos não adultos para comprar a propriedade. O Sr. Cairias, amigo dono da Capoeira. enganou seu Joaquim entregando uma procuração em lugar do documento de venda. Quando o Sr. Joaquim morreu, o Sr. Carrius reuniu os filhos do falecido e disse a verdade, exigindo mais cem mil réis para passar o documento legal da venda do sítio. Os filhos do Sr. Joaquim pagaram a quantia exigida, assegurando a posse definitiva da terra. (Jornal Tribuna do Norte, fascículo n.7 maio de 1988).*

Em nossa pesquisa entrevistámos os moradores mais idosos da comunidade. Um deles foi Sr. João Manoel dos Santos, conhecido por João Nô<sup>10</sup> é apontado como uma das pessoas mais velhas e respeitada pela comunidade, nos relatou o seguinte:

*Nasci e me criei neste lugar. Meu pai se chamava João Francisco dos Somos e minha mãe %of Paulino dos Santos, nasceram aqui mesmo em Capoeiras. Meu pai quando morreu eu era rapaz. Eu lembro que eles falavam que viviam na mata fechada, com medo de ataques dos caçadores. (João Nô entrevista a autora em 16.03.2002)*

<sup>10</sup> João Manoel dos Santos — líder comunitário, nascido em Capoeiras e falecido recentemente ainda durante a nossa pesquisa.



Entre os moradores da comunidade encontram-se aqueles que, por sua posição social, são apontados como os que detêm sua origem, Entre estes, estão Sr. Raimundo João da Costa;<sup>11</sup> Lídia Basílio da Silva,<sup>12</sup> Cleonice Nazaré dos Santos<sup>13</sup> e Raimunda Luiza de Moura,<sup>14</sup> Manoel Batista de Moura<sup>15</sup> Para o líder da comunidade Sr. João Nô.

*O nome antigo de Capoeiras, contava minha mãe era Cabaça. E era muito maior do que temos hoje. Capoeira foi colocado por caçadores de Natal, que vinham por essas bandas, Matar índios e negros. (...) tinha uma velha que morava no Arisco, local ali prá cima onde o povo daqui planta, queimava a terra para botar roçado e fez uma capoeira. (...) os caçadores temiam essa mulher e chamavam ela de Maria Capoeira, almoçavam na casa dela quando vinham pra cá, então a partir deste tempo mudou o nome do local. Maria capoeira era escrava e começou a morar aqui porque fugiu de outro Estado, da escravidão". (Sr. João Nô, entrevista a autora em 16 03:2002)*

Analisando as informações de Câmara Cascudo e os depoimentos do Sr. João Nô, existem muitas semelhanças e aproximações de informações. Percebe-se que toda área que hoje compõe o município de Bom Jesus era denominada de Capoeira, ou seja, era o nome inicial de Pannels e a comunidade de Capoeiras, segundo o Sr. João Nô, era chamada de Cabaça.

O significado de Capoeira na história oral dos moradores, encontra semelhança com os autores também citados: Capoeira assim chamado de lugar de mato cortado. queimado. onde preparava-se a terra para fazer o roçado. O Sr. Raimundo João nos fez o seguinte relato:

*Nasci e me criei neste lugar. Meu pai se chamava Pedro Basílio dos Santos e minha mãe dona Otília Felipe dos Santos. Meu pai contava que os tempos de antigamente aqui não era bom, havia muita crueldade com o nosso povo, havia muitas dificuldades de toda sorte. depois devagarinho as coisas foram melhorando (..) hoje os dias são bem melhores. Melhorou muito. Para você imaginar, saíamos daqui a pé para Bom Jesus, para chegar em Natal, passamos dois dias. Não tinha estrada ou caminho, tudo era mata fechada, tinha que fazer muita queimada. tanto para roça, como para fazer trilha para saímos daqui. Antigamente não se tinha nada aqui. (Raimundo João, 74 anos entrevista a autora em 09/04/02).*

11 Raimundo Joao da Couu - nascido em Capoeiras no dia 09/10/1931, conhecido como líder sindical - delegado do sindicato dos trabalhadores rurais.

12.. Mario Lídia Basílio da Sina – líder comunitária.

13. Cleonice Nazaré dos Santos - líder comunitária.

14 Raimunda Luiza de Moura - lidar com.

15.Manoel Batista – Líder comunitário.

Através deste relato, percebemos que existe semelhança também no depoimento do Sr. Raimundo e o entendimento dos autores a respeito do significado da palavra "Capoeiras", principalmente no que se refere ao espaço que era queimado, para o plantio ou para passagem dos moradores.

A líder comunitária Maria Lídia Basílio da Silva, (45 anos) filha do líder sindicalista Sr. Raimundo, narrando a história e origem de Capoeiras, diz o seguinte:

*O nome Capoeiras era usado pelos antigos trabalhadores da roça, que gostavam depois do almoço falar que iam para a capoeira descansar (...)" havia uma relha escrava por nome de Francisca Emidia de Moura, mais conhecida por Caquica, morreu aos 115 anos e sabia muito sobre a origem da comunidade, o pai de Caquica tinha o nome de João e ganhou o apelido de Capoeiras, justamente por morar numa capoeira. (...) As casas na época eram distantes uma da outra, sem energia e quando precisavam se deslocar de sua casa para a casa de João, que era um homem tipo sociável, gostavam de receber os amigos e reuni-las para conversarem na frente de sua casa. Essas pessoas quando saiam de suas casas e para lá se dirigiam, diziam: vamos pra casa de João da Capoeira. (Lídia Basílio 46 anos. entrevista à autora em 13.02-02)*

O relato acima é de grande relevância a respeito da origem do nome de Capoeiras, tem relação como os relatos anteriores, pois é termo usados pelos mais antigos da comunidade para identificação do espaço geográfico onde estão situados. Também fomos conduzidas por nossos informantes à moradora Cleonice Nazaré dos Santos para falar da origem da comunidade, a mesma falou o seguinte:

*(...) meu pai contava que meu bisavô morava em uma capoeira que foi formada a partir da chegada de sua família que vinham de fora fugindo da escravidão, se esconderam muito tempo na mata, fugindo das perseguições dos maus tratos. porque eles não queriam ser mais escravos. (...) hoje todas essas terras são nossas por causa de nossos parentes de antigamente, que aqui se isolaram e conseguiram ficar juntos até hoje. depois começaram a casar ter filhos crescer a família até hoje (Cleonice Nazaré dos Santos. 45 anos. entrevista à autora em 16/03/2002).*

O nome Capoeiras dos Negros registra uma diferença étnica e territorial em relação aos seus vizinhos, os antepassados detiveram a posse de uma terra., em situação de isolamento parcial, e delas fizeram seu lugar, desenvolvendo um modo de vida própria. Outro depoimento, muito

importante, foi dado por Raimunda Luiza de Moura, que conhece bem de perto a história de Capoeiras contada por eu pai e avoo. Segundo ela:

*(...) O fundador natural de Capoeiras chamava-se Garcia e a sua mulher Bulca. Povo de posses, vinha da serra de Martins por causa de briga, da escravidão trouxe 04 (quatro) filhas, mulheres negras muito ricas e os nomes delas era Emília, Maria do Carmo, Marta e Geracina. Moças ricas, que começaram a ensinar o povo que aqui encontrou a família dos 'Nô - povo melhorado de vida (...) meu bisavô Garcia de Moura vendeu 12 cavalo velho comprou a propriedade depois dividiu com seus filhos Fernando e Leandro e entregou a posse da terra que hoje encontra-se com Miguel Luis em Lagoa dos cavalos. (...) Uns poucos de índios que vinha por lado de cá se escondia aqui também na capoeira. tanto os Moura, como os Garcia e por últimos os Leandro e os Santos são as familiares iniciais de Capoeiras, foi quem botou os que não são da Comunidade pra fora. Uns poucos ainda que permaneceram por aqui firmaram família. (Raimunda Luiza de Moura, 75 anos, entrevista a autora em 29/03/2002).*

Nos depoimentos dos entrevistados, há concordância em apontar a origem da comunidade à vinda de famílias negras para esta localidade fugindo de perseguições, apesar da não uniformidade dos relatos. Entendemos que Capoeiras teve origem através de pessoas que vieram para estas terras e ali se estabeleceram demarcando o espaço como um território negro.

Colocam como referência urna mulher negra, ou melhor, um casal, como fundadores, posteriormente foram agregando outros negros que vinham fugidos para essas matas. A formação da comunidade, sua origem, basicamente deu-se a partir de quatro famílias, a saber, pela ordem de chegada: Garcia; Santos, Moura e Costa. A partir destas quatro famílias, a memória da comunidade, através da história oral, retoma a origem de Capoeiras que está vinculada à vinda de negros que vieram de longe, principalmente dos municípios e Estados vizinhos e foram tomando conta do lugar, demarcando seu espaço territorial, plantando e criando animais.

Da forma como eles vão reconstituindo e contando a origem da comunidade, identificamos que quase todos são parentes, por onde os moradores mais novos vão passando

nas ruas *da* comunidade, vão pedindo a benção de forma constante, em um aceno de respeito, por estar diante de um parente mais velho da família. Na comunidade, os anciãos são considerados e respeitados como os mais experientes, são responsáveis pelo conhecimento da comunidade, que se valem de sua história de vida.

Nos relatos dos moradores percebe-se uma classificação entre um tempo anterior de dificuldades e um tempo presente que é avaliado como melhor. Esse tempo "de antes" confunde-se com um tempo da origem, no qual não existiam os elementos presentes do mundo moderno, como energia e médico, entre outros. Como coloca o Sr. Raimundo,

Capoeiras melhorou muito, das casas de taipa e pau a pique que existia antigamente, onde quase nenhuma tinha banheiro, era mato de um lado e do outro. Não tinha energia, não tinha médico, quando adoecia um de nós aqui, que não se curava com as rezas e os chás, era um Deus me acuda. Hoje, ainda precisa se fazer muita coisa, mas já melhorou bastante. (depoimento do morador Raimundo João, 79 anos, a autora em 07/04/2002).

As curas por rezas e ervas, as casas de taipa, são os suportes da memória de um passado vivenciado pela comunidade. No mesmo sentido, Nazita dos Santos lembra:

Antigamente as crianças nasciam aqui mesmo, as parteiras faziam os partos, hoje é que o povo vai para a cidade. (Nazita dos Santos, 60 anos, entrevista a autora em 07/04/2002)

*Os depoimentos também apontam para as formas de solidariedade e ajuda mútua existente nas comunidades. A Sr<sup>a</sup> Maria Paulina moradora de Capoeiras avalia.*

Aqui tem uma coisa importante, todo mundo se ajuda, quando nasce uma criança, quando está doente, quando casa uma filha, quando construí alguma coisa na comunidade. Como exemplo, foi a igreja, todo mundo trabalhou, criança e adultos, carregando tijolo, ajudando no traço do barro, para levantar as paredes, assentando o piso, pintando, tudo foi feno por agente (Maria Paulina dos Santos entrevista a autora em 07/04/2002).

Também estão presentes nos depoimentos o forte sentido de pertencimento e unidade da comunidade em relação aos que são considerados de "fora". O Sr. José Francisco dos Santos destaca que:

Nestes depoimentos encontram-se os elementos que constituem a noção de comunidade. A vida em conjunto, a partilha de memória em comum, fatos e relações que são experimentadas como *íntimas*. Ferdinand Tonnies discutindo os conceitos de Comunidade e Sociedade. diz que a comunidade é diferente da sociedade, as relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco. vizinhança e amizade. Para o referido autor:

*"Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido, exclusivamente em conjunto, será entendido como a vida em comunidade. (...) na comunidade há uma ligação desde o nascimento, uma ligação entre os membros tanto no bem-estar quanto no infortúnio. (Tonnies, 1995. pág. 231-239)*

Por outro lado, a sociedade "é entendida como mera coexistência de indivíduos independentes entre si. Na sociedade, cada um está por si e isolado e em um estado de tensão perante todos os outros. (Ibid., pág. 231) O autor afirma, o que caracteriza a comunidade é uma vida "real e orgânica" - essencial da comunidade (*Gemernschaft*), enquanto que a sociedade tem uma estrutura mecânica e imaginária (*Gesellschaft*). (Ibid, pág. 232). Neste sentido, percebe-se nos depoimentos dos moradores, que quando referem-se as origens, ao um tempo passado ou presente. apontam situações de laços de solidariedade, têm-se os elementos da vida social de comunidade, isto porque segundo Tonnies:

*Em teoria, a sociedade consiste em um grupo humano que vive e habita lado a lado de modo pacífico, como na comunidade. mas, ao contrário desta, seus componentes não estão ligados organicamente, mas organicamente separados. Enquanto na comunidade, os homens permanecem essencialmente unidos, a despeito de tudo o que os separa. na sociedade eles estão essencialmente separados. apesar de tudo o que os une. (Ibid, pág. 252).*

Na comunidade de Capoeiras constatamos que predominam as relações comunitárias, pautadas por vínculo de parentesco, amizade e solidariedade. Por exemplo, os filhos, ao formarem suas famílias, permanecem na comunidade recebendo dos pais ou outros parentes

seu pedaço de terra para plantarem, para construírem suas casas, ou até mesmo tendo a casa de um parente desmembrada num mesmo espaço, para acolher a mais nova família.

A memória colhida em Capoeiras reafirma a constituição de um lugar próprio, de urna origem comum, através de uma ocupação secular e a afirmação de autonomia e liberdade frente ao mundo dos que não são da comunidade, posto que se colocam com urna identidade própria. apresentando um sentimento de ser e pertencer a um lugar e grupo específico.

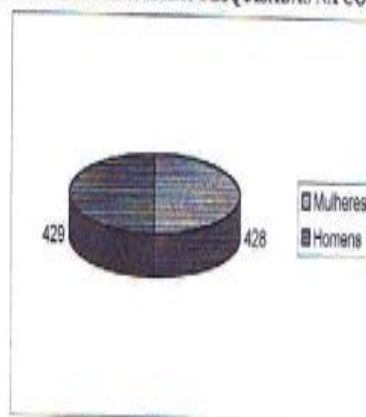
Para finalizar, afirmamos que por todos os depoimentos sinalizam uma origem comum, tendo como base material. até hoje, o território. Capoeiras é uma comunidade negra rural com especificidade étnica explicitamente discernível. Sem dúvidas, seus habitantes se enquadram na noção jurídica e antropológica de remanescentes de quilombos.

No tópico seguinte, descreveremos a organização e perfil sócio, económico, político e cultural da comunidade.

### **2.3 — SÍTIO CAPOEIRAS: ORGANIZAÇÃO E PERFIL SÓCIO - ECONÔMICO - POLÍTICO E CULTURAL DA COMUNIDADE**

A Comunidade Negra de Capoeiras é constituída de 230 famílias, abrangendo de 04 a 08 pessoas, incluindo crianças e adultos, compondo-se aproximadamente de 1.355 habitantes. Durante a pesquisa das 230 famílias existentes na comunidade, 170 responderam aos questionários e constatamos uma população de 857 habitantes, sendo 429 homens e 428 mulheres, ficando evidente que a quantidade de homens e mulheres são praticamente iguais. Identificamos também que essas pessoas vivem nesta localidade há mais de duzentos anos.

Gráfico 02  
N° DE HABITANTES DAS 170 FAMÍLIAS PESQUISADAS NA COMUNIDADE

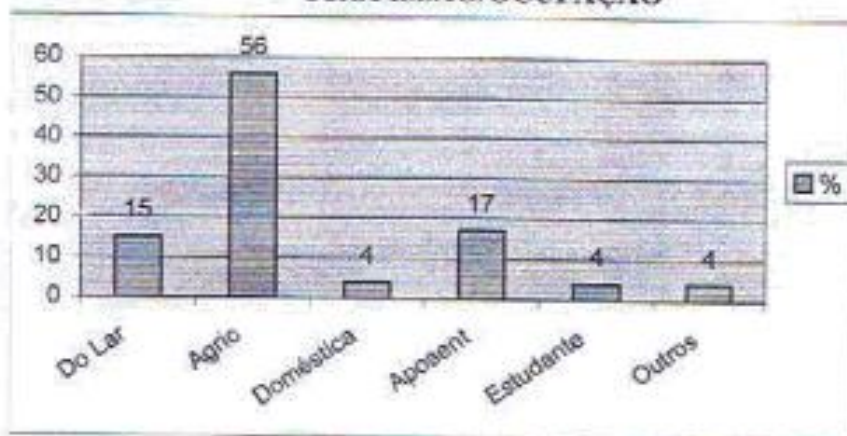


Fonte: Pesquisa de campo de fevereiro à maio de 2002

Os questionários foram aplicados por famílias e respondidos por homens e mulheres na faixa etária de 15 a 65 anos, sendo que 53% dos que responderam aos questionários estão condensados entre 41 e 65 anos; 17% 31 a 40 anos; 24% 21 a 30 anos; 6% 15 a 20 anos. A maioria das respostas foi de moradores na faixa etária de 41 a 65 anos.

A ocupações/profissão existentes na comunidade estão assim distribuídas: 56% agricultura; 17%, aposentados; 15%, do lar, 4%, estudante, 4%, domésticas e 4% outros. O gráfico que segue demonstra estes dados:

Gráfico 03  
PROFISSÃO/OCUPAÇÃO



Fonte: Pesquisa de campo de fevereiro à maio de 2002

Quanto à renda familiar, 46% sobrevivem com menos de um salário mínimo; 32% um salário mínimo, 10%, dois salários; 8% não têm renda, 2%, três a cinco salários e 2% não quis responder

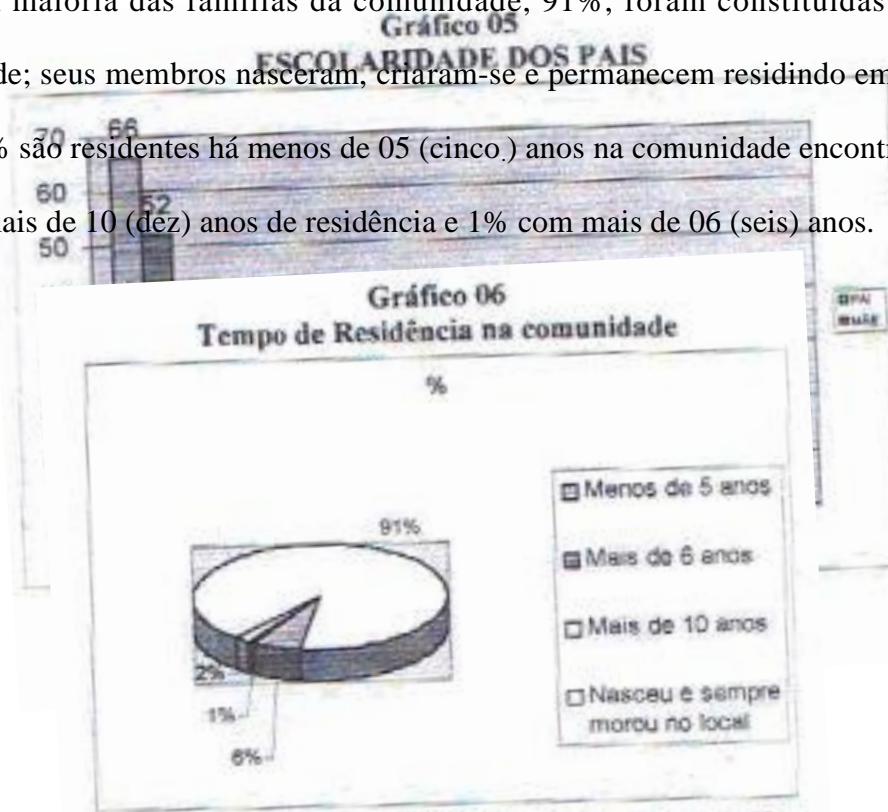


Fonte: Pesquisa de campo de fevereiro à maio de 2002

Em relação à escolaridade dos pais, grande parte são analfabetos e mesmo assim as mulheres estão em melhor situação, 66% dos homens são analfabetos e as mulheres 52%, sendo que as mulheres, em todos os níveis de ensino, apresentam grau de escolaridade superior à dos homens.

A maioria das famílias da comunidade, 91%, foram constituídas na própria comunidade; seus membros nasceram, criaram-se e permanecem residindo em Capoeiras.

Apenas 6% são residentes há menos de 05 (cinco) anos na comunidade encontramos ainda 2% com mais de 10 (dez) anos de residência e 1% com mais de 06 (seis) anos.



Fonte: Pesquisa de campo de fevereiro à maio de 2002



A família é a unidade essencial da organização social e econômica da comunidade. O homem, a mulher, seus irmãos, irmãs, seus filhos e filhas solteiras, casadas, separadas, genros, noras e netos, realizam em conjunto as atividades necessárias para a vida diária.

Os irmãos, irmãs, filhos e filhas, netos e netas, à medida que casam, vão saindo da casa de seus pais e construindo, com ajuda de todos, suas casas nas proximidades de suas famílias e estabelecendo suas roças de acordo com o consentimento dos mais velhos e com os costumes da comunidade.

A unidade familiar é patriarcal, por sua condição masculina, no entanto a mulher tem assumido a maior parte da responsabilidade pelo sustento da família. Alguns homens alegam que para eles, mesmo na capital, está mais difícil encontrar emprego, tornando-se um pouco mais fácil para as mulheres, grande parte delas trabalham em casa de família em Natal, como trabalhadoras domésticas. Neste contexto de organização social e familiar da comunidade, as mulheres têm um papel destacado, são elas, em sua maioria que detêm as informações do que ocorre dentro e fora da comunidade, sua opinião é determinante e participam mais, seja na vida privada, como na pública, elas têm um papel decisivo no contexto local.

Nesse sentido, no âmbito familiar a mulher é o elemento central, não é apenas a mediadora entre a casa e o marido, entre o pai e os filhos. Sua ação se expande para além do grupo doméstico, atuando nas relações entre parentes, e permeando toda comunidade.

Geralmente, na divisão dos trabalhos, são elas também, responsáveis pelas atividades consideradas femininas, como limpeza e arrumação da casa, cuidar dos filhos, dos

irmãos menores e ainda trabalhar na agricultura. Quando não possui marido, ela é responsável sozinha pelo sustento da família quando possui marido, cabe aos dois a responsabilidade.

As mulheres jovens e adultas, quando trabalham fora de casa, exercem, em sua maioria, a função de doméstica, com folga quinzenal, em sua totalidade não possui carteira assinada e trabalham na capital do Estado, conforme já foi referido. É uma profissão em que se constata que a filha trabalha na casa onde a mãe foi a empregada doméstica, ou seja, é comum encontrar as jovens filhas dando continuidade ao trabalho da avó, da mãe em determinada casa de família na capital, ou seja, hoje ainda esta profissão vai passando de geração a geração.

Geralmente essa filha permanece por muitos anos nesta família e quando chega a época de seu casamento, a madrinha de casamento e a patroa, como forma de agradecimento e por conhecer muito tempo a noiva, parte das despesas com roupas, igreja e cartório são assumidos pela patroa onde ela trabalha. E após o casamento, permanece trabalhando até sua filha nascer e crescer. A jovem dará continuidade à profissão de empregada doméstica na casa da filha da patroa *de* sua mãe, ambas, a jovem e a nova patroa, terão, possivelmente, a mesma idade.

Algumas meninas jovens da comunidade, hoje, já não querem trabalhar em Natal como domésticas; na maioria das vezes vão pela extrema necessidade sócio-econômica porque não existem alternativas dentro da comunidade. Como nos relata a jovem Socorro:

*Não quero trabalhar em casa de família, eu sonho trabalhar de outra forma, mas quando eu vejo faltar as coisas para mim e dentro de casa, eu penso em ir trabalhar nas casas de família. Mas eu queria ser modelo, as pessoas falam isso, que eu tenho jeito, porte, já vi algumas modelos negras. (...) Quando eu fui para aquele encontro, eu fiquei morrendo de vergonha quando eu passava as pessoas vinham pedir autógrafa, me confundiram com uma modelo (...) teve uma hora que chegaram umas pessoas e falaram que era para apressar, a roupa estava pronta e eu tinha que ir provar no hotel. Levei um susto, eu e as meninas que estavam comigo começamos a rir e eu tive que explicar que não era eu a pessoa que eles estavam procurando. No*

*fundo no fundo eu adorei. (Socorro, 17 anos estudante, moradora de Capoeiras, entrevista a autora 05/05/2002).*

O Encontro a que a entrevistada se refere foi a Conferência Nacional ocorrida no RJ em preparação a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia e Intolerância Correlata que ocorreu na África do Sul em 2001. Percebe-se neste depoimento que as jovens de Capoeiras sonham com profissões que hoje são desejadas por jovens de todos os segmentos da população brasileira. Este sonho, aliado à sua participação em Encontros que discutem a condição de reprodução das desigualdades, reforça as possibilidades estas jovens não reproduzirem o lugar social de suas mães.

As mães esperam um futuro melhor para suas filhas, falam das dificuldades que as meninas encontram para dar continuidade aos estudos quando vão trabalhar em Natal, muitas vezes as patroas não deixam, outras vezes as meninas cansadas dos afazeres domésticos que executaram durante o dia, não conseguem ir à escola. Nos depoimentos a seguir as mães relatam que.

*Não tive oportunidades na vida, não estudei. Fui empregada doméstica desde os 11 anos. Minha vida foi essa. Eu penso uma vida melhor para minhas filhas, elas estão estudando, queria tanto um trabalho que não fosse casa de família. (Luzineide Bernardo dos Santos, 47 anos, entrevista a autora em 16/03/2002).*

*Durante esses anos todo que trabalhei em casa de família, nunca tive carteira assinada, agora tive patroa muito boa, foi com esse trabalho que criei minha família. (Francisca Florentina dos Santos, 65 anos, entrevista a autora em 05/02/02).*

*Aqui em Capoeiras, era para ter alguma coisa, fabrica, cooperativa, para a gente trabalhar aqui mesmo. Nós somos muito esquecido de todo mundo. Os políticos só aprecem na época das eleições, prometem tudo, mas nunca chega nada. (Gilvania Lindalva Santos, 16 anos, entrevistada a autora em 05/02/02)*

Ainda constatamos que adolescentes e crianças são levados da comunidade, geralmente para Natal, com a promessa de morar e estudar, mas acabam se transformando em escravizadas modernas, com jornada de trabalho excessiva, proibição de estudar, retribuição do

trabalho doméstico com roupas usadas da família, que não servem mais a seus donos originais, sem garantia de seus direitos trabalhistas. Rosa Maria declara:

*Eu não quero mais trabalhar em casa de família, já repetir o ano na escola não sei quantas vezes. não tenho tempo nem de pegar no livro durante o dia, imagine fazer os deveres. Elas chegam aqui dizendo, que paga o salário e que deixam a gente estuda, nunca acontece. (Rosa Maria, estudante, 21 anos, entrevista a autora em 05/02/2002).*

No mesmo sentido, temos o relato de Andréia:

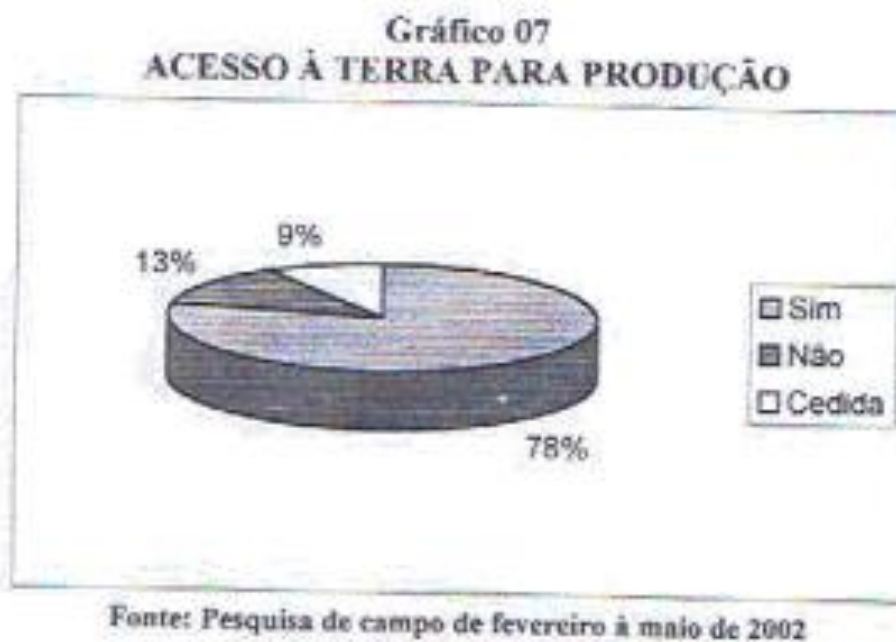
*Sempre fui babá, já passei por quatro casas, gosto muito de crianças, mas o que ganho é muito pouca, no início eu ia somente pelas coisas que a palma ia dar, depois começaram a me pagar, mas não deixava estudar, aí eu desistir. Eu via as minhas colegas daqui estudando já lendo e eu não sabia nada, pronto eu desistir de trabalhar em natal, mesmo eu precisando, eu queria estudar". (Andréia, estudante, 15 anos, entrevista a autora em 05/02/2002)*

E como resultado vamos verificando que quando as meninas saem de casa para estudar e trabalhar em casa de família, logo percebem que não dá para conciliar estudo e trabalho na maioria das vezes largam a escola e perpetuam assim o trabalho doméstico infantil. Como observamos no depoimento abaixo:

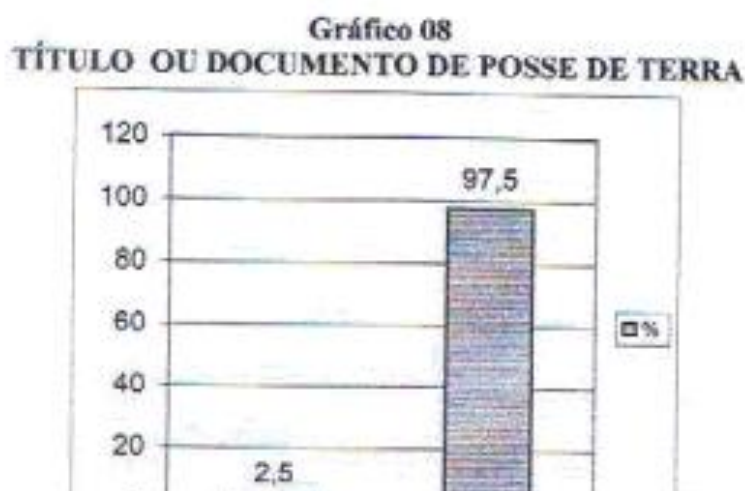
*Quando minha patroa chegava do trabalho, ainda ia para universidade e eu tinha que descer do prédio para ficar lá embaixo com os meninos até ela voltar, como eu podia estudar desse jeito? E assim minha filha, se foi dez anos (Luzineide Marta dos santos, 23 anos, entrevista a autora em 05/02/2002)*

Esse é o quadro que constitui a história de vida da maioria das mulheres da comunidade: realizam a atividade de doméstica não por opção, mas porque não tiveram outras oportunidades. Geralmente não tem garantido e tampouco conhecimentos, dos direitos trabalhistas que as contemplam como carteira assinada, férias, etc. Por outro lado, muitas mães ainda esperam um futuro melhor para si e suas filhas. Dessa forma, diante da realidade e pelos relatos acima, vemos reproduzido historicamente um quadro que remonta à colonização e à escravidão o trabalho serviçal, desqualificado, relegado à mulher negra.

Quanto ao acesso à terra, a maioria das famílias, 78% possui um pedaço de terra. Estes lotes nos quais pratica-se a agricultura familiar, não são cercados. Todos conhecem o roçado de cada família e vão passando a posse de suas terras entre si, de geração a geração. 9% das famílias trabalham em terras cedidas por outras famílias e 13% não trabalham na agricultura.



Constatamos ainda que são os laços de parentesco que definem a organização da produção, há pessoas dentro da comunidade que não plantam na chamada terra do "arisco", ou seja, no local de produção coletiva, de uso comum de seus moradores. Durante as entrevistas constatamos que no universo de 230 famílias apenas 26 (vinte e seis) famílias possuem título de propriedade, ou seja, 2,5% têm o título de propriedade concedida pelo ITERN, no ano de 1999. Enquanto 97% não possuem.



Em relação ao tempo que permanecem nestas terras, os depoimentos indicam uma ocupação de mais de cem anos pelos ascendentes destas famílias. O relato que segue constata a origem da posse das terras.

*Minha filha, essas terras foram deixadas para nós há muito tempo atrás pelos nossos parentes do passado, minha avó contava que sua mãe lutou muito junto com meu avô e outras pessoas, pois era somente mata de um lado e outro. Tudo isso aqui é de nossa gente. Existe papel e tudo mais. (Sr. Assis, 86 anos, liderança da comunidade, entrevista a autora em 02/03/2002). Aqui recebemos muitos negros que vinha de fora, fugindo dos bandeirantes que matava índios e negros. (D. Lourdes, 78 anos, entrevista a autora em 02/03/02).*

*"já perdemos de vista os anos que estas terras nos pertence, minha avó morreu com 115, faz sete anos que ela morreu, faça as contas aí. (Sr. Manoel Santos, 79 anos, liderança da comunidade, entrevista a autora em 17/03/2003).*

A área territorial da comunidade é considerada pelo ITERN como terras devolutas do Estado, inclusive está sendo realizado no local novo cadastramento da população para obtenção do título de propriedade. Esta área divide-se em espaços geográficos diferenciados, como forma de organização interna e localização, onde as pessoas residem dentro da comunidade. São eles: *ARISCO* — localização de plantação coletiva da comunidade; *FAVELA* — localização onde moram as pessoas afastadas do centro-sede da comunidade; *BECO* - onde estão localizadas as pessoas mais pobres da comunidade, vivendo em situação sócio-econômica bastante precárias; *CAJADO* - local onde está localizado o aglomerado de pessoas que foram morar perto da plantação de *cajá*; *SEDE* da Comunidade estão localizadas as pessoas com melhor poder aquisitivo em relação às demais.

Na comunidade as terras são passadas de geração a geração entre as famílias. A terra de pai ou da mãe, ao ser repassada ao filho ou filha, garante que seja mantida através de gerações, mantendo a unidade comunitária que agrega os negros de Capoeiras.

A população quase em sua totalidade desenvolve uma agricultura de subsistência: planta milho, feijão, batata, macaxeira, frutas e outros produtos agrícolas. Cada família possui uma área de moradia, e outra onde podem plantar e criar animais. Assim, secularmente, possuem na comunidade um espaço coletivo de plantação e produção que se chama Arisco, o que as diferenciam de outras comunidades vizinhas.

Os mecanismos internos criados pelo casamento entre primos, a terra vista para muitos como um bem inalienável asseguram a preservação da terra como propriedade dos seus moradores. As terras de parentes como falam, as terras dos negros de Capoeiras, dão o destaque étnico diferencial, assegurando a preservação da terra como propriedade e revelando um processo particular vivenciado pelo grupo negro de Capoeiras. Conforme se observa nos relatos seguintes.

*Aqui todo mundo é parente, é uma família só. Um ajuda o outro”, (Sr. João Nó, entrevista a autora em 05/05/02).*

*Não sei se você prestou atenção. cada casa aqui em Capoeira, tem quintal bastante grande, porque quando casa um da família já tem onde morar e assim por diante. (Lídia, moradora, 47 anos, entrevista a autora em 05/05/2002).*

*Terra todo mundo de capoeira tem, para morar e para plantar, o que não temos é semente boa e incentivo de credito, porque a maioria **não tem** é o título da terra. (Sr Manoel entrevista a aurora em 05/05/02).*

Neste sentido, há alguns critérios que definem o acesso às áreas de plantio coletivo, as famílias que não se enquadram nos critérios, dispõem de terrenos em localidades próximas, como é o caso das mangueiras e da lagoa dos porcos. Outros compram dias de trabalho nas plantações da comunidade, situação que não parece ser comum, ou ainda estabelecem sistemas de meeiro e outras formas de parcerias, sobretudo com pessoas aposentadas, que possuem uma fonte regular de renda e já não reúnem condições físicas para trabalhar nas plantações.

As roças estão concentradas em um local, já citado chamado "arisco", que é afastado da sede da comunidade, onde plantam mandioca, milho, feijão. Estes roçados pertencem cada um à determinada família moradora da comunidade, que utiliza a força de trabalho próprios no trabalho agrícola. Durante nossa estadia na comunidade, visitamos e entrevistamos famílias que moram próximas ao arisco e podemos observar diversos lotes subdividido por família, onde as plantações, os cultivos, são realizadas pelos grupos domésticos em áreas sob controle dos parentes. Assim como, a apropriação dos resultados do plantio, é utilizado também pela família para sua subsistência.

Hoje não há registro de conflitos de terra para permanecerem no local, no entanto, constatamos a preocupação, por parte de alguns moradores de que alguém comece a vender suas terras para gente de fora, o que vem ocorrendo lentamente, sobretudo, quando adquirirem o documento de comprovação como proprietários através do INCRA. Sobre o assunto a moradora Maria das Dores diz:

*Eu mesmo não vendo não. mas tem gente aqui só esperando receber o papel do INCRA para poder vender. Sem o papel ninguém se arisca a comprar. Por Isso essa correria toda para se inscrever no Incra. (Sra. Maria das Dores dm Santos. Entrevista autora em 28/03/2002).*

Por fim, percebemos que a própria comunidade cria seus mecanismos de compensação, onde busca distribuir os recursos existentes entre o maior número possível de moradores. As práticas agrícolas estão restritas ao período de chuvas, que ocorre entre os meses de dezembro a março.

O comércio é restrito a três pequenos estabelecimentos, sendo que os maiores volumes das relações comerciais são realizados na feira e comércio do município de Bom Jesus, a 07 km da comunidade. Todos os domingos, as pessoas acordam cedo, outras de madrugada, para pegar um carro, um ônibus, ou qualquer outro meio, para chegar até a feira para vender, trocar ou comprar suas mercadorias.

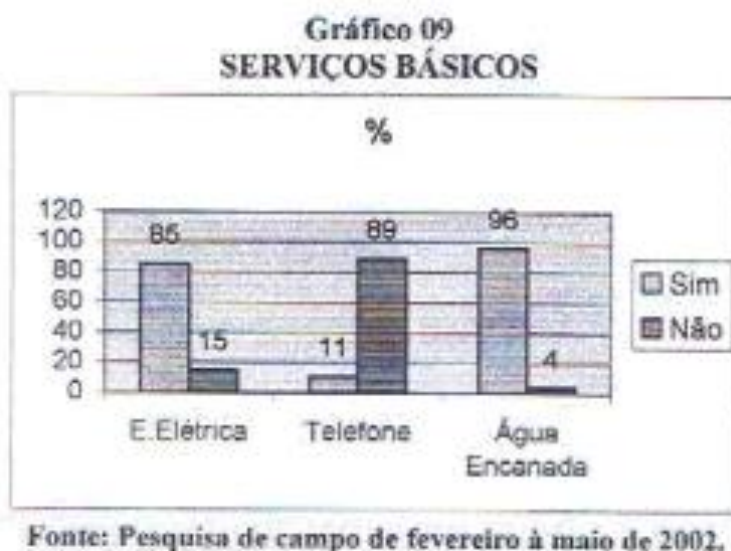
A comunidade possui uma escola municipal que é mantida pela prefeitura de Macaíba, e onde são oferecidos o ensino infantil, fundamental e ensino para jovens e adultos.



O ensino infantil funciona no turno matutino com duas turmas de 51 alunos em cada sala, atendendo alunos na faixa etária entre 03 e 06 anos O ensino fundamental funciona nos turnos matutino, intermediário e vespertino. Estão matriculados 150 alunos na faixa etária entre 07 a 14 anos e compreende as séries de 1ª a 4ª. No EJA-Ensino para Jovens e Adultos. em sua maioria pais dos alunos, estão matriculados 130 alunos. A prefeitura fornece merenda escolar e livros didáticos distribuídos pelo Governo Federal. A equipe da escola é formada por cinco (05) professores, um diretor e um A.S. G (Auxiliar de Serviços Gerais).

Existe também um posto de saúde na comunidade com atendimento médico uma vez por semana e, em processo de implantação o Programa Saúde da Família. (PSF). A equipe do posto de saúde é formada por uma médica, 01 auxiliar de enfermagem e 01 agente de saúde.

A comunidade somente teve acesso à energia elétrica em 1984. Atualmente 85% das famílias usufruem e 15% ainda não tem este serviço. Em relação à água encanada, a instalação foi realizada em 1996, sendo que 96% das famílias têm acesso e 4%, não tem. EM 1994 foi instalado um posto telefônico na comunidade que hoje está desativado e no final de 2001 foi implantado o serviço de telefone residencial, 89% das casas possuem telefone e 11% não contam com este serviço.



À Comunidade possui infra-estrutura básica, ou seja, posto de saúde, rede telefônica, escola até 4ª série, água e energia, algumas famílias não usufruem desse último item. No entanto, não existe nenhum incentivo de infra-estrutura na área de produção agrícola, crédito rural ou qualquer outro dessa natureza.

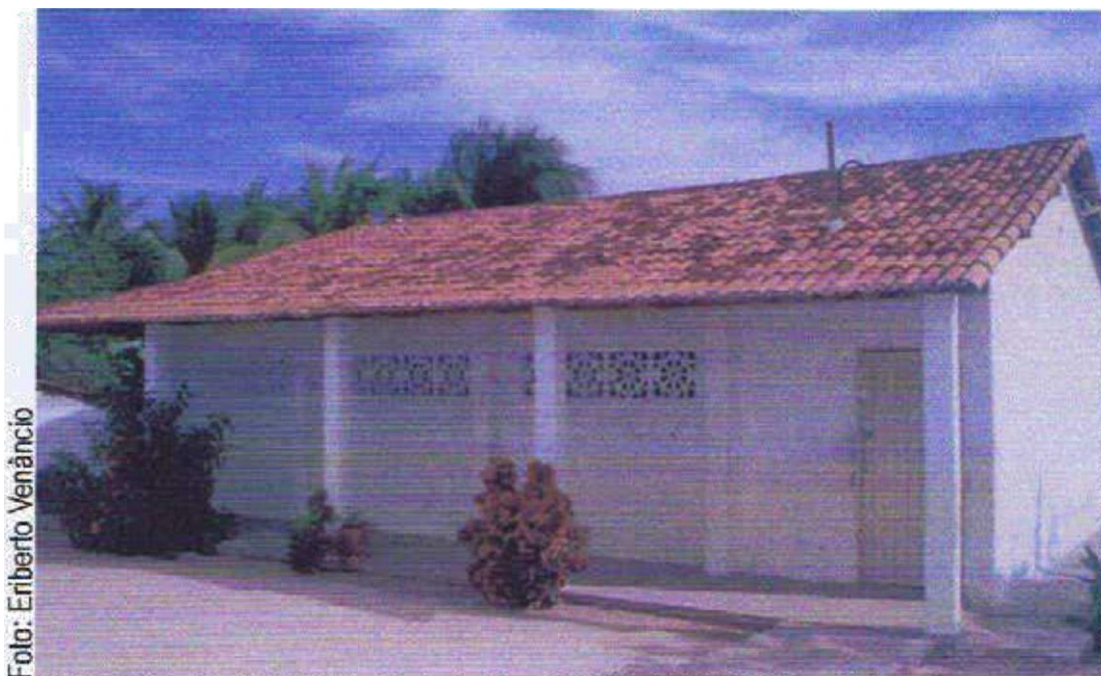
Em relação a Entidade organizativa, mais recentemente alguns moradores falam de uma organização local incipiente, ou seja, o Centro Social da Comunidade de Capoeiras, na busca de um reconhecimento formal pelos aparatos de Estado com vistas a terem atendidas suas reivindicações e a busca de recursos de melhoria da infra-estrutura básica e produtiva da comunidade.

No que diz respeito aos homens jovens e adultos da comunidade, um número significativo está desempregado; quando trabalham, estão na construção civil, em serviços de jardinagem em Natal ou executam a função de oleiro na fabricação de tijolos. Outros possuem moto, Kombi e fazem o transporte dos moradores e ou para os visitantes que querem chegar à comunidade, mas, a maioria, são agricultores rurais e/ou desempregados.

## Comunidade Negra Rural de Capoeiras - Macaíba/RN



**Posto de Saúde**



**Escola Municipal Santa Luzia**

desenvolvendo atividades em suas próprias terras, apenas como meio de garantir sua subsistência e da família.

Por fim, na Comunidade de Capoeiras, a situação sócio econômica está entrelaçada com as manifestações culturais, reforçando a identidade étnica. A seguir descreveremos a formação desta identidade étnica e as principais manifestações culturais da comunidade Negra de Capoeiras.

#### **2.4 - SITIO CAPOEIRAS: IDENTIDADE ÉTNICA - TERRITORIALIDADE E MANIFESTAÇÃO CULTURAL**

A antropologia tem contribuído muito para a discussão sobre a identidade. Segundo Sylvia Novaes (1993), a temática da identidade nos permite realizar uma discussão em sentido amplo e aparece como um recurso para a criação de um nós coletivos — nós índios, nós mulheres, nós homossexuais, nós professores, nós negros.

De acordo com a autora, esse "nós" se refere a uma identidade que na realidade, é a partir da descoberta, reafirmação ou criação cultural de seus semelhantes que um grupo social qualquer terá condições de reivindicar para si um espaço social e político de atuação.

A referida autora ainda nos diz que esse nós coletivo, essas identidades são vistas de uma forma mais ampla e genérica, é invocado quando "(...) um grupo reivindica uma maior

*visibilidade social face ao apego a que foi, historicamente, submetido" (NOVAES, 1993, pág.25).*

Novaes afirma ainda que, ao mesmo tempo em que existe a busca de identidade por parte de um grupo social, há ênfase na diferença, que é realizada numa complexa dimensão política. por exemplo: um grupo evoca a diferença deste em relação à sociedade ou ao governo, a outro grupo ou instituição.

O trabalho que envolve semelhanças e diferenças propicia a articulação entre poder e cultura, pois “(...) é exatamente no domínio da cultura que estes grupos: mulheres, índios, negros resgatam sua autonomia e reafirmam sua diferença” (NOVAES, 1993, pág. 27).

Toda identidade constrói-se no jogo relacional de forma contrastiva. Neste jogo de contraste formam-se as identidades e as alteridades. Nesse sentido, a contração da identidade é um elemento crucial para a existência de um grupo. Como observa Luis Assunção.

*a identidade implica a existência de um grupo social, onde os indivíduos partilham uma auto imagem e interesses mais ou menos **COMUM** e o seu significado mais imediato diz respeito a separação e a ordenação de uma população numa série de categorias definidas em termos de nós e eles (ASSUNÇÃO, 1988, pág. 12).*

Entendemos que para os grupos socialmente considerados minorias atingirem uma identidade positiva implica conquistarem e analisarem a identidade em três grandes vertentes: identidade pessoal, social e identidade étnica.

A primeira possui um investimento teórico muito grande na Psicologia; a segunda e a terceira vêm sendo tratadas pelas ciências sociais, no entanto, não nos referimos a uma sem levar em consideração a outra. Todas estão relacionadas tendo em vista que a identidade pessoal é “(..) aquilo que diferencia cada um de nós e só nos iguala a nós mesmos, mesmo que seja entendida num processo de transformação, é da ordem da representação e está localizada na consciência” (SELAIB, 1998, pág. 155).

A identidade social se relaciona "(..) aos referenciais coletivos de inserção a um grupo, aos usos sociais das formas de reconhecimento, aos processos culturais de construção de representação". (PENNA, 1992, pág. 162),

E a identidade étnica pode ser compreendida como urna auto-identificação por oposição ou em contraste com um grupo diferente. *"Uma pessoa pode identificar-se etnicamente como pertencente a um grupo se existir um outro diferente que permita estabelecer a relação de oposição entre "nós" e os "outros" (ASSUNÇÃO, 1988, pág. 12).*

Na construção da identidade, *tem-se um elemento* de poder, que vai determinar e valorizar seus elementos constitutivos. No caso de grupos discriminados e estigmatizados, o outro pode ter a dominância da nomeação desses elementos. No caso de Capoeiras, o traço de afro descendência é colocado em primeiro plano na fala dos "outros". Uma situação ocorrida durante urna das nossas visitas a comunidade é ilustrativa.

*"Uma senhora moradora de um distrito vizinho Lagoa do Sitio, sentada ao meu lado no ônibus. curiosa, perguntou para onde estava indo. Respondi Capoeiras. De imediato, quis saber o que iria fazer, onde trabalhava e depois completou (...) "pode ir sossegada moça, é um povo escurinho, preto, moreninho, mas, muito boa gente, hospitaleira, me dou bem com eles".*

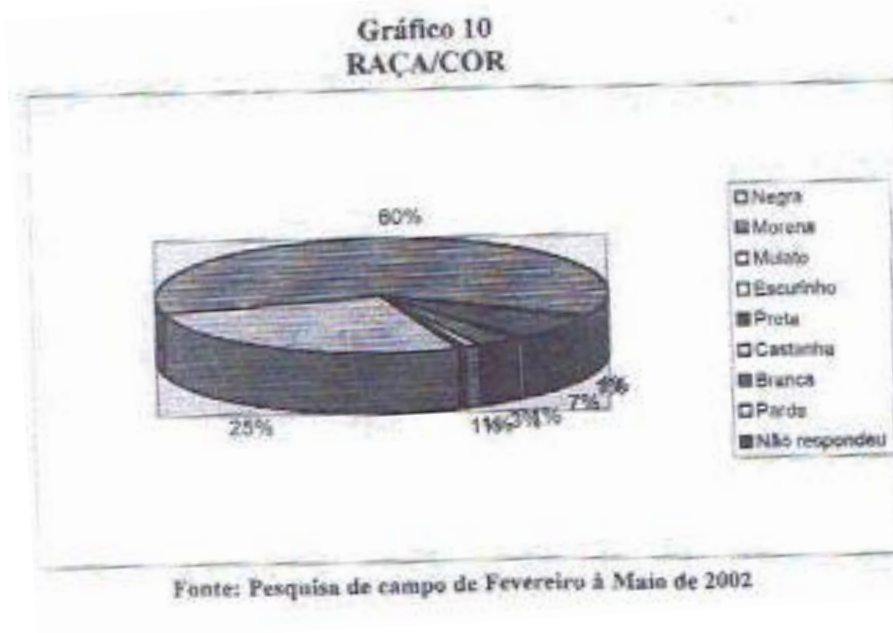
Os negros de Capoeiras estabelecem sua identidade no espaço territorial que ocupam secularmente, na identificação e reconhecimento pelo outro, na relação de parentesco e na identidade ética, além da dimensão afetiva que atinge significados sociais e políticos. As alianças matrimoniais internas ao mesmo tempo em que fortalecem a posse e o uso comum da terra, levam a maior parte do grupo, por exemplo, a se posicionar homogeneamente em relação aos que vêm de "fora".

A comunidade de Capoeiras ainda é identificada entre outros elementos, através dos laços de parentesco ou de sangue; o relato de diversos membros da comunidade *atesta* que

todos são parentes entre si e a única preocupação reside em evitar casamentos de parentes próximos. Como observa Sidleide:

*Aqui todo mundo é parente, é uma família só, depois foi se chegando mais uma, duas, mas aqui todo mundo se conhece desde da hora que nasce até morrer(...) aqui todo mundo se casa entre nós mesmo, é muito difícil você ver mulher ou homem daqui casada com gente de fora, existe mais são poucos. (Sidleide, 19 anos, estudante, moradora de Capoeira. Entrevista a autora 09/03/2002).*

Em relação à identificação étnica, constatamos no decorrer do nosso contato com os moradores que entre eles, sobretudo entre os mais velhos, havia certa dificuldade e incômodo em aceitar as expressões como "negro", "descendentes de escravos". Muitos expressavam a insatisfação, porque não lhe agradava ser chamado de negro ou negra pelo povo de "fora", que sempre se referia à comunidade de forma pejorativa. Como observa Sidleide, moradora de Capoeiras *"Aqui ninguém gosta de ouvir coisas do tipo assim: lá vão os negros de Capoeira ou chegaram os negros de Capoeiras, parece não ter, mas carrega um peso grande de desprezo"*. No gráfico abaixo, observamos que parcela significativa, mesmo de cor negra, respondeu que era morenos, isso verificado explicitamente nas respostas à pergunta: qual a sua cor ou raça?



Percebemos pelas respostas, que a palavra "negro" sempre foi usada de forma negativa e está associada às lembranças, à memória, às histórias mais amargas do tempo de seus avos. Temos, por exemplo, na fala de Sr. João Nô:

*Os negros não foram escravos, minha mãe e meu avô diziam, que os negros fugiam da escravidão, vieram para cá, porque lutava para não ser escravo, o povo daqui era muito brabo, valente. (Sr. João Nô, entrevista a autora em 30/03/02).*

Os moradores da comunidade falam do constrangimento pelo qual passam quando sua condição de afio-descendente é afirmada negativamente pelos outros. Como relata Cirleide, uma jovem de Capoeiras:

*Ainda hoje, nós somos discriminados, até dentro da igreja de Macaíba já aconteceu. Uma vez o grupo de jovens daqui foi para lá participar de um encontro. Desde da hora que chegamos, eles ficavam olhando pra gente, como se nunca tivesse visto agente. O pior aconteceu na hora de nossa apresentação, todo mundo começou a rir. Foz horrível (Cirleide. 19 anos, estudante, entrevista a autora em 30/03/03).*

Percebemos que estes termos, quando usados pelos de "fora" possuem uma carga semântica pejorativa, estávamos no município de Bom Jesus e perguntávamos em um estabelecimento comercial, qual o caminho que levava até a comunidade de Capoeira. Eles ensinaram e no final indagaram: "o que vocês vão fazer naquele lugar, só tem nego bêbado. É um povo sem futuro".

Constatamos que estes termos pejorativos vão de encontro à auto-imagem positiva que percebemos entre a população de Capoeiras, principalmente entre os jovens que procuram reverter o estigma negativo atribuído aos negros de Capoeiras durante tanto tempo.

Atualmente verifica-se, especialmente entre a população jovem, a construção de uma identidade positiva a partir da afirmação de sua condição Afro-descendente. Neste processo, os jovens hoje valorizam os elementos que singularizam a comunidade, como gostar de sua



cor/raça, de usar trancinhas afros, entre outros. Pode-se constatar isso nos depoimentos que seguem:

*Antes eu não gostava de ser chamada de nega, eu me dizia morena. Hoje não. sou negra, gasto de assim ser chamada e tenho muito orgulho da minha pessoa. (Cirleide, 19 anos, estudante, entrevista autora em 17/04/2002).*

*Eu também, não existe essa coisa de moreno, sou negra com muito orgulho da minha raça (Socorro 17 anos, estudante, entrevista a autora em 17/04/02).*

*Só não gosto, quando vou passando e eles ficam cantando as músicas que fala do meu cabelo. Por isso eu quero fazer trancinha. Todo mundo diz que eu fico bem bonita (Andréia aluna de Capoeiras na Escola do CERU-Traíras)*

*Agora minha filha, todo mundo querem fazer trancinha. Elas querem saber quando o rapaz vem aqui. Ou se elas vão para Natal fazer lá. (Lídia, liderança comunitária. 47 anos.)*

*Gostei muito de participar dos encontros, eu não sabia que existiam outras comunidades iguais à nossa. (Dona Lourdes, 56 anos).*

Esse movimento de afirmação positiva dos traços que são elevadores da condição de afro descendente, como demonstra o último depoimento, tem ocorrido pela participação desses moradores em eventos e Encontros do Movimento Social Negro, local e nacional. Essa positividade tem proporcionado a elevação da autoestima quando do processo de construção da identidade étnica. O pertencimento à comunidade de Capoeiras está sendo visto também, como parte de um movimento maior de organização das diversas comunidades quilombolas existentes em nível local e nacional.

Este foi um aspecto relevante no processo de desconstrução de estereótipos e afirmação da identidade negra de forma positiva, sobretudo, dos mais jovens. que segundo Roberto Oliveira:

*Ao que parece esses, jogos semânticos têm sido transformados entre os mais jovens, que hoje buscam reverter o estigma atribuído ao termo "negro" no passado, remetendo-o ao que compreende população de origem africana e não mais a condição infame de trabalho associada u escravidão. (Oliveira' 1997. Pág. 27)*

Neste sentido, nos dias de hoje, principalmente para os mais jovens, percebe-se explicitamente, conforme os relatos acima, que ser negro passa uma idéia de orgulho, de saber que seus ancestrais resistiram e que aqui lutaram para não aceitarem a escravidão. E pode ser visto como um momento precioso de revalorização da auto-imagem enquanto comunidade negra, revertendo os estigmas impostos pela sociedade, que quando quer, nega sua existência e, ao mesmo, tempo exalta *de* forma negativa os valores desta comunidade.

Um outro elemento que chama atenção na comunidade têm sido as manifestações culturais que são constituídas pela dança do pau furado, ou bambelô pela religiosidade e devoção a alguns santos como Santa Luzia, Aparecida, São Sebastião. Os aspectos relacionados à religiosidade, às manifestações culturais são consideradas importantes para a comunidade de Capoeiras, tais como a já citada dança do pau furado, as devoções e novenas, as festas de casamento, entre outros.

Nas comunidades negras rurais seus habitantes irmanados por uma herança singular têm suas histórias preservadas através de manifestações culturais de geração em geração. Conforme Munanga (1996, pág.191), "*as pequenas comunidades negras chamadas remanescentes de quilombos sobrevivem no interior de várias Estados mantendo suas culturas específicas*".

As rebeliões, as festas, um ponto alto da rede de sociabilidade da comunidade. configuram-se em diversos níveis e envolvem a família, os laços de vizinhança, as amizades dos distritos vizinhos, os jovens, os idosos, as crianças, as pessoas da comunidade que trabalham geralmente em Natal e vêm para as festas, os convidados de "fora", políticos, dirigentes sindicais, dentre outros.

Podemos afirmar que as festas se revelam como um espaço social privilegiado para as redes de sociabilidade que permeiam a comunidade e a extrapolam. Podemos distinguir dois tipos de festas: *As festas comemorativas*, que são cerimoniais em que se celebram fatos

históricos ou pessoas ilustres, tais como: Festa da padroeira do distrito — Nossa Senhora Aparecida (12/11); Santa Luzia (13/12); São Francisco de Assis (03/10); São João e São Pedro, no mês de junho e outras como, o Carnaval, Natal e o Ano Novo.

*As festas familiares* como: nascimento, aniversários, batizados, casamentos, reúnem pessoas da família e de alguma forma as amizades mais "chegadas ou próxima", com as quais se tem estabelecido um vínculo especial de conhecimento, de amizade e de ajuda, que muitas vezes pode ocorrer pelo casamento de alguém da comunidade com outra pessoa de fora, de ter se tomado comadre ou compadre ou ter trabalhado na casa do patrão ou patroa.

*O pau furado ou bambelô* é uma manifestação cultural da comunidade, que existe há mais de um século, é considerada uma brincadeira iniciada pelos seus antepassados que, em dia de festas, para alegrar a comunidade, costumavam dançar na frente das casas dos amigos e daí passava a juntar pessoas e formava-se uma grande festa na comunidade que muitas vezes somente terminava ao amanhecer.

Esta dança reproduz os movimentos muito parecidos com os da Capoeira, é praticada ao som e ritmo dos tambores grandes e pequenos; o instrumento principal é o pau furado, que é uma espécie de tambor. Por ocasião de visitas realizadas à comunidade, tivemos a oportunidade de ouvir, ver e acompanhar a apresentação desta manifestação cultural do povo de Capoeiras.

Conforme relato do senhor Manoel, o grupo hoje está formado por 20 pessoas todas do sexo masculino, crianças, jovens e adultos. Mulheres não fazem parte do grupo, ou seja, não dançam.

*Essa é uma dança, uma brincadeira que vem de antigamente, do tempo da escravidão. Eu vi meu pai dançando, ele falava pra gente que o meu avô já dançava e o pai de meu avô dançava também. (...) A maioria aqui chama de pau furado, outros de zambê, principalmente o povo de fora, mas tudo é a mesma coisa. (Sr: Manoel, líder Mestre do grupo do pau furado, entrevista a aurora em 04/04/2002)*

Vivenciá-la e percebê-la em sua complexidade, descrever um corpo que dança, que joga, cria movimentos, improvisa, ao som de batuques, da vibração de ritmos, onde brinca com os símbolos, com sua história étnica, é reafirmar a identidade cultural deste grupo em relação a outros.

Inicialmente existe um ritual para aquecimento do instrumento pau furado, ou seja, do couro do tambor, para que deste se tirem pressão e um som adequado e comecem a tocar. Em seguida um participante entra dançando, ao som vibrante dos batuques, fazendo umbigada com outro colega, chamando-o para entrar na roda, para demonstrar a dança, daí vão entrando outros e outros, sob a marcação do ritmo afro-brasileiro, das cantorias.

É formada então a roda da dança do pau furado. Trata-se agora de brincar com os movimentos, ritmo e com as letras da música. com profunda criatividade e expressividade de cada participante.

As músicas se referem aos lugares da comunidade, às mulheres, ao imaginário do povo, a alegria de viver entre os pares, conviver com os amigos e outras atividades do seu cotidiano, assim como podem introduzir os versos sob o improviso, na forma de desafiar o outro cantador.

É comum haver um intervalo entre as apresentações durante os festejos para que o couro dos tambores seja aquecido numa fogueira. que é mantida acesa a noite inteira. E logo a festa recomeça à medida que o tambor volta a bater e um cantador afinado e criativo chama a atenção novamente da plateia.

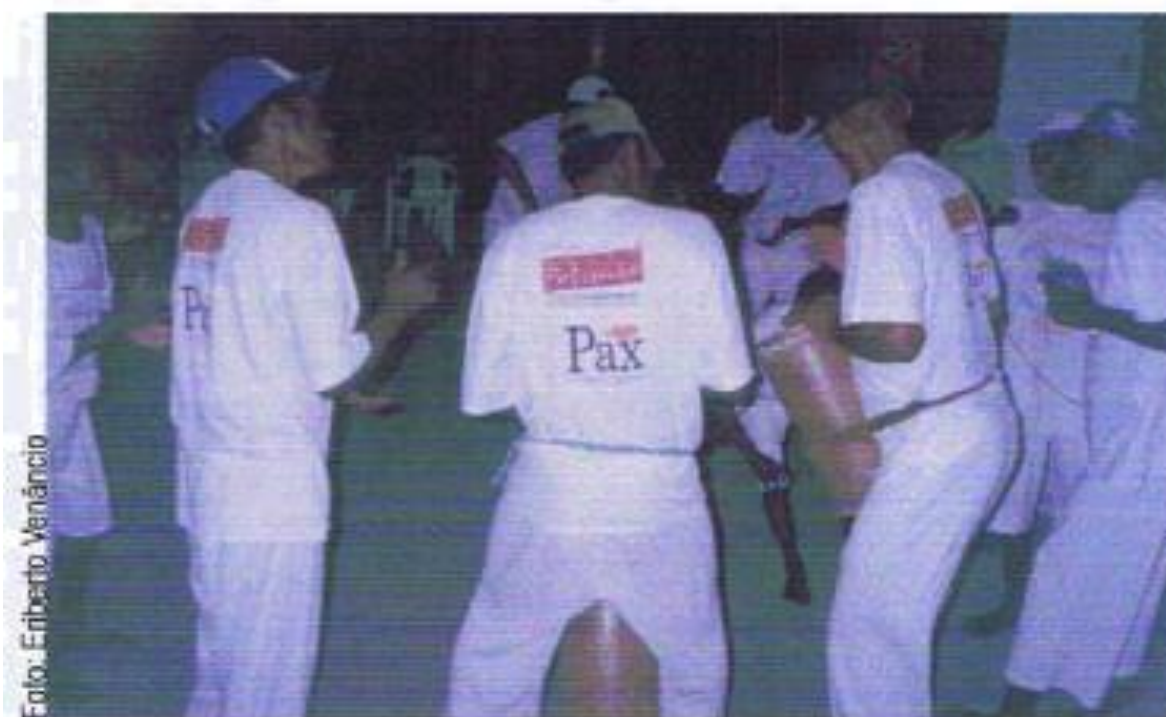
A estruturação e dinâmica da apresentação do grupo levam de imediato a uma reação do público que, entusiasmado, aplaude e se encanta com os gestos expressivos. A cada manifestação e aplauso do público que aprecia a dança, há uma demonstração por parte dos participantes de movimentos mais graciosos, ao som mais forte dos batuques, numa relação de comunicação não verbal entre os que dançam e o público.

Aos tocadores e cantores são servidas bebidas quentes, de preferência aguardentes, várias vezes sempre, por quem promove ou são responsáveis pela festa. É de conhecimento de todos que a festa vai ficando cada vez melhor, à medida que o grupo cantador e tocadores vão ficando cada vez mais alegres e animados.

## Comunidade Negra Rural de Capoeiras - Macaíba/RN



## Dança do Pau Furado



Percebemos momentos de profunda criatividade de cada participante, expressividade e improvisação, no total envolvimento com o som dos tambores, no ritmo das palmas, na marcação dos pés, na troca de olhares que demonstram uma união, um entendimento profundo entre os participantes e transparece ser um momento mágico.

Diante da apresentação do grupo, passava-se algo singular, nada nos parecia novo, desconhecido, mas apenas adormecido na memória e no momento despertado como se estivéssemos revivendo experiências culturais já vividas. Dessa forma, recordo Paulo Freire, em Cartas a Guiné Bissau, que escreveu ao chegar pela primeira vez à África. O mesmo diz:

Daquele momento em diante, as mínimas coisas velhas conhecidas começaram a falar a mim, de mim. O gingar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível a vida, os tambores soando no fim das noites, os corpos bailando e, ao fazê-lo, desenhando para o mundo a presença entre as massas populares da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar, (...) e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava. (...) O quanto foi importante pisar no chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava (FREIRE, 1984, pag.13-14).

Essa relação significa um encontro entre o passado e o presente, ou seja, com a cultura de seus ancestrais e o desejo da preservação. Tudo se apresenta numa interação e sintonia de um passado histórico construído desde épocas passadas por seus antepassados com muitos sacrifícios, perdas, guerras, enfrentamento para preservação de seus valores, danças, religião, que constituem a construção de seu modo de viver.

Desde modo, sabemos que a cultura afro-brasileira no contexto da sociedade brasileira foi submetida a diversas perseguições e controles sociais ao longo de sua história, porque significou sempre um retorno a sua africanidade.

Em seu clássico "Os Africanos no Brasil", Nina Rodrigues reafirma:

*Eram naturais a repetição e a frequência dos divertimentos negros. Nu luta entre os duros repressores dos escravos e os espíritos inclinados a benevolência, a supressão ou a manutenção dos "batuques" se constituiu na Bahia em pomo de acesa discórdia (RODRIGUES, 1932/1977. pág. 155-156)*

Neste sentido, a dança do pau furado nos faz refletir sobre a expressão e a riqueza desta manifestação cultural, onde existe possibilidade de sua perpetuação no contexto cultural da comunidade através dos ensinamentos, incentivo e motivação para os mais jovens, levando-se em conta a sua integração na dinâmica da comunidade. Pode-se entender como um sentimento coletivo de festa, da alegria capaz de preencher os momentos monótonos e repetitivos do cotidiano da comunidade. Sr. Manoel relata, que ocorreram períodos que eles achavam que a dança acabaria, os mais jovens não queriam dançar, sentiam vergonha. Ainda segundo o senhor Manoel *"as músicas e as danças que chegam aqui, tá ocupando a cabeça dos mais jovens, que não ligam para a dança do pau furado"*. Dessa forma, percebe-se uma preocupação em conversar e receber incentivo para divulgar a dança para os mais jovens e estes orgulharem-se deste ritual ancestral. Isso é demonstrado pelo Sr. Manoel.

*Precisava que este grupo saísse daqui mais vezes. fizessem apresentação fora, para que os mais jovens soubessem o valor que tem para todos a dança do pau furado. (...) Antigamente tinha mais gente dançando. teve um tempo quase parado, mas agora retornaram e apareceram pessoas novas tá muito bom. (Sr Manoel, integrante do pau furado. (Entrevista a autora em 04/04/2002).*

Hoje, constatamos a presença de jovens adolescentes, geralmente filhos dos integrantes, participando, ou seja, dançando, e tornam-se atração das apresentações e orgulho do grupo. Assim, na busca de compreender esta manifestação cultural, verificamos um desejo da continuidade e associação com sua história étnica que é enaltecida através das suas falas, músicas e a cada toque dos tambores.

*Meu avô contava que essa dança, começou desde do dia que os negros tiveram sua libertação, fizeram uma grande festa que durou muitos dias. (Sr. Teba 54 anos, morador de Capoeiras e integrante do grupo de dança pau furado).*

Esta é uma manifestação cultural que faz parte da história da comunidade, de muita importância, sobretudo porque demonstra uma identificação com suas raízes ancestrais e encontramos em seus integrantes um grande desejo e disposição de continuar e manter a

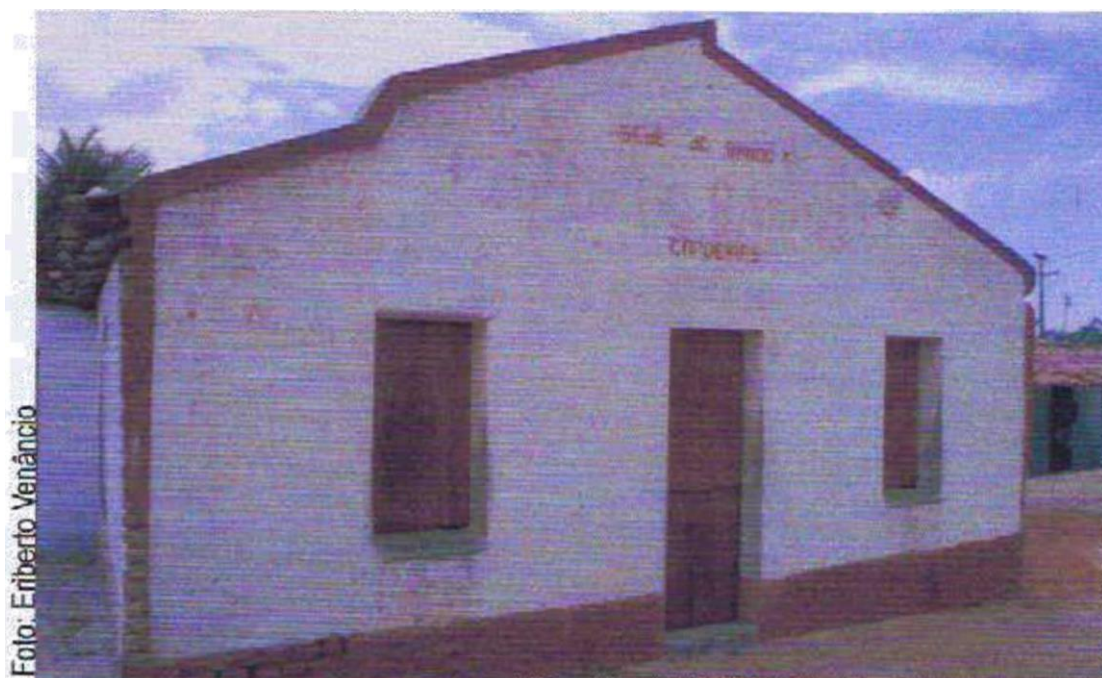




### Comunidade Negra Rural de Capoeiras - Macaíba/RN



### Campo de Futebol



### Sede do Bangu Futebol Clube Capoeiras - Macaíba/RN

Dentre as festas como batizados, aniversários, bailes, excursões, pic-nic, festas religiosas, torneios de futebol, vamos destacar um casamento, para o qual fomos convidadas e que se diferencia da realização de outros casamentos.

Quando chegamos à comunidade, a igreja local estava lotada pelos convidados e, assim como o noivo, todos aguardava a noiva. Tratava-se de um jovem casal da comunidade, que estavam namorando há cerca de três anos e há um ano vinha se preparando para o casamento.

De repente, a música começou a tocar e a noiva, acompanhada de seu pai, daminhas de honra e testemunhas, entram na igreja. As testemunhas e daminhas de honra são pessoas de fora da comunidade, ou seja, o patrão, a patroa da noiva e a filha desta.

Após o encerramento do cerimonial religioso, fomos convidadas para nos dirigirmos à casa da noiva e ao nos aproximamos da casa para onde se dirigiam às pessoas, fomos observando algo diferente, mesas arrumadas do lado de fora da casa, no quintal, embaixo de algumas árvores, uma ao lado da outra, numa fila à medida que as pessoas chegavam, eram convidadas a sentarem-se, em seguida vimos que um jantar estava sendo oferecido para a comunidade, como unia forma de todos festejarem o casamento do jovem casal.

Ficamos impressionadas, com tanta organização, comida muito gostosa e farta, as bandejas, os pratos com as comidas que eram passadas de mesa em mesa. As pessoas serviam-se à vontade e em seguida passava para a mesa ao lado. Observamos que em nenhum momento havia limite para as pessoas se servirem, a única preocupação era ceder o lugar, logo após terem jantado, para que outras pessoas pudessem também sentar e se servir.

Iniciamos conversa com as pessoas mais próximas e ao mesmo tempo éramos apresentadas às pessoas da localidade. Estavam todos formando grupinhos, os mais jovens, as

crianças, os idosos as pessoas de fora, convidados dos distritos vizinhos, conversando numa alegria contagiante, tivemos a impressão de que todos se conheciam.

Segundo a Sra. Lídia, moradora da comunidade, para que o casamento aconteça no “capricho”, ou seja, perfeito, é preciso pelo menos um ano, ano e meio de preparativos, criando galinhas, bode, carneiros, vaca, para o jantar de casamento dos noivos.

Fomos informadas que os casamentos da comunidade sempre ocorrem desta forma, muitas vezes, os vizinhos mais próximos, os parentes. todos ajudam nos custos do casamento, hem como na preparação das comidas, sendo que as maiores despesas ficam por conta também da família dos noivos, dos padrinhos de casamento, neste caso da patroa, como urna forma de reconhecimento e valorização da pessoa que trabalha em sua casa há bastante tempo.

Observamos que na frente da casa da noiva foi armada urna barraca, já se iniciava um forró, após o jantar e todos comentavam que a depender do desejo e vontade dos moradores, a festa iria até amanhecer o dia, A festa estava bastante animada, a casa e o quintal cheio de gente o que dava perceber que havia bastantes convidados de fora da comunidade.

A festa de casamento significa mais que um momento de sociabilidade trata-se de reafirmar os laços de parentesco, amizade e alianças também demonstra prestígio com o estabelecimento de relações com os convidados de "fora", conversar com os parentes que estão em outro lugar e vieram exclusivamente para a festa, bater papo, dançar, beber, saber as novidades e desejar felicidades para os noivos.

Podemos perceber também uma atividade de lazer existente na comunidade é a dedicação *e o gosto pelo futebol* pelos homens e pelas mulheres, é algo de chamar a atenção e que quando termina um campeonato sempre tem festa para comemorar. Este esporte tem adesão grande pelas mulheres não somente para assistir, mas para jogar.

Faz parte da rotina do seu cotidiano, no final da tarde, as mulheres colocarem as chuteiras, passarem na casa uma da outra e seguirem para jogar uma pelada. Podemos

observar que *elas* não marcam nada neste horário, as entrevistas durante a pesquisa com elas teriam de ser em outro horário. Observei que por diversas vezes, principalmente no final de semana, as meninas de Capoeiras saiam com seu time para jogar nos distritos vizinhos.

Na comunidade, existe unia atleta, Sidleide, que vem se destacando em diversos times de futebol feminino do RN, corno o Fluminense de Dix Sept Rosado, União e I.P.F. de Parnamirim e Tuano de Riacho do Sangue. Pela sua habilidade e destaque, tem integrado a seleção norte-rio-grandense, participando da Copa Nordeste em Salvador —1999 e Campeonato Brasileiro em UBA/Minas Gerais. Observamos que também existem outras meninas da comunidade que vêm atuando e se destacando nos campeonatos locais e escolares.

Os homens também praticam futebol através dos dois times da Comunidade: O Bangu, é o mais antigo, fundado em agosto de 1944 e o Independente, em 1993, por antigos jogadores do Bangu. Existe organização de campeonato local, no qual participam times da vizinhança. Estes campeonatos contam com ajuda de pessoas de fora para compra de material esportivo e outras necessidades.

*Urna outra manifestação cultural* que chama atenção é a pratica referentes ao falecimento de pessoa da comunidade, é comum na comunidade passar-se a noite do velório bebendo, ato que continua após o encerramento dos cerimoniais fúnebres. Quanto mais importante e conhecido o falecido, sentimentos de dor e saudade são expressos pelo povo da comunidade.

Isto foi registrado durante nossa estadia na comunidade durante o velório do Sr. Nô, urna pessoa de grande relevância para a comunidade. Estávamos na igreja, no cerimonial fúnebre e o pranto era geral. E o que chamava atenção era o apego dos mais jovens pelo Sr. João Nô, os quais passavam o sentimento de que o tamanho do pranto estava na proporção e estima pela pessoa falecida.

Mas adiante a Sra. Lídia confidenciou que, quando os moradores voltassem do cemitério, começariam a beber, sendo um costume da comunidade, após o velório e sepultamento do ente querido, permanecer a noite inteira bebendo.

*Em relação à vida espiritual da comunidade*, percebe-se que a religião faz parte do sistema de idéias e valores que regem a vida das pessoas da comunidade e que a mesma não está desligada do cotidiano desta gente. Quando perguntamos qual religião da família, 78% responderam que eram católicos.



Na comunidade existem cinco templos de religiões diferentes, a maioria deles de origem evangélica. Percebe-se assim, a presença expressiva das igrejas evangélicas Assembleia de Deus, Batista, Deus é Amor, Nova Apostólica e Católica Apostólica, as quais segundo informações colhidas surgiram na comunidade na década de 80.

Muitas pessoas que hoje frequentam a igreja evangélica fazem comentários tais como: *"a melhor coisa que aconteceu nos últimos anos da minha vida for conhecer Jesus Cristo. pois somente ele é o caminho da salvação"*. (Eliane, 17 anos, estudante, a autora em 17/02/2002.)

No contexto da religiosidade dos negros de Capoeiras. constatamos que também oscila entre saberes e valores pela tradição cristã católica. evangélica e saberes e valores

## Comunidade Negra Rural de Capoeiras - Macaíba/RN



Foto: Eriberto Venâncio

## Igrejas

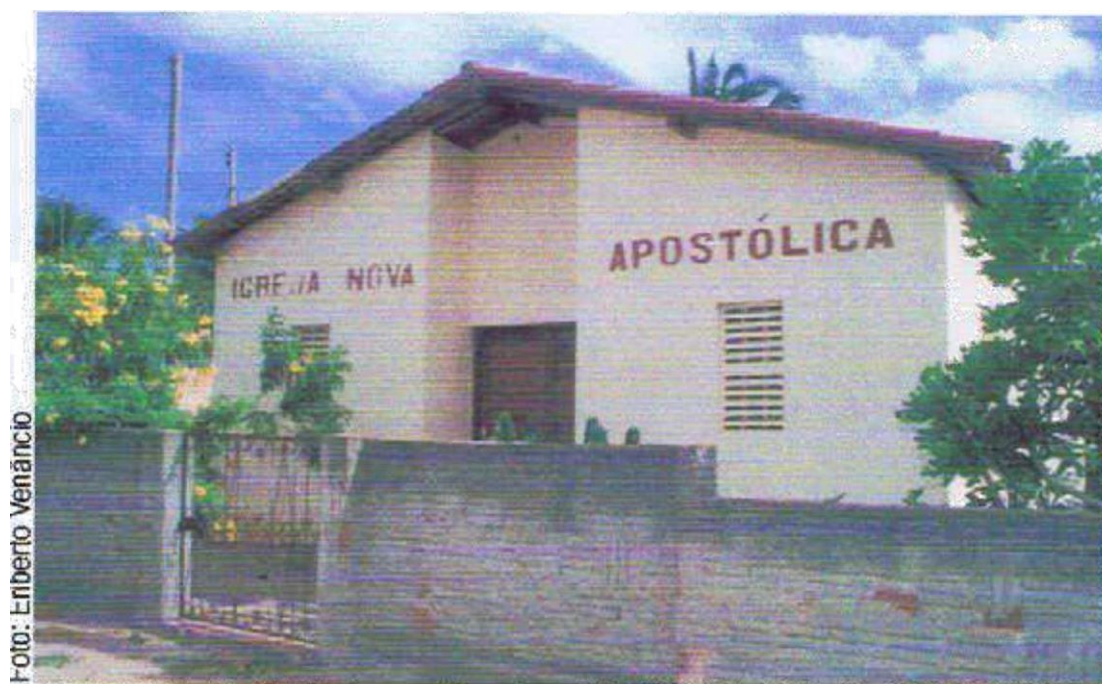


Foto: Eriberto Venâncio

associados às de origem africana. Muitos moradores mantêm uma atitude de respeito e veneração a entidades como Preto Velho, Pai Xangô.

No final da década de 70, existia uma casa de candomblé, cuja mãe de santo chamava-se Senhorinha. Segundo alguns moradores, a casa era bastante frequentada pelas pessoas de fora e da comunidade. Percebe-se que as pessoas falam de modo saudosista, e com muito entusiasmo, quando se refere ao assunto:

*Minha filha isso aqui era lotado, eu me lembro, ainda pequeno eu vinha todas as noites, bastava ouvir o som dos tambores, que corria pra cá. E lhe digo não era sou eu não, eu e muita gente tem saudade daquele tempo. (Antônio Fernando Garcia, 42 anos, morador de Capoeiras, entrevista a autora em 17/02/02)*

*Eu vi coisas aqui acontecendo que só vendo mesmo pra crê. (Pedro Cícero Cosia, 39 anos, morador de Capoeiras, entrevista a autora em 17/02/02)*

*Não devia ter acabado não, todo mundo gostava de vir para casa de Senhorinha. (Gilberto Ângelo Garcia, 55 anos, morador de Capoeiras, entrevista a autora em 17/02/02).*

Como se percebe, a maioria das famílias respondeu que são católicas, porém existem muitas pessoas que recorrem à prática do candomblé em localização próxima. Um fato que chamou atenção é que havia um terreiro na comunidade, o povo frequentava, mas foi fechado. Poucos quiseram falar, ou sabiam o motivo do fechamento, demonstrando um pouco de insatisfação ao falar do assunto.

As manifestações do candomblé eram realizadas na casa de dona Senhorinha, local em cultuavam seus orixás que tem a finalidade de descer a terra para atender aos seus filhos. Dessa forma, procuramos a mãe de santo da comunidade que durante muitos anos praticava a religião e que nos deu o seguinte depoimento:

*Antigamente quando estava aberta a casa, aqui era lotado, vinha gente de todo lugar, resolver seus problemas. Mas não agradecia, depois que recebia a graça, desaparecia. E não é assim que as coisas acontecem. As pessoas não queriam manter o terreiro, precisava da manutenção da casa, as oferendas, as lavagens eu fazia sozinha e eu que essa idade não podia fazer sozinha, entende? (...) Todo mundo gostava, era criança, jovem e adulta, mas não deu para continuar. As pessoas se queixam com saudade, perguntando porque fechei, mas percebi que era a hora. Agora quando as pessoas querem vão buscar lá fora, por aqui por perto mesmo ou até em Natal. (...) Um dia quem sabe eu possa abrir. Não tá somente na minha vontade. (Sra. Senhorinha, 67 anos, moradora de Capoeiras, entrevista a autora em 03/04/02).*



A população da comunidade de Capoeiras oscila entre saberes da tradição cristã e saberes ligados às de origem africana, pois constatamos que houve um deslocamento grande das práticas das atividades da religião de matriz africana para o predomínio da igreja católica e evangélica.

No tópico a seguir, discorreremos sobre as relações sociais e políticas que a comunidade de Capoeiras estabelece com a sociedade local e seu entorno, sobretudo Macaíba e Bom Jesus municípios com os quais a comunidade mantém estreitas relações.

## **2.5 — A COMUNIDADE DE CAPOEIRAS E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE LOCAL**

A comunidade de Capoeiras, a exemplo de todas as comunidades quilombolas, não se constituiu em grupo totalmente isolados pois mantém relações econômicas com as comunidades vizinhas desde sua origem.

Os negros, em qualquer ponto geográfico do Brasil, encontravam-se limitados, eram escravizados, sem direitos e propriedade de um senhor. Como expressa Perdigão Malheiro, o negro no período colonial.

*era apenas um instrumento de trabalho, uma máquina, não passível de qualquer educação intelectual e moral, sendo que mesmo da religião pouco se cuidava. Eram reduzidas as condições de coisas, como os irracionais, nos quais eram equiparados, salvo certas exceções. Eram até denominados, mesmo oficialmente, peças, fôlegos vivos. que se mandavam marcar com ferro quente ou por castigo, ou ainda por sinal com o gado”. (PERDIGÃO, 1976, pág. 31)*

Na condição de homens livres, viam-se obrigados a buscar sua integração, tendo em vista que a “abolição” da escravatura ocorreu sem reforma agrária, nada foi concretamente efetivado de forma que fossem feitas reparações ou indenização desde aquela época consideradas libertárias para os escravizados negros brasileiros.

Inicialmente houve um isolamento parcial, no entanto, o trabalho agrícola, materializado pela venda e troca de mercadoria com o comércio das comunidades vizinhas, a todo instante, sobretudo nas feiras locais, levaram as comunidades a uma maior integração com o mundo exterior, intensificando assim, as relações econômicas, sociais e políticas.

Na comunidade de Capoeiras, os moradores antigos referem que têm havido modificações nas relações com a sociedade local. Antes os moradores de Capoeiras não gostavam de sair da comunidade devido ao preconceito e aos estigmas por serem negros como relata o Sr. Raimundo.

*Hoje as coisas melhoraram muito, tem os poucos de tempo, que não era muito bom sair daqui não, sempre tinha algum camarada querendo fazer piada. E os daqui são cismados não trazem para casa o que ouve lá fora. (Sr. Raimundo dos Santos, entrevista a autora em 05/02/2002).*

Mesmo relatando que “não era muito bom sair daqui”, o Sr. Raimundo refere-se aos dias de feira como momentos nos quais a comunidade trocava, vendia seus produtos e comprava o que não produzia. Segundo ele:

*(...) Nos dias de feira sempre foi muito bom, acordava todo mundo cedinho, antigamente não tinha carro, de jeito nenhum, todo mundo ia a pé. Saia de madrugada e só voltava à tardinha, levava farinha, galinha, alguma coisa para vender e depois fazia a feira da semana. (...) Quando chegava o dia da feira, saia todo mundo, passava o dia pra lá, vendia o que tinha pra vender, aproveitava para ir nas casa das comadres visitar e trazer alguma coisa para os afilhados. (Sr. Raimundo dos Santos, entrevista a autora em 03/02/2020)*

---

Nas relações com as comunidades vizinhas e os moradores de Bom Jesus e Macaíba, o pertencimento à comunidade é sempre um elemento presente, seja pela dança do pau furado, seja pela condição de “gente boa”, “povo sofredor”; os de fora terminam por acentuar a condição da comunidade distinta dos distritos desses municípios. Para o Sr. Antônio:

*Eu conheço aquela gente de muito tempo, uma prima minha ainda chegou a namorar alguém de lá. Nunca tive medo deles não, me dou bem com eles, gosto deles são muitos animados, sempre vou as festas que **fazem**, dizem que são violentos, não levam desaforo para casa, resolve os problemas onde encontra. Eu respeito muito eles, são um povo sofredor. (Depoimento do Sr Antônio - motorista de táxis da praça de Rum Jesus, entrevista a autora em 13/03/2002).*

O prefeito de Macaíba, reproduzindo um discurso que destaca como qualidade dos moradores as potencialidades da dança e da culinária, referindo-se à comunidade de Capoeiras, diz que:

*O povo de Capoeira é conhecido pela dança que eles têm chamado de pau furado - que é o zambê. A comida deles é muito gostosa, acho que tem um tempero diferente, algo especial de cozinhar, de mexer a comida. eu não sei o que é. (..) estamos vendo como é que a gente pode erguer culturalmente aquele povo, pra que eles não percam a característica deles, quando eles vêm a prefeitura sempre são muito bem recebidos. (Prefeito de Macaíba-Fernando Cunha, entrevista a autora em 25/03/2002)*

Durante a pesquisa de campo, constatamos que a Comunidade de Capoeiras sempre manteve contato com a sociedade do município de Macaíba, mas, sobretudo com o município de Bom Jesus, onde mantém estreitas relações, em todas as áreas, quebrando assim o mito do isolamento, considerado por algumas pessoas.

Mesmo localizada no município de Macaíba, a população utiliza os bens e serviços públicos do município de Bom Jesus, em relação aos bens e serviços do Município de Macaíba. Isso porque a localização da comunidade fica a 05 km de Bom Jesus, tornando o percurso

muito mais perto em comparação Macaíba que são 22 km. Dessa forma, os serviços de saúde, educação, são utilizados pela população da comunidade, conforme relato que segue:

*Quando adocece um aqui, principalmente de madrugada, a gente corre logo para o hospital de Bom Jesus, o atendimento é muito bom, e fica muito mais perto. Na maioria das vezes a gente não tem o dinheiro para chegar em Macaíba. (Vera Lucia de Moura, moradora de Capoeiras, 50 anos, entrevista a autora em 09/03/02).*

Também em relação ao ensino fundamental de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série) e ensino médio, a maioria dos estudantes frequentam as escolas do município de Bom Jesus e de distrito vizinhos. Segundo Roseli

*Escola de 2º grau somente em Trairás e Bom Jesus, quem quiser continuar os estudos, precisar se deslocar para lá, aqui só tem estudo até a 4ª serie". (Srª Rosely P. dos Santos. 30 anos, moradora de Capoeiras, entrevista a autora em 14/03/02)*

Tal contexto tem levado a população a repensar na hora de votar nas eleições de candidatos, onde deve votar, se em Macaíba ou em Bom Jesus, estando muitas vezes dividida. Hoje concretamente a comunidade elegeu um morador a vereador pelo Município de Bom Jesus, como forma de garantir as benfeitorias que chegam através deste para a comunidade. Conforme relato de Maria das Graças:

*Meu voto é um voto certo, nunca mudei. Para que seja garantida as coisas para a comunidade, de Bom Jesus, peixes, semente, leite, (...) eu não fui cadastrada na bolsa escola, porque eu voto em Bom Jesus, todo mundo sabe. Então quando vem as coisas de Macaíba, eu fico de fora. (...) Muita gente aqui estuda em Bom Jesus, vão para os médicos de lá, utiliza os serviços muito mais de Bom Jesus, do que de Macaíba. (...) Aqui na época de eleição vem político de tudo que é lugar e partido pedi voto, também só vem por essa época, aí tudo mundo se aproveita, para ver se arranja algum dinheiro. (Maria das Graça Garcia, 30 anos, moradora de capoeira, entrevista à autora em 18/04/2002).*

Um outro elemento na relação da comunidade com o mundo exterior é a procura de melhores condições de vida e possibilidades de juntar economias, motivo pelo qual algumas famílias deixaram a comunidade. Dirigem-se preferencialmente para capital Natal, Rio de Janeiro e São Paulo, locais que estão a cada ano que passa, deixando as famílias decepcionadas e desistindo de se aventurarem, porém, quando saem, têm a certeza de ter assegurado seu lugar no regresso a Capoeiras, onde estão seus parentes. Para Maria dos Santos:

*Tenho quinze anos, meu pai, minha mãe é daqui de Capoeiras. foram para São Paulo, quando eu tinha 01 ano de idade, eu era a mais nova de quatro irmãos. Foram nu intenção de melhorar de vida e agora retornaram. São Paulo está muito agitado, meus irmãos estão dando trabalho e aqui em Capoeiras é muito sossegado. O que conseguiram juntar colocaram um barzinho aqui para o sustento da família. Aqui nós temos casa. do jeito que a família deixou encontrou, não precisa pagar aluguel, vai melhorando devagarinho. (Maria dos Santos, estudante, 15 anos, a autora em 07/08/2002).*

Os depoimentos demonstram um movimento que tem chamado atenção ultimamente. Trata-se do retorno das famílias que saem da comunidade para os grandes centros urbanos. Marcelo diz que:

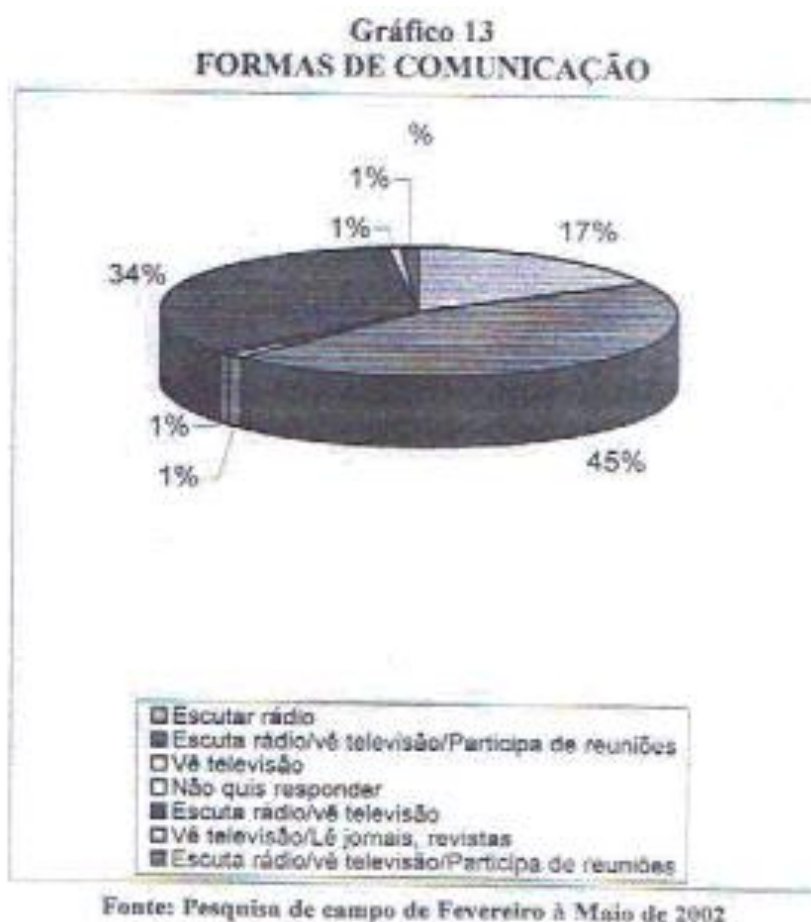
*Antigamente as pessoas saiam mais daqui, hoje já preferem ficar, porque por lá as coisas também estão ruins. (..) Passei quatro anos não conseguir muita coisa, voltei. casei e agora vou ver se fico mesmo por aqui, monta qualquer coisa, um comercio. (Marcelo, 22 anos, morador de Capoeiras desempregado, entrevista a autora em 22/05/2002).*

No entanto, não se pode falar de relação com a sociedade do entorno, sem mencionar as lideranças locais. Nota-se que existe um referencial de liderança tradicional, mas a organização interna sofre influência pelas relações que a comunidade estabelece ou quer estabelecer, com a sociedade envolvente.

Existem as pessoas mais velhas que são as lideranças chaves, mas com pouca mobilidade social, No entanto, hoje sobressai a figura da filha de uma das lideranças antigas, cujo pai é considerado um dos principais líderes sindicais da comunidade.

Porém, a mulher ainda tem o papel de permanecer nos bastidores, há uma relação patriarcal bastante determinada, mesmo havendo a liderança de urna mulher a palavra final vai caber ao pai, ao marido, principalmente quando se trata de assunto de relação externa.

Percebe-se ainda a não aceitação de um único líder, havendo momento de constrangimento, quando ouvimos por diversas vezes que necessitavam de mais união na comunidade, alguém que se interessasse de fato pela comunidade.



Percebi que não há um único nome no momento, de convergência como a liderança principal, existem lideranças evangélicas, mulheres mais antigas, jovens,

participando de formação e estruturação do grupo, animador dentro da igreja com grande mobilização e participação.

Sobre as formas de comunicações que a comunidade tem e como recebe as informações sobre o que tem ocorrido fora da comunidade. tivemos o quadro que segue.

Quanto ao conjunto de narrativas que ouvimos pode-se perceber a história de um grupo não isolado no cenário local, regional e nacional, mas que construiu sua singularidade étnica em contraste com a sociedade local. Percebe-se que a comunidade vive para além de suas fronteiras, não vive isolada. Devemos quebrar este mito de isolamento que foi colocado pelos de "fora" que não conhecem o cotidiano da população, que mantém estreitas relações em todos os sentidos com o mundo externo, preservando, no entanto, sua singularidade de ser e viver ao seu modo

No próximo capítulo discutiremos as políticas públicas existentes na comunidade implementadas pela prefeitura de Macaiba RN.

**CAPÍTULO 3**

**COMUNIDADE NEGRA RURAL DE CAPOEIRAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS E O PODER LOCAL**



Nos últimos vinte anos, os municípios brasileiros passaram a ter novos papéis institucionais, o Poder Local no Brasil adquiriu as condições para constituir-se em espaço relevante na formulação e implementação de políticas públicas.

Neste Capítulo discutiremos as políticas públicas que a gestão governamental do município de Macaíba desenvolve na Comunidade de Capoeiras. Para isto, elegemos e analisaremos, sob a ótica da "Diversidade Étnica Cultural" a Política Educacional.

Nesta análise, a política educacional ganha lugar privilegiado pela importância decisiva que tem, porque através dela, existe a chance de integração do indivíduo na sociedade e de sua capacidade de mobilidade ou ascensão social.

O Plano de Ação aprovado na "III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata", realizada na África do Sul, em setembro de 2001, recomenda uma proposição diretamente a UNESCO:

*Insta que a UNESCO apoie os Estados a darem a importância necessária à revisão e a correção dos livros, textos e dos currículos para a eliminação de quaisquer elementos que venham a promover racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e assegurem que os professores sejam firmados e devidamente motivados, fomentando as atividades educacionais aos direitos humanos, (Plano de Ação, 2002, pág. 127)*

Dessa forma, os programas acima nortearam nossa reflexão e análise a partir dos princípios da interculturalidade, da diferença e do respeito à diversidade. Mesmo sabendo que o parâmetro que impera é o formal, o tradicional, tornou-se um desafio realizar uma análise com enfoque étnico. Mas antes de adentrar diretamente nesta exposição, faz-se necessário tecer algumas reflexões sobre Políticas Públicas e sua relação com Poder Local.

### **3.1 - Poder Local e Políticas Públicas**

A partir da Constituição Federal de 1998 inaugurou-se uma nova fase para os municípios brasileiros, porque passaram a ter novas funções, tendo início, também um crescente e geral processo de descentralização administrativa e municipalização das políticas públicas.

Sônia Draibe (1989) em sua análise sobre o Estado Social, afirma que o Brasil, no final da década de 80, expressava tendências a transformações profundas em determinados setores e um desses seria o político institucional, que teria como eixos básicos o local, o município. Essas mudanças políticas institucionais com a constituição de 1988 em relação aos municípios brasileiros diz respeito especialmente à possibilidade de estes formularem e implementarem a maioria das políticas públicas sociais.

Essas mudanças institucionais em relação ao poder local no Brasil expressaram um processo mais amplo que vinha ocorrendo nos municípios brasileiros. Um conjunto de experiências de gestões democráticas participativas, as quais foram deslocando a avaliação do papel dos municípios. Como avalia JOAO COSTA (1996), estas experiências de gestões democráticas mudaram a concepção sobre poder local no Brasil:

De espaço por excelência das relações coronelísticas de poder âmbito dos pequenos e médios municípios de relações clientelísticas e populistas nas médias e grandes cidades. as estruturas de poder local passaram a espaço de possibilidades de experimentos democráticos inovadores e do exercício da cidadania ativa. (COSTA.1996, P.113)

Nessa perspectiva de atribuir ao município novas funções e papéis, vários municípios brasileiros têm apresentado experiências inovadoras de gestão pública democrática e construção de canais de participação. Sabemos que em decorrência deste contexto, foram criados conselhos, canais de participação, orçamento participativo, entre outros.

Observamos que, apesar de contradições, os municípios brasileiros hoje são espaços de manifestações de novos comportamentos, reações e de participação da sociedade por melhores condições de vida e por elaboração de políticas públicas. Dessa forma, esse novo quadro favorece a população no sentido de aproximá-la dos processos de planejamento e decisão, havendo oportunidade de sinalizar os problemas e suas prioridades em busca de resposta e solução; por outro lado estimula o exercício da participação cidadã

Com a Constituição de 1988, oportunizou-se a criação de constituições estaduais e leis orgânicas municipais, de forma que estimulassem mecanismos institucionais de gestão participativa dos diversos segmentos no processo de formulação e implementação de políticas públicas

Não podemos deixar de considerar que a implementação de políticas públicas locais enseja maior possibilidade de participação da comunidade interessada, além de fomentar a criação de uma "cultura cívica" que fortalece a democracia.

Não se refere, aqui, apenas à democracia partidária e ideológica tão desgastada e desacreditada. principalmente em períodos pré-eleitorais, mas aquela democracia em que o cidadão não só escolhe quem o representará. mas principalmente escolhe e negocia qual as ações que a administração pública deve tomar para garantir um modelo de desenvolvimento sustentável à sociedade, em âmbito local.

Assim, alia-se a esta característica a possibilidade de a administração pública melhor entender e combater a "*estranha distribuição de riquezas, o papel deficiente do Estado Poder Público e a falta de articulação das políticas econômicas e sociais*" (SALGADO, 1996, pág.49 ).

Dessa forma, estas características fazem do município um espaço de grandes oportunidades ao desenvolvimento, como ressalta ainda COSTA (1996. Pág. 113) "*o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativa de desenvolvimento da vida econômica e social*".

Com isso, passou ser de responsabilidade dos municípios a implementação de políticas sociais, tais como Saúde, Educação, Geração de Emprego e Renda, entre outros. pelas quais eram responsáveis os governos Estadual e Federal. Dessa forma, estão postos desafios para os municípios, para o enfrentamento dos problemas sociais. Para Dowbor:

*As cidades estão na linha de frente dos problemas, mas no último escalão das decisões administrativas, seguindo a tendência geral moderna rumo à democratização, descentralização e gestão participativa. as administrações municipais terão que lutar para melhorar seu nível de organização política econômica e cultural (DOWBOR, 1998, pág. 372).*

Neste sentido, um dos grandes desafios na contemporaneidade para os municípios é a questão das desigualdades sociais, trata-se de uma velha e nova questão hoje revisitada por todos, criticada pelos cientistas sociais e um dos temas que suscita grande interesse, entre outros profissionais, por parte dos assistentes sociais, haja visto, que, cotidianamente, na prática profissional, os assistentes sociais enfrentam as situações mais explícitas possíveis da exclusão social, onde um grande contingente populacional vive limitado ao acesso à cultura, aos bens e serviços produzidos, imprescindíveis à realização do homem como ser social.

A chamada escola francesa, representada dentre outros, por Castel e Rosanvalon, consideram os problemas sociais da sociedade contemporânea como uma "nova questão social".

A Questão Social é definida por Castel como sendo "*uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade tendo em vista a falta de controle dos riscos sociais ou ameaça de ruptura apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do*

*conjunto*”. (CASTEL, 1998, p. 41). Continuando sua análise o autor afirma que:

*A 'Questão Social' é uma aporia fundamental sobre qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. (CASTEL: 1998. Pag. 30).*

Assim a posição de Castel afirma que o Estado cada vez mais se afasta das suas funções sociais de prevenção dos riscos sociais através das reformas realizadas nos sistemas *de* proteção social. Nesse sentido, existe um duplo movimento, que por um lado diz respeito à desobrigação do Estado Nacional no enfrentamento da questão social através de implementação de políticas públicas e, por outro da crescente constituição do poder local como protagonista do desenvolvimento econômico social. Os municípios têm cada vez mais assumido o papel de responder aos desafios da questão social.

A partir da década de 90, o papel assumido pelo Brasil perante à economia mundial tende a ser altamente seletivo. Isso acirra ainda mais a competição e a concorrência nos Estados e entre Estados. Efetiva-se a *inserção competitiva de pedaços do Brasil. justamente os pedaços competitivos* (CARVALHO, 1998, p.31).

Nesse processo de ajuste *Seletivo e excludente, regido pela lógica mercantil [...], os mecanismos geradores de desigualdade de exclusão de direitos redefinem-se tornam-se mais complexos e heterogêneos*” (CARVALHO, 1998, p.33). Assim, a questão social atual, torna-se também complexa ainda mais na sociedade brasileira.

O resultado deste agravamento da Questão Social está refletido diretamente no crescimento dos indivíduos que vivem na miséria absoluta, no êxodo rural, na formação de favelas, no tráfico e consumo de drogas, nos menores abandonados, na violência e na marginalização.

A seguir passaremos a discorrer sobre as políticas públicas municipais existentes na comunidade de Capoeiras e no que se refere à educação. Iremos determos numa avaliação, refletindo, comentando e analisando até que ponto tem sido levada em consideração as especificidades da comunidade tendo em vista tratar-se de uma comunidade etnicamente diferenciada por ser remanescente de quilombo.

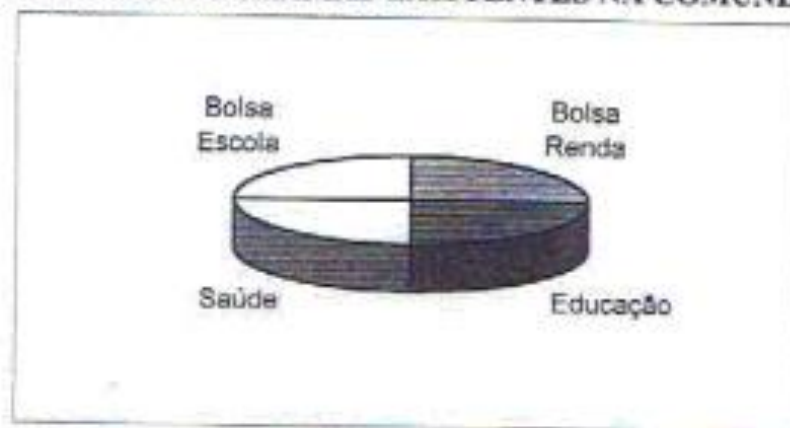
### **3.2 — Políticas Públicas Existentes na Comunidade de Capoeiras**

As Políticas Públicas que a Prefeitura Municipal de Macaíba vem executando no município, na área social, segundo informações da Secretaria de Trabalho e Ação Social compõem-se de quatro grandes programas.

São eles: Bolsa Renda — programa destinado ao agricultor que recebe recursos financeiros no valor de R\$ 60,00. (sessenta reais). Os moradores percebem como substituição à frente de emergência; Bolsa Escola — destina-se às crianças que estão matriculadas e estudando na faixa etária de 07 a 14 anos, assegurando às suas famílias uma complementação monetária de R\$ 15,00 (quinze reais), associando o mesmo à frequência escolar, PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, voltado para atender apenas as crianças da zona urbana que estão trabalhando em alguma atividade comercial, como vendedor de picolé, engraxate, entre outros. PAPP - Programa de Atendimento ao Pequeno Produtor — política de maior destaque e intervenção do governo municipal, dirigida para construção de casas de farinha e construção de caixa d'água, entre outros.

Na comunidade de Capoeiras nosso estudo identificou as seguintes Políticas Públicas de atendimento à população:

**Gráfico 14**  
**POLÍTICAS E PROGRAMAS EXISTENTES NA COMUNIDADE**



Fonte: Pesquisa de campo de Fevereiro a Maio de 2002

Conforme o gráfico acima, na comunidade de Capoeiras existem: *Bolsa Renda* - destinados aos trabalhadores rurais não aposentados, no entendimento dos moradores, esse programa está substituindo a "emergência"<sup>16</sup>. A comunidade de Capoeiras está sendo contemplada com 100 bolsas;

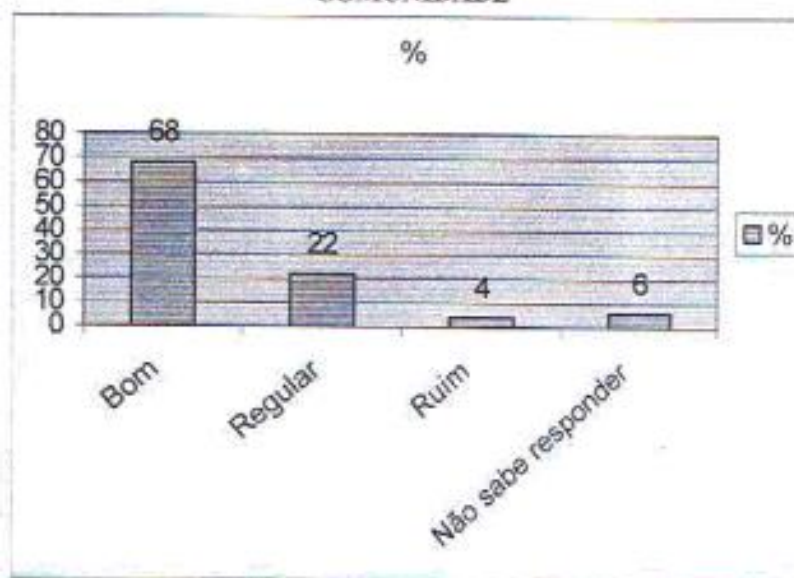
*Bolsa Educação* - é repassado para a família um benefício monetário no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), existem 100 crianças na comunidade atendidas neste programa.

*Educação do ensino fundamental* - 1ª a 4ª série - Funciona na Escola Municipal Santa Luzia e atende a 150 alunos; EJA - Ensino de Alfabetização de Jovens e Adultos atende 130 pessoas, atendimento na área de Saúde - funciona no posto de saúde da comunidade e durante um dia na semana são distribuídas 25 fichas para atendimento a toda a população, que compõe um universo de 1.350 habitantes.

<sup>16</sup>. Emergência- programa social para atender ao trabalhador rural no período prolongado de seca, que não permite ao trabalhador não colher o que plantou.

Quando indagamos aos entrevistados qual a avaliação que faziam sobre os programas sociais que existiam na comunidade, **a situação** revelada no seio das famílias é demonstrada pelo gráfico abaixo: 68% considera Bom; 22% Regular, 4% Ruim e 6% Não sabem responder

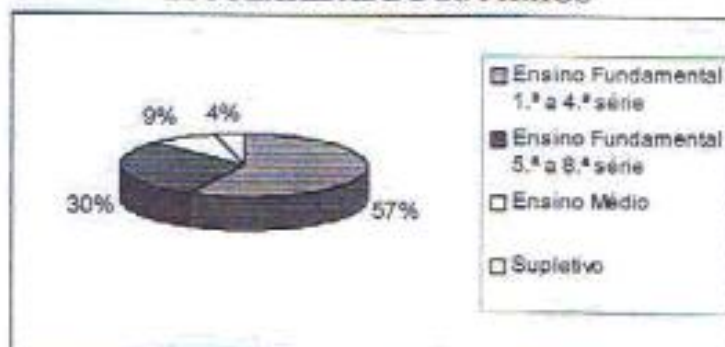
Gráfico 15  
AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS E/OU AÇÕES DO GOVERNO NA  
COMUNIDADE



Fonte: Pesquisa de campo de fevereiro à maio de 2000

Na área de educação, a situação revelada no seio das famílias pesquisadas em relação aos anos de estudo constata-se no gráfico abaixo uma melhoria no nível de escolaridade, particularmente entre os mais jovens em relação à geração de seus pais, (**ver Gráfico 05. pág. 93 para comparação**).

Gráfico 16  
ESCOLARIDADE DOS FILHOS



Fonte: Pesquisa de campo de fevereiro à maio de 2002



Como foi colocado anteriormente, na comunidade existe apenas a Escola Municipal Santa Luzia com ensino fundamental, (1ª a 4ª série). A partir da 5ª série, os alunos em sua maioria deslocam-se para o distrito mais próximo - Traíras - 05 km da comunidade, ou para as escolas do município de Bom Jesus 06 km da comunidade, para dar continuidade aos estudos.

Há um desejo, sobretudo da juventude, de um futuro melhor, e a escolaridade é buscada para modificar a atual situação sócio-econômica, o que significa para os jovens sair do trabalho na lavoura ou trabalho doméstico, tarefas essas executadas pelas gerações dos avós e pais, não trazendo até o presente momento, modificações e melhorias de vida. Pedro Cícero declara que:

*Eu prefiro estudar, porque a agricultura está muito fraca, as sementes que chegam aqui, não é de boa qualidade, é perda de tempo, não dar para ganhar dinheiro. Quero uma vida melhor para os meus filhos e diferente dos meus pais. (Pedro Cícero da Costa, 17 anos, estudante. Entrevista a autora em 06/01/2002)*

Percebe-se no depoimento dos jovens a compreensão de que grau de escolaridade é possibilita-lhes a mobilidade social e há, no conjunto das falas o desejo de não reproduzirem as mesmas condições de seus avós e pais. No mesmo sentido, Cirleide afirma:

*Eu quero continuar estudando para ver se não vou trabalhar nas casas como doméstica, estou terminando auxiliar de enfermagem e comece a trabalhar no que eu sei e gosto de fazer. (Cirleide Maria, estudante, 19 anos. Entrevista a autora em 04/04/02).*

Há uma avaliação na Comunidade de que os programas existentes são insuficientes para a efetiva modificação das condições sócio-econômicas da comunidade, além da inexistência de outras políticas que respondam a um conjunto de carecimentos identificados pela comunidade.

No item que se refere aos problemas existentes, a comunidade identificou desemprego, analfabetismo, necessidade de melhoria no atendimento na saúde. Há, ainda,

muitas outras carências: não possuem trator e título de propriedade pelo fornecido INCRA ou ITERN, não há indústria e faltam subsídios e crédito rural para o plantio: há também, a carência de uma quadra de esporte e lazer para os jovens, bem como carência de energia e água para todos, estrada de acesso à comunidade, cursos profissionalizantes, escola a partir da 5ª série, cesta básica, merenda escolar sem interrupção, acompanhamento técnico para melhor uso da terra. ambulância, médico permanente, serviços ambulatoriais, primeiros socorros e finalmente, atendimento ginecológico e odontológico.

Além desses carecimentos, a comunidade também aponta situações que dificultam a possibilidade de um maior poder de reivindicações e, conseqüentemente conquistar suas demandas tais como a falta de uma cooperativa, acreditar em políticos. descaso dos políticos para com a comunidade, políticos que somente aparecem em época de eleições falta de um líder, deslocamento dos alunos da comunidade para outras escolas vizinhas para dar continuidade aos estudos e dependência dos serviços de saúde do distrito rural de Trairás.

A questão do desemprego foi apresentada como situação problema número um, sinalizada por todas as famílias e colocada como uma necessidade prioritária para amenizar o quadro de exclusão e esquecimento da comunidade, sobretudo para a geração jovem, que não mais se arisca a aventurar-se num emprego nas regiões sul e sudeste do país, como antigamente.

Por outro lado, responderam e apontaram as potencialidades que existem na comunidade tais como a abundância de frutas (cajá, caju, castanha, manga, coco, entre outros). Segundo os moradores, o cultivo das frutas deveria ser incentivado através de formação e realização de cursos para, posteriormente, ser revertido na geração de emprego e na aquisição de uma fábrica de polpas ou beneficiamento da castanha.

*Se aparecesse quem se interessasse por nós, aqui já teríamos imensas coisas, uma, fábrica, cooperativa, emprego. Principalmente para essa juventude. que fica por aí. Sem fazer nada e eles precisam comprar*

*uma calça, camisa, tênis, essas coisas que os jovens usam. (Entrevista de Lídia Basílio a autora em 13/03/2002).*

Ainda em nosso contato com a comunidade, observamos através das falas que a juventude transborda desejos de mudanças, não querendo continuar a reprodução do mesmo lugar social de seus avós e pais. No entanto, a percepção dos carecimentos não implica uma avaliação negativa da comunidade ou desejo de ir embora. Destacam geralmente a vida tranquila e sem violência na Comunidade como elemento positivo.

Para Cirleide:

*Aqui tem tudo para viver uma vida tranquila, sem violência, murta par. Mas, precisamos de muito mais, necessitamos de emprego para os jovens. cooperativa, uma fábrica, sei qualquer coisa. De escola que não seja até 4º serie e médico que não venha somente uma vez na semana e quando vem. (Cirleide Leandro da Silva. 19 anos. Entrevista a autora em 17/04/02).*

Observamos, outrossim, que o reconhecimento da segurança que os laços da vida comunitária proporcionam não são vistos como a única condição de uma vida melhor. Os jovens da comunidade querem ter acesso a bens e serviços considerados direitos básicos para a construção da cidadania. No mesmo sentido, a jovem Socorro diz.

*É preciso ser feito alguma coisa, para que os jovens daqui, não tenham a mesma vida dos nossos avós e pais, senão continuam a mesma situação. (Socorro, 17 anos, Entrevista à autora em 17/04/02).*

De modo geral, foram esses os problemas e possíveis soluções identificados pelos moradores durante pesquisa realizada na comunidade no período de fevereiro a maio de 2002.

Torna-se necessário que o poder público, através de todas as instâncias, e mais diretamente o poder local, através de seus órgãos e secretarias competentes, instale benefícios necessários à superação dos problemas emergenciais da comunidade com vistas

à melhoria da qualidade de vida de comunidade. não deixando de perceber as singularidades existentes na mesma.

Enfim, acreditamos que todos órgãos públicos e cidadãos, têm a responsabilidade de reforçar a discussão democrática para a solução dos problemas sociais desta e de outras comunidades, sobretudo quando o objetivo da gestão municipal, da atuação governamental, é garantir a igualdade de acesso às oportunidades e benefícios públicos.

Nosso estudo priorizou um programa\_ através do qual a gestão municipal executa suas políticas públicas na comunidade, a saber: Educação, analisando até que ponto tem se levado em consideração às especificidades dessa comunidade, tendo em vista que esta política e. expressiva para pensar a relação Políticas Públicas e Diversidade Étnica.

### **3.2.1 — EDUCAÇÃO: A Ideal e a que temos**

Na área da Educação. tem crescido a avaliação dessa política pública, a tarefa de aperfeiçoar a eficácia e a eficiência da política educacional e examinada e avaliada para melhorar os padrões educacionais e isso tem ocorrido sobre vários aspectos, tais como avaliação da aprendizagem dos alunos, avaliação administrativa, de programas e projetos. orientação vocacional, adaptação de currículos, participação e envolvimento dos pais, mas neste não aparece a avaliação do ponto de vista da Diversidade Étnico Racial, por isso a política educacional, especificamente a implementada pelos municípios é, um nicho fundamental para avaliar as políticas públicas sob essa ótica.

A escola é um ambiente privilegiado para se refletir sobre as diferenças étnicorraciais. é também um espaço em que se pode atuar no campo das relações étnicorraciais na nossa sociedade, na medida em que cada vez mais existe a preocupação com a diversidade, percebe-se uma crescente sensibilidade e empenho em enfrentar a questão no âmbito da escola.

*Ainda que de maneira incipiente, este tema vem merecendo a atenção dos estudiosos da Educação, haja vista a sua presença em debates e trabalhos acadêmicos da área, bem como algumas mudanças que ocorreram a partir da década de 80. Quando alguns Estados e Municípios realizaram modificações nos currículos escolares, foram apresentadas algumas/orientações curriculares em vários Estados e Municípios.*

*A inclusão da disciplina História da África e/ou da cultura negra nos currículos escolares tem sido alvo de alguns projetos de lei, como os que ocorreram no: Espírito Santo, em Salvador, no Rio Grande do Sul, em Florianópolis e Belo Horizonte. Também foi implantada a dança da capoeira na grade curricular como modalidade esportiva na disciplina de Educação Física.*

*Mas é sem dúvida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que o tema está presente de modo bastante enfático nos chamados Temas Transversais Étnica e Pluralidade Cultural, cujo teor é o seguinte:*

*A temática da pluralidade cultural diz respeito ao conhecimento e a valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, as desigualdades socioeconômicas e a crítica as relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira. (Parâmetros curriculares nacionais Temas transversais, p.121).*

Dessa forma, os parâmetros curriculares, criados pelo MEC EM 1998, têm como referência a perspectiva de criar uma escola que reconheça as várias identidades existentes no seu meio, repudiando e denunciando toda e qualquer forma de discriminação baseada em diferença de raça, etnia, classe social e outras características individuais, tendo como eixo principal o respeito à diversidade cultural ancorada na LDB.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996) provocou um processo de discussão importante e necessário para todos os temas da Educação junto à população brasileira. A proposta era estar construindo uma nova

política dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) através dos temas transversais, incluindo, dessa forma, assuntos como gênero e raça.

Isto exigiria um esforço concentrado para que todas as áreas de ensino passassem por uma reeducação dos seus profissionais, conseqüentemente implica, no que diz respeito aos afro-descendentes, cursos de atualização para os professores, o que lhes capacitaria tratar, entender e debater de forma adequada comportamentos discriminatórios, expressões tais como "cabelo ruim", "cara de macaco", "negro fedorento". Não se pode pensar numa pedagogia plurirracial, em espaços onde são reproduzidos preconceitos e estigmas dessa natureza.

A Educação é um direito assegurado pela Constituição, tendo a função de socialização e produção da cidadania, além de ser um dos elementos chave para participações nas diversas situações do mundo moderno.

Durante a realização da pesquisa de campo na comunidade, fomos procurados por um grupo de jovens adolescentes negras da comunidade de Capoeiras e ouvimos o relato de situações de discriminações raciais das quais estavam sendo vítimas. Nos depoimentos destas estudantes, quando estudam em escolas não localizadas na comunidade, tem-se a constante reprodução de situações de preconceitos e discriminação. A estudante Marliete relata:

*Não suporto mais esta situação que estamos vivendo, há quase dois anos estamos sendo provocadas, xingadas, por outras meninas da escola que nos ridiculariza na frente de outras pessoas. Com coisas do tipo: Você é uma negra fedorenta. uma macaca não devia estudar aqui nesta escola. Não sei porque esses negros estudam aqui, devia estudar na comunidade deles lá em Capoeiras e não se misturar com a gente. (Marliete Luiz dos Santos. 17 anos, estudante. Entrevista à autora em 08./04/2002)*

Os estereótipos racistas ainda existem na escola, o peso da imagem negativa da população negra frente a esses alunos pode conferir a baixa da auto-estima e desmotivação para dar continuidade aos estudos dos alunos negros, marcando profundamente estas adolescentes. prejudicando lhes na construção positiva da identidade enquanto integrantes da população negra brasileira.

É preciso reconstruir o imaginário do negro criado pela sociedade brasileira, ou seja, de que ser negro determina estar em posição de inferioridade, baseada no discurso de cunho racista.

Ainda a aluna Marliete Luiz dos Santos relata ainda que, nos corredores da escola, bem como no trajeto que o ônibus faz da comunidade para a escola mais próxima (CERU-Distrito de Traíras), um grupo de quatro jovens começa a cantar música com letras que se refere à população negra de forma pejorativa e que deixam bastante constrangidas as adolescentes negras.

*No ônibus que nos leva para a escola elas vivem cantando música que fala de negra de forma pejorativa somente para nós envergonhar, começa a canta, rindo da gente, iodas os dias é a mesma coisa e as músicas são assim: Nega do cabelo duro, qual o pente que te penteia e a outra é nega, nega, nega. (Marliete, estudante 17 anos, entrevista a autora em 08/04/2002)*

A estudante Andréia conta que, em determinado dia, uma adolescente negra jogava um papel no cesto fora da sala de aula, quando veio correndo uma das meninas do grupo que as discrimina e, involuntariamente, o papel bateu na mesma e esta ameaçou e bateu na menina negra e, como apoio, estava uma outra colega que falou o seguinte:

*Como você tem coragem de bater nesta negra safada, é capaz da tísica preta do rosto dela passar para a sua pele. eu não teria coragem de bater para não me sujar. (Andréia, 14 anos, estudante de Capoeiras. Entrevista à autora em 08/04/2002)*

Depoimento como esse demonstra atitudes inaceitáveis e não pode passar como natural quando se refere às meninas jovens negras, também estudantes do mesmo estabelecimento, porque culmina com o desabafo desanimador da jovem vítima de atos tão perversos praticados dentro da escola. "(...) *minha vontade é de não ir mais para a escola, não aguento mais*".

Estas situações têm sido relatadas e vividas por infinitas vezes pelos jovens adolescentes da comunidade de Capoeira. Após ouvirmos o relato das quatro jovens, procuramos a direção da escola e o corpo técnico, onde ocorriam os casos acima citados

Sentimos o desconhecimento dos fatos por parte de alguns professores querendo naturalizar e banalizar tais situações, afirmando que se tratava de adolescentes e por isso não merecia se debruçar sobre esta temática. Por outro lado, ouvimos professores que afirmaram que esta situação existia e que não concordavam com elas e, até mesmo não sabiam o que fazer em determinadas situações. O depoimento que segue ressalta o comportamento contraditório dos educadores quando o tema é discriminação racial:

*Não, não existe preconceito, isso são coisas de adolescentes. Eu não sabia que estava acontecendo essa situação. A diretora também não. (Professora do CERU e tia das alunas zombavam das estudantes de Capoeiras.)*

Negar a existência do preconceito e naturalizar como sendo "coisa" própria da adolescência" e não levar em consideração as orientações dos parâmetros curriculares e certamente como educadora, não intervir para a desconstrução do preconceito e do racismo. Ao contrário a vice-diretora da Escola e outros professores afirmam a existência desta situação, ao mesmo tempo que avaliam existir lacunas na formação dos professores para lidar com situações de preconceitos e discriminação. De acordo com a vice-diretora:



*Isso sempre ocorreu por aqui. Muitas vezes eu ficava sem saber que atitude tornar, por ser um assunto que não se discute na escola. Nós estamos precisando de palestras para estas alunas. (Vice-diretora do CERU, entrevista a autora em 10/04/02).*

Provavelmente devido a nossa intervenção, Jorge Mário, professor de História, afirma que "dessa vez" seria tomada alguma providência, o que reforça a avaliação de que falta capacitação dos professores em relação ao tema do preconceito e racismo.

*Dessa vez vamos chamar os pais, tenha certeza que a diretora que ora encontra-se em atividade fora da escola, não concorda com as atitudes dessas alunas, vai tornar as providencias cabíveis. O que nós estamos precisando capacitação nessa área. (Jorge Mário, professor de história da escola, entrevista à autora em 10/04-02).*

Vale registrar que a direção da escola-CERU, após conhecimento dos fatos, sugeriu providencias de forma que, ainda durante a pesquisa, tomamos conhecimento que tal situação vivida pelas adolescentes negras da comunidade, foi bastante debatida na escola e levada para conhecimento do Conselho Tutelar de Crianças e Adolescentes do município de Macaiba, bem como ocorreu palestra de sensibilização junto aos professores e alunos e conscientização dos fatos ocorridos.

Diante das posições ouvidas por parte dos professores da escola, dirigimo-nos a Secretaria de Educação do município, onde perguntas foram apresentadas aos professores e coordenadores pedagógicos, dentre outras. saber como as escolas lidam com essa diversidade e situações discriminatórias dentro das escolas, bem como que conhecimentos transmitem nas ações que realizam.

Procuramos ainda saber quais os limites e possibilidades de atuação do educador para que a escola seja u espaço de debate para que todos os segmentos étnico-raciais da nossa sociedade possam se reconhecer e serem reconhecidos como seus membros e, sobretudo

construir uma atitude positiva em relação às diferenças, sejam de caráter racial, cultural ou de gênero.

Por outro lado, os professores também fizeram vários questionamentos, indagando até que ponto existe capacitação informação, durante o curso de nível superior e médio, os alerte para esta questão e seus desdobramentos. A professora Francisca Conceição avalia:

*Essa situação é muito difícil de ser trabalhada, não recebemos nenhuma orientação pedagógica para lidar com o assunto, nem ao nível de ensino médio e também na Universidade. Nosso currículo não tem nenhuma disciplina que trata da questão racial no Brasil. (Francisca da Conceição da Silva. professora do 1º e 2º ciclo. Entrevista à autora em 15/04/02).*

A dificuldade apontada pela professora refere-se ao fato de que situações de preconceitos e discriminação estão presentes no cotidiano de diversos espaços sociais. O que ela aponta também é que na formação acadêmica inexistente a formação necessária para que os futuros educadores possam lidar com estas situações. Ainda segundo a professora Ana Maria, a discussão destes temas, quando acontece, e por iniciativa isolada de um ou outro professor que os inclui em tarefas escolares. De acordo com a mesma,

*O professor ou professora que queira fazer alguma coisa, faz por conta própria na semana da cultura no colégio, mas nenhum texto se tem para trabalhar na sala de aula, porque nos mesmos não conhecemos uma bibliografia específica. (Ana Maria dos Santos. professora da 1ª série. Entrevista a autora em 15/04/02).*

Em relação aos depoimentos acima, podemos afirmar que o sistema escolar ainda não consegue difundir na sala de aula, nos planejamentos, nas semanas pedagógicas a temática ora abordada - o sentimento do diferente, da aceitação do outro. O que ela faz é adaptar. acomodar ou ajustar tais diferenças. a fim de negar o preconceito ou não combater as atitudes discriminatórias. De acordo com a professora Jocely Feliciano da Silva:

*Precisamos saber como proceder quando ocorrer situação como essa, eu não sei nada. Eu acho que a Secretaria de Educação deveria aproveitar o planejamento, a semana pedagógica e fazer capacitação com os professores sobre esse assunto. (Jocely Feliciano da Silva, professora da 6 série, entrevista à autora em 15/04/02)*

A deficiência na formação dos professores pode gerar a omissão, a incapacidade de percepção ou desconhecimento na forma de agir diante de um ato discriminatório, como nos relatam alguns professores. Vera Lucia diz:

*Vontade eu acredito que a maioria das professoras têm, mas falta incentivo, motivação para tratar do assunto. Nós sabemos que é necessário falar sobre essa temática, mas é muito difícil, às vezes eu finjo que não vejo ou ouço, não sei o que fazer. (Vera Lúcia Mendonça, professora da 8ª série entrevista à autora em 15/04/02).*

Sentindo-se despreparada para lidar com a situação, a educadora opta por "fazer de conta" que não está existindo. No mesmo sentido, a professora Mércia Maria diz:

*Fiquei parada no meio da sala, sem saber o que fazer. Então fingi que não estava ouvindo. Um chamando o outro de cabelo pixaim e de macaco. (Mércia Maria de Jesus, professora da rede municipal entrevista à autora em 13/05/02).*

Também a professora Lucia Pereira afirma:

*Tem aluno que é muito danado, as atitudes e comportamento são perversos principalmente com as meninas morenas escuras, as meninas de Capoeiras. (Lucia Pereira, professora do CERU, entrevista realizada em 13/05/02)*

Assim podemos notar, pelos depoimentos, que é mais fácil fingir que não presenciou comportamento discriminatório e o professor, despreparado para a questão, passa a exercer uma das estratégias das ideologias racistas., a negação e o silêncio,

A negação sobre a etnia dos atores sociais, sobre quem é negro (a) neste país, caindo nos discursos preconceituosos e carregados de estereótipos, no silêncio de não falar sobre os temas de interesse dos afro descendentes e da sua cultura. Os negros são lembrados apenas por ocasião das datas oficiais do calendário escolar. A professora Maria das Dores diz:

*Nos aproveitamos às datas do 13 de maio e dia do folclore, 22 de agosto para falamos acerca da cultura Negra, da capoeira, da comida, da libertação dos escravos, assim como no dia 19 de abril as atividades do dia do Índio. (Maria das Dores, Professora, entrevista a autora em 15/05/02)*

Dessa forma, percebemos que algumas escolas só quebram o silêncio sobre a diversidade racial em datas comemorativas, como o 13 de maio, data abolição da escravatura; 22 de agosto dia do folclore e 19 de abril dia do índio. Contudo, sabemos que estes temas precisam ser discutidos e trabalhados durante todo o ano letivo, no projeto político pedagógico da escola. Possibilitando assim, a compreensão, o respeito, a valorização das diferenças étnicorraciais dos alunos e a respeito do assunto, o historiador Henrique Cunha Júnior diz o seguinte:

*A escola como espaço de construção do saber, por muito tempo apresenta a história dos negros numa visão negativa, sempre congelaram as imagens, fotografias dos negros sendo surrados num pelourinho, escravos, sem cultura, e isto atinge diretamente a auto estima dos afro descendentes, e assim, com auto estima abalada vai ter consequências no processo de formação positiva de sua identidade (JUNIOR, 1991, pág. 13)*

Concordando com este autor, e ainda constatando os depoimentos das alunas, identificamos de forma violenta o quanto as estudantes negras. jovens em formação, estavam sendo receptoras das mensagens segregacionistas do racismo.

Assim é necessário encontrar alternativas que combatam o racismo pela sua erradicação; toma-se urgente e será de responsabilidade de todos, tendo em vista que as humilhações e rejeições no ambiente escolar impactam negativamente a capacidade cognitiva das alunas adolescentes negras.

É nesse sentido que existe a necessidade de as políticas públicas, especialmente em relação a educação, avançarem para além de: Sua dimensão universalista de promover o acesso de todos à escola e incorporar em seus conteúdos a dimensão étnica racial e o debate que se encontra hoje, ancorado nos parâmetros curriculares.

Em relação aos professores da Escola Municipal Santa Luzia, da comunidade, embora de modo geral tenham se mostrados, sensíveis ao tema, também fizeram colocações que mostram a dificuldade em abordá-lo. Para Lei de Basílio

*Somente esses últimos meses é que estamos começando a falar sobre alguns temas da questão do negro no Brasil. Hoje mesmo eu perguntei o que significava a data do Dia Nacional da Consciência Negra - 20 de novembro - eles responderam Dia da Bandeira. (...) então é uma tarefa lenta, porém deve ser cumprida. Precisamos nos capacitar para adotar uma metodologia diferente para se falar do negro, para sairmos daquilo tudo. que nós professores aprendemos. que raio traz orgulho para ninguém. (Lede Basílio da Costa Santos, professora da escola da comunidade de Capoeiras. Entrevista à autora em 13/05/02)*

As dificuldades para a concretização desse ideal de uma escola que não seja cúmplice da reprodução do preconceito e da disseminação podem ser observadas na avaliação do diretor da Escola Municipal Santa Luzia da comunidade de Capoeiras. Segundo este:

*Nós como professores da comum de precisamos ter capacitação para falar sobre o assunto, visto que aqui a população quase toda é morena escura (Antônio, diretor da escola, entrevista realizada em 13/05/2002).*

O ensino na comunidade, como já anteriormente foi citado, somente atende as crianças até a 4ª série. Sabemos que os professores de modo geral, mas em especial os que atuam nas quatro primeiras, desempenham um papel significativo na formação do aluno na medida em que lhes ensinam valores e comportamentos, seja diretamente, seja decodificando as informações que ele recebe tanto na escola como fora do ambiente escolar.

Educar crianças e adolescentes negros (as) significa quebra o silêncio que as cerca. É uma tarefa difícil na medida que o silêncio manifesta-se como ritual pedagógico e como tal precisa ser trabalhado por todos. Sobre o assunto continuando com o depoimento, o diretor da escola diz:

*Eles estudam aqui até 4ª série, depois vão estudar em Bom Jesus, ou em Trairás, aí começa um mundo diferente. Aqui todos são irmãos, amigos, vizinhos, quando chegam lá precisam se adaptar ao novo, aquele mundo novo e diferente para eles (Sr. António, diretor da escola da comunidade. Entrevista realizada em 13/05/2002).*

Quando os estudantes de Capoeiras começam a frequentar as escolas fora da comunidade, deparam-se com as situações cotidianas de preconceitos e discriminação. O resultado imediato é a rejeição da nova escola, e a resistência a frequentar as aulas. Segundo Leide Santos,

*Começa também as queixas das mães, os filhos estão ainda forçados para a nova escola. Mas depois se acostumam, formam os grupos deles e assim termina o ano letivo (Professora Leide Moura dos- Santos, 32 anos, entrevista dada a autora em 13/05/2002).*

A entrada na escola pela primeira vez ou mudança de escola para qualquer aluno geralmente representa um momento de tensão na vida de cada um, para crianças pertencentes a determinados segmentos étnico-sociais, pode se constituir em um componente a mais de ansiedade. É o momento em que a criança sai da comunidade, do seio familiar e se insere na sociedade, ampliando o seu círculo de amizades.

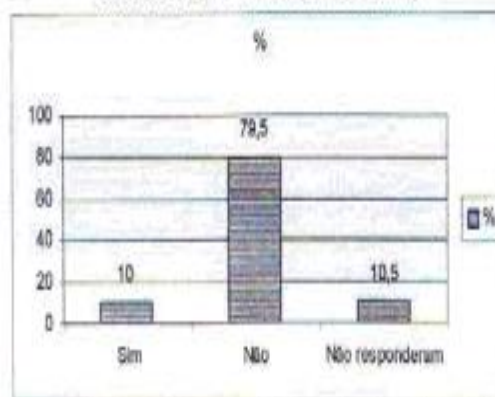
No que diz respeito aos livros didáticos e materiais, muitos conteúdos precisam ser revistos, de modo a serem direcionados de maneira mais efetiva para as questões relativas a diferenças raciais e culturais. O Sr. Antônio avalia:

*O conteúdo dos livros quase nada a respeito do assunto, da valorização da população negra no Brasil, nós não temos aonde buscar, então vai depender da criatividade do professor somente. As imagens dos negros, da família negra, aos poucos estão mudando. Isso é muito para nós, mas precisa mudar muito em todas as áreas. (Professor Antônio. Diretor da Escola Municipal Santa Luzia. Comunidade Capoeiras. Entrevista a autora em 13/05/2002)*

O comportamento crítico dos professores da comunidade é importante e se expressa no fato de os alunos não estarem imunes do impacto provocado pelas imagens de conteúdo racista no material didático. Ainda que quisessem eliminar tais imagens, elas estão presentes na mídia, na propaganda, nas falas das pessoas, enfim, na sociedade.

Na efetividade da política de educação para o município, e em especial para a comunidade de Capoeiras, concluímos que os professores da rede pública apresentam uma defasagem de informação e de formação científica que os impossibilita de atuar efetivamente diante da diversidade étnica de seus alunos, bem como diante de informação ocorrida no interior das escolas

Gráfico 17  
HISTÓRIA DA CULTURA NEGRA, DANÇA DO PAU FURADO E ORIGEM DA  
COMUNIDADE DE CAPOEIRAS



Fonte: Pesquisa de campo de fevereiro à maio de 2002

Embora os parâmetros curriculares nacionais afirmem de modo incontestável a necessidade de os currículos escolares incorporarem temas transversais e da atualidade como ética, cidadania, sexualidade, pluralidade cultural etc, existe uma lacuna quando se refere à política educacional do município de Macaíba, e em especial, na comunidade de Capoeiras. Constatado no gráfico abaixo:

Ao responderem se a escola conta a história da cultura negra, da origem da comunidade, obtivemos a seguinte resposta dos moradores: 79,5% responderam não, 10% sim e 10,5 % não sabe responder, conforme dados do gráfico que segue.

Diante dos motivos apresentados, podemos afirmar que o município de Macaíba na elaboração das políticas públicas, bem como a Secretaria Municipal de Educação e demais Unidades escolares, não formulam a incorporação nos conteúdos programáticos os elementos da diversidade étnica, da superação da exclusão e da discriminação racial tendo em vista que são considerados temas transversais.

A política educacional no município não é efetiva quando se trata de contemplar a diversidade étnico-cultural, contribuindo para reproduzir um quadro de discriminação e racial contribui para dar aos estudantes elementos para sua auto-estima:

No entanto existe esta demanda por parte dos afrodescendentes, conforme podemos auferir nas falas das mães e professores:

É importante esse debate. Porque tem muitas crianças negras que não se assume como negra, minha filha era uma delas, somente porque tem uma pele mais clara, não quer sentar ao lado de uma colega. negra: Em mesmo tenho conversando com ela, dizendo que o pai dela e negro. (Vice-diretora do CERU).

Durante a pesquisa, a escola nos convidou, na condição de membro da Kilornbo, para realizarmos debate sobre a questão racial e educação, onde se incluíram realização de. uma palestra e apresentação teatral para professores, pais e alunos. O evento foi assim avaliado por Maria das Graças:

*Foi muito importante essa palestra, as meninas agora já estão falando botando a boca no trombone, não aceitam as piadinhas de mau gosto que faziam com os nossos filhos. Fiquei muita feliz até chorei, quando apresentaram aquela coisa de teatro. Eu penso que tenha ainda muita coisa ainda pra mudar, mas ao pouquinho vamos conseguindo. (Maria das Graças de. Santos Moura, moradora de Capoeiras e mãe de uma aluna do CERU - depoimento a autora em 20/05/02)*



O papel da Escola e dos educadores na superação do preconceito e da discussão é salientado por um professor, chamando atenção para o fato de que muitas vezes negros e brancos pertencem classes subalternas da sociedade, mas mesmo assim impera ainda o racismo:

*Eu acho que os professores podem ajudar com. Essa separação entre os alunos de Capoeiras com os dos outros distritos. Afinal todos pertencem a uma mesma classe social (Professor do CERU. Depoimento dado a autora em 13/05/02)*

Em nossa pesquisa recolhemos relatos e ouvimos, como já foi referido, comentários sobre fora e em sala e registramos, do estudo etnográfico e observação participante, o que nos fez considerar que as práticas discriminatórias existem ferem os direitos humanos e provocam danos irreparáveis no desenvolvimento humano.

A política educacional de Macaíba., para ser efetiva, do ponto de vista da diversidade étnica cultural, ela necessita levar em consideração alguns aspectos quantitativos, qualitativos específicos, a serem exploradas na área da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Hélio Silva Júnior (2002, pág. 84) enumera alguns exemplos:

*Na educação Infantil: pode-se considerar os dados quantitativos e qualitativos referente a retenção de crianças negras neste nível de ensino, estudos de observação direta da interação intra-escolar: aluno-professor; aluno-aluno. No Ensino Fundamental: estudos de observação direta da Interação intra-escolar, aluno-professor: aluno-aluno: Mecanismos de exclusão do aluno negro e análise do impacto dos programas especiais de educação redução das desigualdades raciais. Em relação a conteúdo: pode ser realizado análise de produção contemporânea de materiais didáticos e para didáticos voltados para a valorização da diversidade humana no espaço escolar. Análise do dano psicológico psíquico decorrente das experienciais de discriminação racial, vivenciadas por crianças e adolescentes negros (a) Estudos demonstrativos de causalidade entre hostilidade racial no espaço escolar. No Ensino Médio: estudo de experiências bem sucedidas de preparação de jovens negros para ingresso e permanência no ensino superior. Análise da evasão escolar e ingresso de jovens negros (as) no mercado de trabalho e no ensino noturno. Na Educação de Jovens e Adultos: análise da presença de alunos negros nesta modalidade de ensino, acesso e garantia de qualidade de ensino – aprendizagem. Formação de professores com metodologias de abordagem da temática racial em ambiente escolar.*

Portanto, se as recomendações de Hédio Silva que sinalizam para as questões fossem levadas em conta quando da formulação educacional, teríamos um trabalho significativo da diversidade da sociedade. Assim os temas da pluralidade cultural, de gênero, entre outros, deixariam de ser transversais e de fato se transformariam em uma proposta político pedagógica que valorizassem a diversidade étnica que tem relação direta com a eliminação das desigualdades raciais, com a garantia dos direitos humanos que, por sua vez, são garantidos através da Carta Magna e para que o Brasil efetivamente seja considerado um país democrático.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debruçar-nos sobre a temática políticas públicas x diversidade étnico-cultural e as relações com a comunidade negra rural quilombola de Capoeiras-Macaíba/RN trouxe-nos o desafio de fornecer pistas sobre a necessidade de, na formulação e implementação das políticas, políticas sociais, especialmente, no Campo educacional, incorporar a dimensão ético cultural dos diversos segmentos que formam a sociedade brasileira.

Os estudos sobre avaliação de políticas públicas no Brasil apontam para uma área em efervescência nos últimos anos. Tem sido crescente o número de estudos que procuram avaliar programas educacionais e de saúde seja sob a ótica, de sua efetividade, seja do ponto de vista de seus impactos nas condições sócio-econômicas das populações visadas por estes programas. No entanto estes estudos não têm incorporado a dimensão étnica e cultural tanto noção de efetividade, como nade impactos.

O estudo da política educacional do município de Macaíba implementada na comunidade negra quilombola de Capoeiras procura contribuir, através de .um estudo .de caso., para a superação dessa lacuna. Tendo em vista que nas. últimas décadas os municípios do Brasil têm o desafio e responsabilidade de formular e implementar a maioria das políticas públicas sociais, nosso estudo procura chamar atenção para o fato de que, apesar de o poder local estar mais próximo da vida das comunidades, o. que- em tese cria a possibilidade de uma maior participação das comunidades ria formulação de suas políticas e por outro lado o acolhimento da diversidade étnica e cultural dos segmentos que compõem. a sociedade local, estas possibilidades não têm ocorrido necessariamente.

Ao (re)recontar a História da comunidade de Capoeiras através da memória oral de seus integrantes, constatamos um grupo social ancorado por laços afetivos, no quais as relações de identidade são estabelecidas, desde sua origem, por meio da apropriação do espaço, primeiramente como uma necessidade de sobrevivência às perseguições escravagistas, em seguida para se inscrever na vida cotidiana do município de Macaíba e adjacências à medida que delimita seu território como um espaço negro. como forma de dizer "eu sou de Capoeiras, Capoeiras me pertencei, todos aqui são parentes".

Apesar dos estigmas sociais que atingem os moradores desta comunidade, percebemos o sentimento de pertença ao lugar e o sentido de comunidade construído como enfrentamento dos problemas vivenciados no cotidiano. Na contemporaneidade, persistir e reproduzir neste espaço os laços que os liga, através das diversas formas de manifestações culturais específicas desse grupo social, é um desafio para a própria comunidade de Capoeiras.

Percebemos esse desafio com veemência na juventude que, envolta com problemas da comunidade que teimam em minar a possibilidade de criar expectativas mudanças para suas vidas, não a faz descrente de sua capacidade. criadora. sobretudo no que diz respeito, à elevação. da auto-estima, fator importante e tão. necessário em se tratando do povo negro brasileiro

Em relação à avaliação da efetividade da política educacional implementada na comunidade, sob a dimensão étnica e cultural, identificamos que existem lacunas nesta área, porque não são levadas em consideração as singularidades de um segmento que é parte da população brasileira - que são os remanescentes de quilombos - tendo em vista que a escola. são um espaço sócio cultural em que os diferentes se encontram, mas estas diferenças não tem sido respeitadas. Para que os políticos públicas educacionais tenham efetividade não apenas do ponto de vista de sua dimensão universalista, é necessário incorporar a diversidade étnica e cultural aos programas pedagógicos, bem como deve estar articulada às outras políticas públicas sociais, condição para que, em relação aos afro-descendentes, possa-se alcançar a inclusão cidadã.

Neste sentido, pensarmos políticas públicas e a diversidade cultural brasileira é muito mais complexa e multifacetada do que imaginamos, exigindo de todos, formuladores, implementadores de políticas sociais, ou seja, o Estado Brasileiro, através dos seus agentes nos Estados, Municípios e da sociedade civil, um posicionamento crítico e político e um olhar ampliado que consiga contemplar a pluralidade brasileira, para que possamos alcançar o projeto de uma sociedade democrática em que os diferentes são considerados *nas mesmas* condições de oportunidades.

Ac consideramos as especificidades que compõem a diversidade cultural brasileira, estaremos dando passos firmes para a construção da garantia da cidadania a todos, A escola, como instituição importante em nossa sociedade, embora não possa resolver todas as lacunas existentes, ocupa um lugar de destaque na discussão sobre diversidade cultural, a qual deveria ser colocada na pauta das políticas públicas e no cerne do processo educativo, mas não apenas como um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Considerando as diferenças sociais, culturais e étnicas existentes na sociedade podemos afirmar que os valores predominantes no sistema escolar não representam e nem valorizam a diversidade cultural da nação brasileira. Apesar das várias reformulações que a educação vem sofrendo desde do início do século, lentamente a forma tradicional de transmissão de conhecimento foi sendo substituída pela chamada pedagogia nova.

Dessa forma, a pesquisa demonstrou que, na política de educação no município de Macaíba, ainda há uma imensa lacuna no que diz respeito à formação e à capacitação dos professores para lidar com a diversidade étnica e cultural, assim como não inclusão dos temas nos debates realizados nas semanas pedagógicas, nos planos de trabalho dos professores, dentre outros espaços da vida escolar.

Estas afirmações não significam que não seja possível preencher esta lacuna é necessário tão somente que a questão ganhe espaço na agenda pública e na pauta da agenda governamental. A respeito do assunto, Petronilha Beatriz afirma:

*educar para a diversidade é fazer das diferenças um trunfo, explorá-las na sua riqueza, possibilitar a troca, entender que o acontecer humano é feito de avanços e limites e que as diferenças passam ser entendidas parte de nossa vivência diária e o respeito a essas podem orientar adoção de práticas pedagógicas, sociais e políticas e não reforçá-las como algo exótico e nem como desvio ou desvantagem. (BEATRIZ, 1996, pág. 168).*

Este estudo também constituiu-se na ampliação da reflexão e na produção de conhecimento no campo do Serviço Social, pois nossa pesquisa e atuação na comunidade traduziu atuação do Serviço Social em nosso Estado frente a uma nova demanda, ou seja, as comunidades Negras Rurais Remanescente de Quilombos. Como estas comunidades constituem-se parte da questão sócio-política brasileira contemporânea, a intervenção dos profissionais do Serviço Social junto a estes segmentos da população brasileira ancora-se no código de Ética do Assistente Social (1993) que estabelece em seus Princípios Fundamentais, dentre outros: "o empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminado, e à discussão das diferenças e opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero".

Entendemos que o Serviço Social ao longo de sua trajetória de formação vem buscando e construindo historicamente sua aproximação, incorporação e estudo em relação às camadas secularmente excluídas em nossa sociedade, tais como: Negras (os), Homossexuais e Mulheres.

O momento atual, aponta um caminho onde não podemos negar a importância da Antropologia, Sociologia e outras ciências afins, para termos uma compreensão mais profunda e estruturada das relações sociais no que diz respeito à diversidade não homogênea dessas relações sociais marcadas por diferenças culturais, de gênero, étnicas, regionais, religiosas entre outras. Como avalia Yamamoto,

*[...] se os processos históricos impõem limites e descortinam potenciais alternativas ao exercício profissional, eles têm que ser por nós aprovados e elaborados de modo que se configurem como desafio na esfera da intervenção e produção de conhecimentos e se transformem em proposta de ação e pesquisa. (YAMAMOTO, 1998, pág. 15)*

Foi nesta direção que escolhemos como tema de reflexão as políticas públicas, diversidade étnico-cultural e o poder local. O estudo da política educacional implementada pela prefeitura de Macaíba na Comunidade Negra Rural Quilombola de Capoeiras constitui-se tanto numa contribuição para os moradores como para a área acadêmica, porque amplia a atuação do Serviço Social, como poderá contribuir para que gestores das políticas educacionais em Macaíba, possam construir novas possibilidades de práticas educacionais que levem em consideração as especificidades dos afro descendentes potiguar.



**REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA**

- ABRANCHES, Sergio H. SANTOS, Wanderley G. E COIMBRA, Marcos. **A Política social e o combate à pobreza**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Organização). **Frechal: Terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista**. São Luís, SMDDH-PVN, 1996.
- ANDRADÉ, Tânia (Organização). **Quilombos em São Paulo: Tradições, Direitos e Lutas**. São Paulo, IMESP, 1997.
- ARRETCHE, Marta T.S. **Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: ANPOCS, n.31, ano 11.1996.
- \_\_\_\_\_. **Tendências no Estudo sobre avaliação**. In: Avaliação de Políticas Sociais: Um Estudo em Debate. Elizabeth Melo Rico (Org.) 2 ed. – São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1999.
- ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. **Os Negros do Riacho. Estratégias de Sobrevivência e Identidade Social**. dissertação de mestrado. coleção humanas letras.cooperativa cultural.1988
- BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**, São Paulo. Perspectiva, 1973.
- BRASIL. **gênero e raça: Todos unidos pela igualdade de oportunidades. Discriminação: teoria e prática**. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Programa de Cooperação Técnica OIT/MTb, jan. 1998.
- BRASIL. Presidência da República. **Construindo a Democracia Racial**. Brasília: Imprensa Nacional. 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394**. Dezembro de 1996.
- BEAUD, Michel. **Arte da Tese: Como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BOURDIEUR, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992: 182-202.
- CARDOSO, Ana Luiza. **O Quilombo Que Resiste ao Tempo**. Tribuna do Norte. Especial. Natal, 13 de maio de 2000.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia da Globalização e (Des) caminhos da Ciência Social**, texto apresentado no Congresso ALAS, São Paulo – USP, 1997.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Editora Imprensa Federal 1984.

\_\_\_\_\_. Nomes da Terra. História e Toponímia do Rio Grande do Norte. Coleção Cultura. Fundação José Augusto. 1968.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. RJ. Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Editora Paz e Terra, SP: 2001.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *A questão social e as transformações nas políticas sociais: as respostas do Estado e da sociedade civil*. Fortaleza: Oficina Regional da ABESS, 1998.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *Avaliação Participativa – Uma Escolha Metodológica*. In: *avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. (Org) Elizabeth Melo Rico. 2.ed. – São Paulo : Instituto de Estudos Especiais. 1999.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo; Cortez, 1989.

CEPAL – *Tendencias generales, prioridades y obstáculos en la lucha contra el racismo, la discriminación racial, la xenofobia y las formas conexas de intolerancias: América Latina y el Caribe*. Santiago do Chile, CEPAL., 2000a.

COHEN, Ernesto, Rolando Franco. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

COSTA, João Bosco Araújo. *A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80*. SP em Perspectiva, 1996. Mimeo.

Constituição Federal da República Federativa do Brasil – 1988

Declaração de Durban e Plano de Ação. *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Traduzidos em língua portuguesa pela Fundação Cultural Palmares. Ministério da Cultura. 2002.

DESAFIOS SOCIAIS. *Revista Semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social*. UFRN/OCSA. Ano 1, 2001.

DICIONÁRIO AURÉLIO. NOVA Fronteira: São Paulo, 1996. 3ª edição.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: proposta para uma gestão descentralizada*. \_\_\_\_\_, *O mosaico partido: A economia além das equações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Que é Poder Local**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Brasiliense. 1999.

DRAIBE, Sônia Maria. **As políticas Sociais e o Neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas**. Revista USP, Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo. N° 17, 1993.

ELIZABETH, Melo Rico (Organização). **Avaliação de Políticas Públicas Sociais: Uma Questão em Debate**. São Paulo: Cortez, 1999.

FEIL, T. **pesquisa etnográfica. Ainda um mito para muitos**. Cadernos de pesquisa. PPGÉ/UFMS, N° 65.1995.

FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo. Atica. 1978.

FREITAS, Décio. **O Escravidão Brasileiro**. 2ª edição. Porto Alegre. Mercado Aberto. 1982.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 39ª ed. São Paulo: Editora Record. 2000

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Práticas do racismo e formação dos professores**. In: DAYRELL, J.(org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: URMG, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade étnico-cultural”o impacto do impacto do diferente: reflexões sobre a escola e diversidade cultural”**. Revista Educação em Foco, Belo Horizonte, ano, 4, n.04, dez/2000, p.21-21

GUIMARAES, Antonio Monteiro. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes. **Caminhos Travessos: Território e Cidadania Negra**. ABA – Terra de Quilombos.

HENRIQUE, Ricardo. **Raça e Gênero , nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília: UNESCO, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

JACOBI, Pedro Roberto. **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

JÚNIOR, Cunha Henrique. **Não Mais Base Zero para o Estudo das Africanidade Brasileiras.** ABREVIDA, 1991. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Afrodescendência, Pluriculturalismo e Educação.** 1998. Mimeo.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas Educacionais em Temáticas de Interesse dos Afrodescendentes.** Série Pensamento Negro em Educação, nº 6, 1999 núcleo de Estudos negros-NEN. Florianópolis -SC.

JUNIOR, Hódio Silva. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei às práticas sociais.** Brasília: UNESCO, 2002.

LAKATOS, Eva Maria, Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 13. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. "Territórios de Negros em área rural e urbana:" "Algumas questões", in textos e Debates, ano 1 nº 2, UFSC, 1990.

LEITAO, SERGIO. (Organizador) **Diretos Territoriais das Comunidades Negras Rurais.** Documento do ISA, Nº 05. São Paulo: 1999.

LIMA, José Airtun. **A Escravidão Negra do Rio Grande do Norte.** 1988.

LOPES, Vera Neuzá. **Negro Brasileiro.** Revista do professor. Porto Alegre: Editora Abril, outubro dezembro.

LOPES, Helena Teodoro. **Negro e Cultura no Brasil.** RJ. UBRAL/UNESCO, 1985

LOBO, Thereza. **Avaliação de Processos e Impactos em Programas Sociais - Algumas Questões para Reflexão.** In: Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate. Elizabeth Melo Rico (Org.)

MACAÍBA - **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.** Volumes XXI-XXIX. Natal, IGB/RN.

MARCUS, G. **Identidades Passadas, Presentes e Emergentes: requisitos para etnografias modernistas sobre a modernidade no século XIX.** In Revista de Antropologia. Nº 34, 1991.

- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social. Identidade e alienação*. São Paulo, 1991.
- MEDEIROS, Tarcisio. *O Negro Escravo: Da Etnia à Abolição e os Remanescentes de Sua Aculturação no Rio Grande do Norte*. LXX. Natal, IHGB. Pp85-103.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Imprensa Universitária, 1973.
- MELO, Marcus André. *As Sete Vidas da Agenda Pública Brasileira*. In: *Avaliação de Políticas Públicas: Uma Questão em Debate*. Elizabeth Melo Rioo (org) – 2. Ed. – São Paulo: Cortez. Instituto de Estudos Especiais, 1999.
- MIRANDA, Orlando. (Organização) *Para Ler Ferdinand Tonnies*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo. Brasiliense. 1981.
- \_\_\_\_\_. *Quilombos: resistência ao escravismo*. 2ª ed. São Paulo. Ática. 1989
- MUNANGA, Kábengele. *Negritude afro-brasileira: perspectiva e dificuldades*. *Revista de Antropologia*. São Paulo, Nº 33. 1990.
- \_\_\_\_\_. *As facetas de um racismo silenciado*. In SCHWARCZ, Lilia MORITZ E Queiroz, Renato da Silva (ORG.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e REIS, Leticia Vidor de Souza (orgs) *Negras imagens*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- NASCIMENTO, Abdias. *Quilombismo: documentos da militância pan- africanista*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da Política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: paz e terra, 1998.
- NOVAES, Sylvia Cainb. *Jogo do Espelho*. São Paulo, EDESP. 1993.
- O' DWYER, Eliane C. *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Antropologia. 1995.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- Parâmetros Curriculares Nacionais*. Ministério da Educação – Brasília: MEC; semeto, 2002.

PROVESAN, Flávia – **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Ed. Max limonada, 1997.

PEREIRA, Cláudia Fernanda de Oliveira. **Reforma da Previdência** – Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

PAIXAO, MARCELO e Wânia Sant'ana. **Desenvolvimento Humano e as Desigualdades étnicas no Brasil: um retrato de final de século**. In: PROPOSTA, Revista Trimestral de Debates da FASE. Ano 29 setembro/novembro de 2000

RAMOS, Artur. **O negro na civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1971.

\_\_\_\_\_. **O Negro Brasileiro Etnografia Religiosa e Psicanálise**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Recife. 1988

RELATÓRIO, 1º Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais. 17 a 20 de Novembro de 1995. Brasília/DF. Tema: Produção e Cidadania para os Quilombos.

RELATÓRIO, I Seminário das Comunidades Negras Rurais Quilombolas da Região Nordeste. 30 de Janeiro a 02 de fevereiro de 1997. Paraíba. Tema: Educação, Terra e Trabalho Contra o Racismo.

RELATÓRIO, III Reunião da Comissão Provisória das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. 06 a 07 de julho de 1997. Salvador/BA.

RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. **Quilombos: Raízes, Conceitos e Perspectivas**. In: Regulamentação de terras de negros no Brasil. Boletim Informativo NEUR/Núcleo de Estudos sobre identidade e Relações Interétnicas/Fundação Cultural Palmares – v.1 nº 1. 2ª ed. (1997) Florianópolis:UFSC,1997.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo. Atlas, 1999.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**, 4 ed. São Paulo, Nacional. 1976

ROMÃO, Genise. **Por uma educação que promova a auto-estima da criança negra**. Rio de Janeiro, CEAP, 1999.

SADOVSKI, Roberto. **Comunidade negra deixa as raízes para trás**. O Poti, Natal: 01 de outubro, 1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos de Geografia**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Participante - Uma abordagem Crítico Transformadora.** In: *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate*, 2.ed -São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1999.

SELAIBE, Mara. **Identidade: um referencial de orientação pessoal ou um conteúdo da consciência magnética?** *Cadernos PUC*. São Paulo, 1998.

SILVA, Dimas Salustiano da. **Constituição e Diferença étnica. O problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil.** In: *Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. Boletim Informativo NUER/Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas/Fundação Cultural Palmares*. Volume 1, nº 1. 2ª edição (1997) Florianópolis:UFSC,1997.

SILVA, Maria Ozamira Silva e. **Avaliação das políticas sociais: concepção e modelos analíticos.** In: *Revista Serviço Social X Sociedade*. Nº 53. Ano XVIII. 1997

SOUZA, Marta Fernandes. **Capoeiras – Retrato de um Povo.** Monografia apresentada ao curso de comunicação Social. UNP.Novembro,2001.

SPOSATI, Aldaiza. **Renda Mínima E crise Mundial: saída ou agravamento.** São Paulo: Cortez, 1997.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo. Cortez. Recife: EQUIP: Salvador. UFBA, 2001.

**Tribuna do Norte.** História do Rio grande do Norte. Fascículo 7 – escravismo e Republica – escravismo e Abolicionismo. Caderno especial – história do RN.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O Mito da Cidadania Municipal.** In: Oliveira, M A.G. (Org.).



**ANEXOS**

